

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	8
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	84
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	149
Proposta de Orçamento de Capital	181

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	184
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	188
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	189
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	190

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	13.396.000
Preferenciais	0
Total	13.396.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	42.764.396	43.103.483	43.428.812
1.01	Ativo Circulante	2.322.930	1.927.436	1.760.261
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	796.696	554.350	741.217
1.01.02	Aplicações Financeiras	430.914	378.413	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	430.914	378.413	0
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	430.914	378.413	0
1.01.03	Contas a Receber	868.576	741.977	746.375
1.01.03.01	Clientes	868.576	741.977	746.375
1.01.04	Estoques	3.185	2.517	2.731
1.01.06	Tributos a Recuperar	103.703	90.436	104.096
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	103.703	90.436	104.096
1.01.07	Despesas Antecipadas	42.532	55.718	59.235
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	77.324	104.025	106.607
1.01.08.03	Outros	77.324	104.025	106.607
1.02	Ativo Não Circulante	40.441.466	41.176.047	41.668.551
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	827.762	1.432.935	1.632.060
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	695.794	642.928	596.050
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	695.794	642.928	596.050
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	0	401.227	803.055
1.02.01.04	Contas a Receber	10.795	8.882	3.064
1.02.01.07	Tributos Diferidos	121.173	379.881	229.786
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	17	105
1.02.03	Imobilizado	38.956.869	39.063.849	39.339.889
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	38.425.638	38.626.105	38.965.953
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	531.231	437.744	373.936
1.02.04	Intangível	656.835	679.263	696.602
1.02.04.01	Intangíveis	656.835	679.263	696.602

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	42.764.396	43.103.483	43.428.812
2.01	Passivo Circulante	2.539.955	2.254.884	2.254.757
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	32.313	32.945	25.858
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.051	5.636	3.900
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	27.262	27.309	21.958
2.01.02	Fornecedores	798.034	704.465	560.752
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	798.034	704.465	560.752
2.01.03	Obrigações Fiscais	168.265	182.499	170.999
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	140.395	143.395	143.101
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	140.395	143.395	143.101
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.200	11.206	2.419
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	24.670	27.898	25.479
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.061.882	913.186	803.622
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	920.887	846.305	799.107
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	920.887	846.305	799.107
2.01.04.02	Debêntures	135.094	62.168	1.271
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	5.901	4.713	3.244
2.01.05	Outras Obrigações	134.959	32.100	26.884
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	134.959	32.100	26.884
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	134.959	32.100	26.884
2.01.06	Provisões	344.502	389.689	666.642
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	0	134.170
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	0	22.511
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	0	0	111.659
2.01.06.02	Outras Provisões	344.502	389.689	532.472
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	344.502	389.689	532.472
2.02	Passivo Não Circulante	30.637.340	29.590.509	29.070.139
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	27.212.920	27.919.159	28.426.907

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	26.500.380	27.122.565	27.620.061
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	26.500.380	27.122.565	27.620.061
2.02.01.02	Debêntures	706.435	791.548	806.832
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	6.105	5.046	14
2.02.04	Provisões	3.424.420	1.671.350	643.232
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	221.930	138.189	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.801	6.125	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	213.129	132.064	0
2.02.04.02	Outras Provisões	3.202.490	1.533.161	643.232
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.202.490	1.533.161	643.232
2.03	Patrimônio Líquido	9.587.101	11.258.090	12.103.916
2.03.01	Capital Social Realizado	13.383.522	13.378.533	13.373.545
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.796.421	-2.120.443	-1.269.629

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.249.120	5.764.413	5.565.305
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.093.004	-4.276.617	-4.045.557
3.03	Resultado Bruto	1.156.116	1.487.796	1.519.748
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-206.889	-196.056	4.639
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-206.889	-196.056	4.639
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	949.227	1.291.740	1.524.387
3.06	Resultado Financeiro	-2.366.522	-2.294.383	-2.287.174
3.06.01	Receitas Financeiras	165.471	275.685	235.784
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.531.993	-2.570.068	-2.522.958
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.417.295	-1.002.643	-762.787
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-258.683	151.829	115.441
3.08.02	Diferido	-258.683	151.829	115.441
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.675.978	-850.814	-647.346
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.675.978	-850.814	-647.346
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,1251	-0,0635	-0,0483
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,1251	-0,0635	-0,0483

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.675.978	-850.814	-647.346
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.675.978	-850.814	-647.346

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.869.151	2.695.913	2.513.143
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	391.253	-48.875	-669.856
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.018.058	-2.933.972	-1.644.849
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	242.346	-286.934	198.438
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	554.350	741.217	542.779
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	796.696	454.283	741.217

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.378.533	0	0	-2.120.443	0	11.258.090
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.378.533	0	0	-2.120.443	0	11.258.090
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.989	0	0	0	0	4.989
5.04.01	Aumentos de Capital	4.989	0	0	0	0	4.989
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.675.978	0	-1.675.978
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.675.978	0	-1.675.978
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.383.522	0	0	-3.796.421	0	9.587.101

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.373.545	0	0	-1.269.629	0	12.103.916
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.373.545	0	0	-1.269.629	0	12.103.916
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.988	0	0	0	0	4.988
5.04.01	Aumentos de Capital	4.988	0	0	0	0	4.988
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-850.814	0	-850.814
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-850.814	0	-850.814
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.378.533	0	0	-2.120.443	0	11.258.090

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.368.556	0	0	-622.283	0	12.746.273
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.368.556	0	0	-622.283	0	12.746.273
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.989	0	0	0	0	4.989
5.04.01	Aumentos de Capital	4.989	0	0	0	0	4.989
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-647.346	0	-647.346
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-647.346	0	-647.346
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.373.545	0	0	-1.269.629	0	12.103.916

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	7.255.181	6.726.380	6.453.632
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.255.181	6.726.380	6.453.632
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.394.927	-2.627.732	-2.244.117
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.205.183	-1.948.111	-1.776.928
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-181.410	-168.972	-135.539
7.02.04	Outros	-1.008.334	-510.649	-331.650
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.860.254	4.098.648	4.209.515
7.04	Retenções	-1.767.877	-1.708.076	-1.691.840
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.767.877	-1.708.076	-1.691.840
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.092.377	2.390.572	2.517.675
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	165.471	275.685	235.784
7.06.02	Receitas Financeiras	165.471	275.685	235.784
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.257.848	2.666.257	2.753.459
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.257.848	2.666.257	2.753.459
7.08.01	Pessoal	134.742	131.489	99.979
7.08.01.01	Remuneração Direta	82.449	80.155	61.165
7.08.01.02	Benefícios	25.823	23.491	17.252
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.516	6.874	5.146
7.08.01.04	Outros	18.954	20.969	16.416
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.264.744	810.138	772.885
7.08.02.01	Federais	1.179.884	767.287	772.163
7.08.02.02	Estaduais	84.860	42.851	722
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.534.340	2.575.444	2.527.941
7.08.03.01	Juros	2.531.993	2.570.068	2.522.958
7.08.03.02	Aluguéis	2.347	5.376	4.983
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.675.978	-850.814	-647.346
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.675.978	-850.814	-647.346

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração --- 2024



Relatório desenvolvido pela DAFRI (Diretoria Administrativa Financeira e de Relações com Investidores)
(61) 3410-2010 | contabilidade@norteenergiasa.com.br | www.norteenergiasa.com.br

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1

Sumário

Mensagem da Administração..... 3

1. Perfil Corporativo.....8

1.1 O Empreendimento..... 9

2. Governança Corporativa..... 12

2.1 Órgãos de Governança..... 13

2.1.1 Conselho de Administração 13

2.1.2 Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração..... 13

2.1.3 Diretoria 14

2.1.4 Conselho Fiscal..... 15

2.1.5 Gerência de Governança e Negócios 15

2.2 Controle e Integridade 15

2.2.1 Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*..... 15

2.2.2 Auditoria Interna..... 16

2.2.3 Auditoria Independente..... 18

3. Sustentabilidade e Estratégia ESG..... 20

3.1 Energia da Amazônia Essencial para o País 20

4. Operação e Manutenção..... 26

4.1 Geração da Usina 26

4.2 Indicadores de Desempenho 26

4.3 Operação e Manutenção do Empreendimento..... 27

4.4 Manutenção do Empreendimento 27

5. Regulação e Comercialização..... 29

5.1 Comercialização de Energia 29

5.2 Certificados de Energia Renovável (I-REC) 31

5.3 Encargos Setoriais..... 31

5.4 Regulação 32

5.4.1 Instrumentos de Participação Pública 32

5.4.2 Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) 33

5.4.3 Pleitos Junto à ANEEL..... 33

5.4.4 Pleitos na Justiça..... 34

5.4.5 Outros..... 35

5.5 Usina Fotovoltaica (UFV) 35



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6. Suprimentos e Administrativo.....

6.1 Desempenho de Suprimentos e Contratos.....

6.2 Pessoas.....

6.2.1 Emprego

6.2.2 Rotatividade de Colaboradores

6.2.3 Treinamento e Desenvolvimento

6.3 Saúde e Segurança no Trabalho

6.3.1 Cultura de Segurança

6.3.2 Gerenciamento de Riscos Ocupacionais

6.3.3 Gestão de Saúde.....

6.3.4 Gerenciamento de Emergências.....

6.3.5 Considerações Finais (SST)

7. Socioambiental

7.1 Termo de Compromisso Ambiental.....

7.2 Fauna e Flora

7.2.1 Fauna.....

7.2.2 Quelônios

7.2.3 Ictiofauna.....

7.2.4 Flora.....

7.2.4 Área de Preservação Permanente

7.2.5 Compensação Ambiental

7.2.6 Recuperação de Áreas Degradadas

7.3 Qualidade da Água

7.4 Educação Ambiental

7.5 Pescador

7.6 Ribeirinhos.....

7.7 Diálogo e Ações Junto aos Povos Indígenas do Médio Xingu

7.8 Atendimento a Condicionantes.....

8. Desempenho Econômico-Financeiro

8.1 Indicadores de Desempenho

8.2 Resultado Financeiro

8.3 Capital Social (Em milhares de R\$).....

37

37

39

39

40

43

44

45

49

52

54

55

57

57

58

58

59

59

60

60

60

60

60

61

62

63

64

66

68

68

69

69



Mensagem da Administração

Srs. Acionistas,

Em 2024, a Norte Energia comemorou cinco anos de operação plena, marco alcançado com a entrada em funcionamento da 18ª unidade geradora, consolidando a UHE Belo Monte como a maior hidrelétrica 100% brasileira. Esse marco reafirma a importância da usina para a segurança do Sistema Interligado Nacional (SIN), especialmente evidenciada pelo recorde de geração durante o horário de pico do consumo de energia do país. Mesmo com a redução das chuvas na região Norte, a usina atendeu, no primeiro semestre, em média, 6% da carga de energia consumida no Brasil, o suficiente para abastecer as regiões Norte, Centro-Oeste e o Rio de Janeiro no mesmo período.

Com o apoio da Agência Nacional de Águas (ANA), a Norte Energia implementou medidas que garantiram a vazão necessária no rio Xingu, sem comprometer a capacidade de geração de Belo Monte. Nos horários de pico de demanda, que corresponde ao período de carga máxima, UHE Belo Monte atendeu até 12% do consumo do Brasil, e a expectativa é que esse quadro se mantenha em 2025.

Esse desempenho ressalta o papel estratégico da UHE Belo Monte na matriz energética nacional, reforçando sua contribuição para a geração de energia limpa e renovável, além do impacto positivo no desenvolvimento regional. O Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa confirmou que a liberação de CO₂ pela usina permanecem baixas, e pela terceira vez consecutiva, o levantamento recebeu o Selo Ouro, atestando a transparência e a abrangência das informações.

Além disso, a Norte Energia se destacou como uma das maiores comercializadoras de energia do país, tendo comercializado 4.999 MW médios no ano de 2024, superando em 10,3% o volume de energia em 2023. Também foram negociados 986 mil certificados internacionais de energia renovável para unidades nacionais, além de transações com clientes de países como Argentina, Colômbia, Uruguai e Austrália nos últimos três anos.

O compromisso da Companhia com a segurança e a confiabilidade das suas operações se reflete também na conclusão do processo de inspeção dos 36 diques e barragens, que comprovou a conformidade com as exigências técnicas e de engenharia. As estruturas estão entre as mais bem equipadas do país, com mais de 2.600 instrumentos de monitoramento. Como parte das medidas de segurança, 600 pessoas, incluindo colaboradores e moradores das comunidades vizinhas, participaram do 4º Simulado de Segurança de Barragens de Belo Monte, que incluiu cenários de emergência, como o acionamento das sirenes de alerta e fuga por rotas seguras.

Este conjunto de ações demonstra o esforço contínuo da Norte Energia em garantir a segurança operacional da usina e o desenvolvimento sustentável da região, o que se reflete em nosso compromisso com a renovação da Licença de Operação (LO). É importante ressaltar que o hidrograma de consenso não apenas determina o potencial de geração que propicia a segurança do Sistema Interligado Nacional (SIN), mas também viabiliza

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4

os recursos necessários para o cumprimento dos compromissos financeiros da Companhia, incluindo a execução dos programas ambientais.

Consciente de seu papel como agente de desenvolvimento socioeconômico e sustentável no Médio Xingu, a Norte Energia, ao longo de 2024, promoveu ações concretas em prol do meio ambiente e das comunidades locais. Entre essas atividades, destaca-se a formação de Brigadas Comunitárias para combater pequenos focos de incêndio, com treinamentos oferecidos aos moradores de Vitória do Xingu, em consonância com os esforços para a renovação da LO.

No mesmo sentido, em 2024, o Programa de Visitas Conheça Belo Monte atingiu a marca de 11.100 participantes, incluindo turistas, moradores da região, estudantes e representantes de diversas instituições. Esse programa é um exemplo do esforço contínuo da Norte Energia para promover a transparência e o entendimento sobre a operação da hidrelétrica, permitindo que a sociedade compreenda a importância do empreendimento para o Brasil. Além disso, a 4ª Corrida da Usina Hidrelétrica Belo Monte, com a participação de 500 corredores, reforça o engajamento da comunidade local, com a inclusão da prova de caminhada para as crianças, promovendo saúde e bem-estar.

Em 2024, a Norte Energia também consolidou importantes avanços na área Socioambiental, como a entrega do 24º Relatório Consolidado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o 20º Relatório à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Além disso, a Companhia participou do 6º Seminário Técnico Anual com o Ibama e das auditorias realizadas durante quatro missões da JGP, demonstrando seu compromisso em manter a conformidade aos Princípios do Equador. Essas ações estão alinhadas ao compromisso da Companhia com a transparência e responsabilidade perante as comunidades e o meio ambiente.

A Companhia concluiu um importante ciclo iniciado em 2011, tendo como resultado desse trabalho a finalização de obras de três hospitais e de 62 unidades de saúde, tanto indígenas quanto não indígenas. No setor de Saneamento, foram entregues serviços essenciais para as comunidades de Anapu, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu. A parceria com a Associação Indígena Juruna *Tubyá* também resultou na inauguração da primeira casa de farinha certificada de Altamira (PA), além da entrega de sedes para três associações indígenas, contribuindo para o fortalecimento da economia local e do desenvolvimento das comunidades.

A Norte Energia também se destacou com ações de monitoramento da fauna. Desde o início deste trabalho, 825 espécies já foram registradas, revelando a saúde dos ecossistemas da região. O projeto Tartarugas do Xingu, uma das iniciativas mais tradicionais da Companhia, que faz parte do Programa de Manejo de Quelônios, promoveu a soltura de 250 mil animais, contribuindo para a preservação da biodiversidade da região amazônica. Além disso, a 2ª Remada Ecológica, com o apoio de voluntários da Companhia, retirou quatro toneladas de lixo do Xingu, reforçando o compromisso com a preservação do ambiente.

No campo do diálogo, a Companhia realizou oito edições do Fórum de Acompanhamento Social de Belo Monte, dois ciclos de encontros com 29 comunidades do Trecho de Vazão Reduzida e 13 reuniões com o Conselho Ribeirinho, demonstrando a disposição da Norte Energia em manter a comunicação ativa e constante com as comunidades.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5

Ao longo do ano, a Companhia lançou mais três chocolates de associações indígenas, promovendo a atividade produtiva e gerando renda para essas comunidades.

A Norte Energia também manteve sua participação ativa no Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), recebendo diversas empresas associadas, que visitaram a usina e conheceram de perto os projetos de sustentabilidade da Companhia. Este engajamento reflete a contínua busca pela colaboração e pelo compartilhamento de boas práticas que impactam positivamente o desenvolvimento sustentável.

Com projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e da área de Sustentabilidade, a Companhia fez avanços importantes rumo à mobilidade elétrica na Amazônia. A Norte Energia concluiu o primeiro corredor verde da região, composto por um catamarã movido à energia solar e dois ônibus elétricos. Também colocou em funcionamento a primeira voadeira elétrica do Xingu.

A Companhia também iniciou o projeto Enguia, numa parceria com a Universidade Federal do Pará. O objetivo é construir uma voadeira elétrica nacional completa e a preço acessível para a população da região, contribuindo assim para a descarbonização dos rios.

A Norte Energia se destacou na 7ª Edição do Prêmio de Liderança Feminina, concedido pelo CEBDS, sendo reconhecida pela composição majoritariamente feminina de seu Conselho de Administração, com sete mulheres entre os 12 membros.

Durante o ano, a Norte Energia demonstrou a essencialidade da Usina Belo Monte para o Brasil, não apenas no setor energético, mas também em termos socioambientais, de desenvolvimento regional e sustentabilidade. Essas conquistas refletem, igualmente, o esforço da Companhia em promover o desenvolvimento econômico-financeiro, fundamental para garantir sua sustentabilidade a longo prazo.

Financeiramente, o ano de 2024 foi marcado por desafios significativos decorrentes de fatores conjunturais, especialmente os impactos do fenômeno *El Niño*, que, a partir de junho de 2023, reduziu consideravelmente as chuvas na bacia do rio Xingu, afetando diretamente a região Norte do Brasil e, conseqüentemente, nossa receita operacional. Esse fenômeno, aliado a um Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em seu piso mínimo, afetou a receita operacional líquida, que apresentou um crescimento de apenas 8% em relação ao ano anterior. Além disso, o EBITDA sofreu uma queda de 5%, refletindo o aumento das despesas com a compra de energia, que chegaram a R\$ 281 milhões, um aumento de 14% em relação a 2023.

Os investimentos da Companhia apresentaram uma queda de 41%, totalizando R\$ 394 milhões. Desses, aproximadamente 72% foram destinados ao cumprimento dos condicionantes socioambientais, ou seja, R\$ 284 milhões. Além disso, R\$ 14 milhões foram alocados para montagem, aquisição de estoque e equipamentos sobressalentes.

Outubro de 2024 foi marcado por uma operação estruturada de R\$ 800 milhões, que garantiu à Companhia não apenas liquidez para o final de 2024, mas também para os dois anos seguintes. A Norte Energia registrou uma receita financeira de aproximadamente R\$ 250 milhões e obteve a recuperação de tributos que ultrapassaram R\$ 300 milhões durante o ano, consolidando seu desempenho financeiro positivo.

Ao longo do ano, reforçamos a essencialidade da UHE Belo Monte para o Brasil e aprendemos que comunicar de forma clara os compromissos cumpridos é fundamental para consolidar a reputação da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6

Destacamos, também, o empenho incansável de nossos colaboradores que, com dedicação e espírito inovador, buscaram soluções eficazes para mitigar os impactos adversos do cenário enfrentado.

Agradecemos aos nossos acionistas pelo apoio contínuo em um contexto tão desafiador, bem como pela confiança depositada na busca de soluções para reverter os resultados obtidos.



Paulo Roberto Ribeiro Pinto
Diretor-Presidente da
Norte Energia



Rodrigo Limp Nascimento
Presidente do Conselho de
Administração da Norte Energia

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Perfil Corporativo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8

1. Perfil Corporativo

A Norte Energia é responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte e obteve em 2015, a Licença de Operação nº 1.317/2015 (LO nº 1.317/2015), concedida pelo Ibama, para iniciar a geração de energia. Esse foi um grande marco para a Companhia e o início da transição da fase de obras para a operação efetiva do empreendimento.

Constituída sob a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE), a Norte Energia venceu o leilão de concessão em abril de 2010 e tornou-se responsável pela construção e operação da UHE Belo Monte. O empreendimento tem uma capacidade total instalada de 11.233,1 MW de geração de energia e garantia física de 4.571 MW médios, conforme estabelecido no Contrato de Concessão.

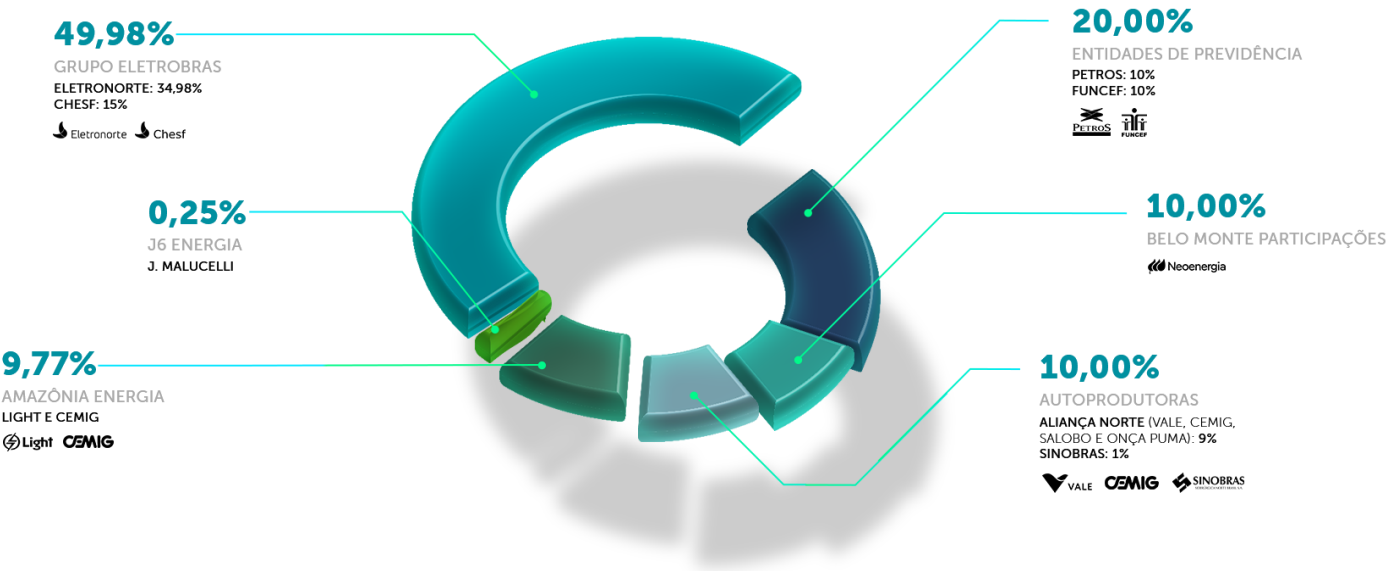
Ao assumir o desafio de construir e operar a UHE Belo Monte, a Norte Energia firmou o compromisso de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, por meio da geração de energia elétrica limpa, renovável, confiável e a preço justo, utilizando o potencial hidrelétrico do rio Xingu. A usina é integrante do Sistema Interligado Nacional (SIN), e traz maior segurança em função, principalmente, do melhor aproveitamento das diferenças hidrológicas de cheia e seca registradas entre as diversas regiões do Brasil e de outros países vizinhos, que contribuem com a matriz energética brasileira.

O prazo de gerenciamento da usina pela Norte Energia, definido no contrato de concessão, é de 35 anos, acrescido de mais 319 dias, conforme o Terceiro Termo Aditivo. As atividades da Companhia continuaram distribuídas entre Brasília (DF), onde fica sua sede administrativa; Altamira (PA), município polo da região do empreendimento, e Vitória do Xingu (PA), município onde está localizada toda a estrutura física da UHE Belo Monte. Até dezembro de 2024, 419 colaboradores próprios integravam o quadro funcional da Companhia.

Composição Acionária

A Norte Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, cujos acionistas são de diferentes segmentos de atuação e por fundos de previdência complementar. Em 2015, a Aliança Norte Energia e Participações S/A teve sua composição alterada. Inicialmente formada apenas pela Vale S/A, a acionista passou a ser composta também pela Cemig Geração e Transmissão S/A, com 49% das ações. Em 11 de agosto de 2022 foi concretizada a transferência da totalidade das ações de emissão da Companhia, detidas por Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) para Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte), mediante anotações no Livro de Transferência de Ações Nominativas e no Livro de Registro de Ações Nominativas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



1.1 O Empreendimento

O Brasil possui uma das matrizes energéticas mais limpas e renováveis do planeta e a Usina Hidrelétrica Belo Monte instalada no rio Xingu, no Pará, contribui significativamente para este resultado. Com uma capacidade instalada de 11.233,1 MW e uma geração média de energia de 4.571 MW, a usina é a maior hidrelétrica 100% brasileira e a quinta maior do mundo.

A energia gerada pela UHE Belo Monte é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), através de cinco linhas de transmissão e comercializada da seguinte forma: 70% no mercado regulado para 26 Estados, mediante Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), por meio de 45 distribuidoras; 10% para autoprodutores, sócios da Norte Energia, através de contratos bilaterais de compra e venda de energia; e 20% para o mercado livre.

Repassamos R\$ 148,6 milhões aos municípios atingidos pelo reservatório da usina, ao Estado do Pará e à União, como Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH). Além disso, destinou-se até 2024 o montante de R\$ 95,1 milhões a projetos de pesquisa, regulados pelo Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), conforme as regras do setor elétrico brasileiro.

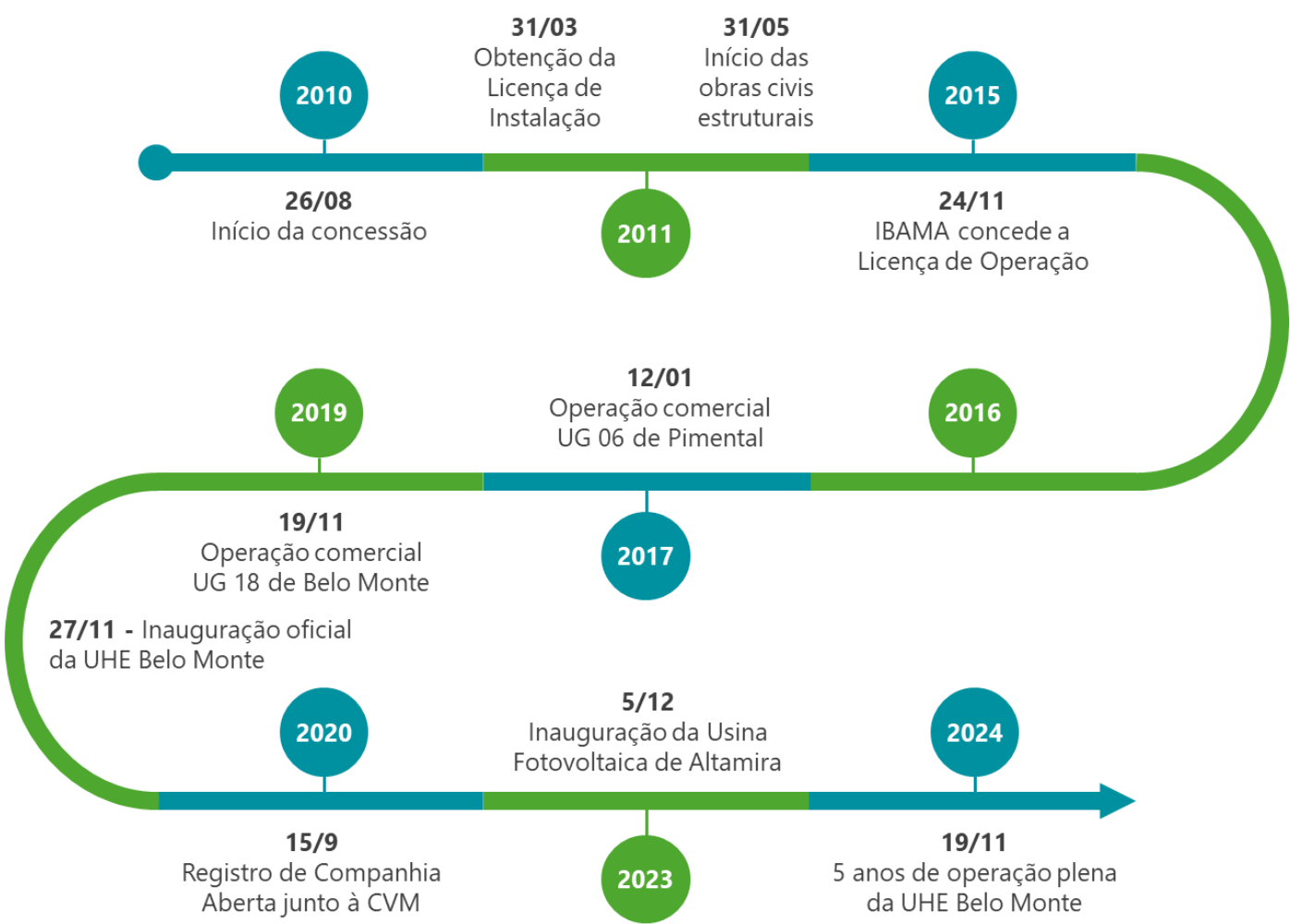
Mais do que produzir energia, a UHE Belo Monte gera riquezas, desenvolvimento social e econômico. E, com o intuito de reduzir o impacto ambiental, o projeto foi licitado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) com a operação do tipo “fio d’água”, cujo objetivo é reduzir o impacto no meio ambiente e nas comunidades do entorno.

A UHE Belo Monte possui reservatórios com área total de 478 km², dos quais 274 km² correspondem ao leito original do próprio rio Xingu, no período da cheia. Em comparação com o plano original da década de 1980, a área de inundação foi reduzida em 61%.

Usina a fio d'água

Esse tipo de usina não possui reservatório de acumulação, operando praticamente em queda de água constante, em uma região com grande desnível natural. No caso da UHE Belo Monte, o desnível da Casa de Força Principal, que abriga 18 unidades geradoras do tipo Francis, é de aproximadamente 100 metros. Assim, sua produção de energia varia de acordo com o regime hídrico do rio. A opção por uma usina a fio d'água, como a UHE Belo Monte, por não possuir um reservatório, renuncia a parte do potencial energético do rio Xingu, para manter as populações indígenas em suas terras e o uso dos recursos hídricos pelas comunidades ribeirinhas. A Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, por exemplo, tem potência para gerar 14 mil MW e uma área inundada de 1.350 km2. Já a UHE Belo Monte inundou uma área 2,8 vezes menor que essa, ou seja, de 478 km2, e possui capacidade instalada de 11.233,1 MW.

Resumo Cronológico dos Principais Eventos



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Governança Corporativa

2. Governança Corporativa

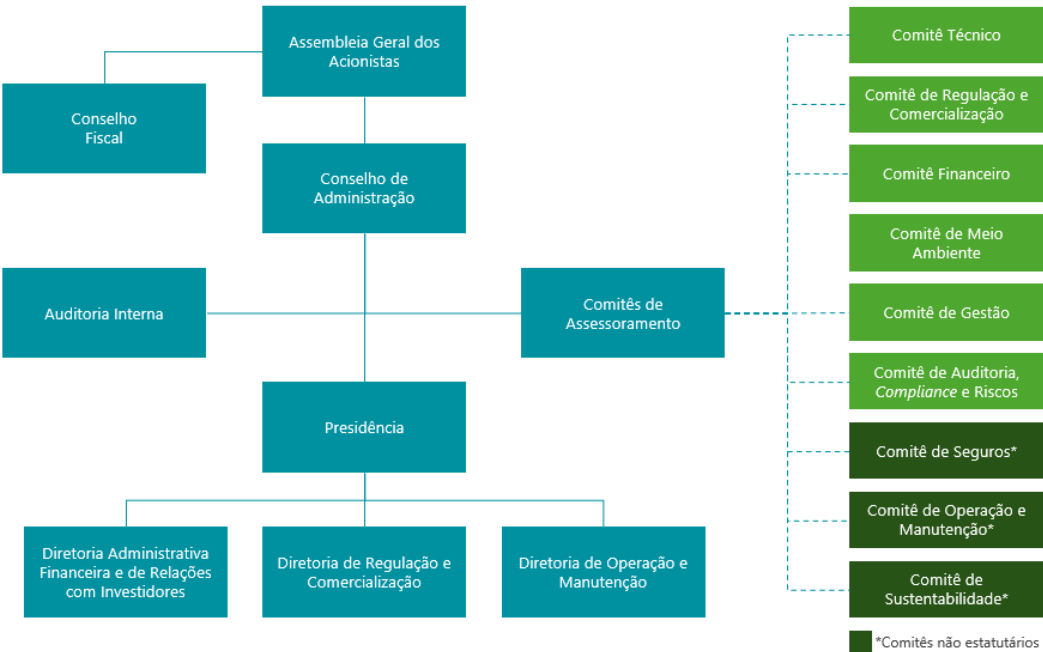
A estrutura de governança é composta pelo Conselho de Administração (CA), Conselho Fiscal e Diretoria, além da Assembleia Geral dos Acionistas e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração. A Gerência de Governança e Negócios atua na gestão e desenvolvimento de pautas junto aos órgãos da Companhia. Nos termos do Estatuto Social da Norte Energia, os cargos de presidente do CA e de diretor-Presidente não podem ser acumulados pelo mesmo profissional.

O CA é composto por 12 membros efetivos e suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral dos Acionistas. Reúne-se ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente, sempre que convocado por seu presidente ou dois terços de seus membros. Entre suas atribuições estão o estabelecimento de diretrizes estratégicas gerais de negócio de longo prazo e a eleição ou destituição da Diretoria Executiva, bem como a supervisão de seu desempenho.

O Conselho de Administração da Norte Energia contou em 2024 com o assessoramento de nove comitês, compostos por representantes dos acionistas, sendo seis comitês estatutários e três comitês não estatutários.

A Companhia baseia seu modelo de gestão na transparência, respeito no relacionamento com os acionistas e com o mercado, e na sustentabilidade de seus negócios e, por isso, busca aprimorar constantemente suas práticas de governança corporativa. Adota ainda uma série de ações que asseguram a conduta ética dos negócios, bem como o compartilhamento de decisões.

A Norte Energia presta contas periodicamente acerca de suas atividades e desempenho, apresentando dados revisados por auditoria externa independente. A divulgação de resultados segue as normas internacionais de contabilidade definidas pela *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Além disso, considerando sua natureza de companhia aberta e em prol da transparência, a Norte Energia disponibiliza constantemente informações para o mercado, por meio do seu site e no sistema disponibilizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos termos da legislação aplicável.



2.1 Órgãos de Governança

2.1.1 Conselho de Administração

Responsável por definir as estratégias de longo prazo da Norte Energia, o Conselho de Administração acompanha a execução pela Diretoria das ações estabelecidas e toma decisões sobre temas relevantes no âmbito dos negócios, em consonância com as atribuições conferidas pelo Estatuto Social da Norte Energia.

O Conselho é composto por doze membros efetivos e suplentes, eleitos em Assembleia Geral, sendo dois deles independentes. Ao final de 2024, a Norte Energia contava com doze Conselheiros de Administração para mandatos unificados de dois anos.

No contexto dos esforços envidados com vistas à promoção de um ambiente organizacional plural e representativo, em 2024, a Norte Energia apresentou um avanço significativo na diversidade de gênero em sua estrutura de governança, uma vez que sete dos doze membros titulares no Conselho de Administração (CA) são mulheres, isto é, 58% de representação feminina na mais alta instância de governança corporativa.

Conselho de Administração (31 de dezembro de 2024)	
Membros Efetivos	Cargo
Rodrigo Limp Nascimento	Presidente
Carla de Andrade Souza e Andrade Pinto Werdine Machado	Conselheira
Ruy Flaks Schneider	Conselheiro
Élio Gil Meirelles Wolff	Conselheiro
Ana Silvia Corso Matte	Conselheira
Susana Hanna Stiphan Jabra	Conselheira
Ana Maria Loureiro Recart	Conselheira
Solange Maria Pinto Ribeiro	Conselheira
Ludmila Lopes Nascimento Brasil	Conselheira
Thadeu Carneiro da Silva	Conselheiro
Marina Freitas Gonçalves de Araujo Grossi	Conselheira Independente
Rafael Salvador Grisolia	Conselheiro Independente

2.1.2 Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Os Comitês são órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração em questões relacionadas às respectivas áreas de competência. Não exercem funções deliberativas ou executivas, sendo a coordenação de cada comitê atribuída a um conselheiro. Com mandatos de dois anos, coincidentes com os mandatos do CA, os integrantes dos comitês devem possuir experiência e capacidade técnica nas áreas-chave de atuação. Os Comitês Estatutários são:

Comitê Financeiro

Responsável pelo acompanhamento dos resultados da Companhia, pela análise dos processos de seleção de fornecedores de serviços financeiros e de estudos e propostas requeridos pelo Conselho de Administração, relativos a serviços financeiros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Comitê Técnico

Responsável pela análise dos processos de seleção dos fornecedores de engenharia, fornecimento e construção, e dos relatórios de avanços das obras civis, de fornecimento e de montagem.

Comitê de Meio Ambiente

Responsável pela análise dos processos de seleção de fornecedores de serviços de meio ambiente e dos relatórios de avanço no cumprimento das condicionantes ambientais, bem como o acompanhamento de outras matérias de cunho socioambiental.

Comitê de Gestão

Responsável pela análise dos processos de seleção de fornecedores de serviços administrativos e de políticas de remuneração e benefícios.

Comitê de Auditoria, Compliance e Risco

Responsável pela análise e emissão de recomendações sobre trabalhos da Auditoria Interna, Contabilidade e da auditoria independente, riscos a serem assumidos pela Companhia, controles internos, gestão de riscos e gestão financeira.

Comitê de Regulação e Comercialização

Responsável por acompanhar e elaborar estudos, pareceres e notas técnicas sobre a regulamentação do setor elétrico, as regras de comercialização vigentes e suas alterações.

Temos ainda o Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Seguros e Comitê de Operação e Manutenção, que não são estatutários.

2.1.3 Diretoria

A Diretoria é composta por um diretor-Presidente, um diretor de Operação e Manutenção, um diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores e um Diretor de Regulação e Comercialização, nos termos do Art. 23 do Estatuto Social da Companhia.

Responsável pela gestão e representação da Companhia, a diretoria estatutária da Norte Energia é eleita pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição. Essa escolha acontece após processo de recrutamento e seleção de mercado.

Diretoria (31 de dezembro de 2024)	
Nome	Cargo
Paulo Roberto Ribeiro Pinto	Diretor-Presidente
Luiz Fernando Rolla	Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores
Wady Charone Júnior	Diretor de Operação e Manutenção
Sílvia Curia de Melo Cabral	Diretora de Regulação e Comercialização



2.1.4 Conselho Fiscal

De caráter permanente, o Conselho Fiscal na Norte Energia é formado por cinco membros, dentre eles, um presidente. As reuniões são trimestrais ou, em caráter extraordinário, quando convocado por seu presidente ou mediante solicitação de qualquer um de seus membros. Como órgão fiscalizador dos atos de gestão, analisa as demonstrações financeiras e opina sobre planos de investimentos, dentre outras atribuições.

Ao final de 2024, o Conselho Fiscal contava com cinco membros titulares, que são eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral dos Acionistas. O mandato dos conselheiros fiscais termina na data da primeira Assembleia Geral Ordinária do exercício subsequente à sua eleição, sendo admitida a recondução, conforme abaixo:

Conselho Fiscal (31 de dezembro de 2024)	
Membros Efetivos	Cargo
Cristina Rabelo Engelke	Presidente
Marcos José Lopes	Conselheiro
Ronaldo Alves Pereira Pires	Conselheiro
Michelle de Frias Braz	Conselheira
Aloísio Macário Ferreira de Souza	Conselheiro

2.1.5 Gerência de Governança e Negócios

A Gerência de Governança e Negócios é responsável por reunir os princípios, regras, estruturas e processos que regem a organização, com foco na geração de valor sustentável. Também atua como interface entre os diversos órgãos da Companhia e apoia as relações com seus acionistas.

A Governança estabelece recomendações e práticas destinadas a assegurar o cumprimento do Estatuto Social, em especial no que se refere ao objeto social e ao interesse social da Norte Energia e de seus acionistas. Além disso, garante a conformidade com as determinações do Acordo de Acionistas atualmente vigente e com as políticas adotadas pela Companhia.

2.2 Controle e Integridade

2.2.1 Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance

A área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* tem como finalidade fortalecer a estrutura de governança e apoiar a Administração na tomada de decisões com mais eficiência, transparência e segurança, além de proporcionar maior confiabilidade para os *stakeholders*.

O principal objetivo é conduzir a gestão dos riscos da Norte Energia, por meio de metodologia e ferramentas adequadas, baseado no COSO ERM (padrão mundial) e na Norma ISO 31000, considerando aspectos qualitativos e quantitativos. A área fornece à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal, aos Comitês de Assessoramento e ao Conselho de Administração informações suficientes e tempestivas sobre o gerenciamento de riscos, permitindo que esses órgãos cumpram suas funções de forma eficaz.

Os riscos são classificados por cenários de priorização, sendo o nível 1 o cenário de maior relevância, com impactos diretos na continuidade dos negócios da Companhia. Esses riscos são validados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho de Administração. Os riscos nos níveis 2 e 3 referem-se a cenários que

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

16

afetam as atividades da Companhia, mas não comprometem a continuidade dos negócios da Norte Energia. Os riscos estão definidos nas categorias Ambiental, Estratégica, Financeira, Operacional e Regulatória.

A matriz de riscos é revisada, no mínimo, anualmente pela área de Gestão de Riscos e de forma contínua pelos responsáveis pelos riscos. O monitoramento dos riscos e dos planos de mitigação é realizado periodicamente, de acordo com o nível de relevância.

A área de Controles Internos tem como função assessorar as áreas operacionais da Companhia no desenho do ambiente de controles, na implementação de controles e no monitoramento das atividades operacionais. Nesse contexto, foram implementados controles em diversas áreas, como Governança, Operação, Manutenção, Comercialização, Ambiental e áreas de suporte. O fortalecimento contínuo do ambiente de controles internos apoia a Norte Energia no atingimento de seus objetivos estratégicos. Anualmente, o ambiente de controles internos passa por uma revisão do desenho dos controles, atualizando as atividades conforme as necessidades das áreas de negócio, que também são revistas e aprimoradas.

No que se refere aos riscos relacionados à legislação anticorrupção e à lavagem de dinheiro, a Companhia possui um Programa de Integridade, sob a gestão da área de *Compliance*, que inclui normativos e mecanismos voltados para a prevenção, detecção e mitigação de condutas irregulares, pautados na disseminação de uma cultura ética corporativa.

Como parte do Programa de Integridade, a Norte Energia possui um Canal de Denúncias, gerido externamente por empresa especializada, que permite registro de relatos tanto de colaboradores quanto do público em geral sobre eventuais descumprimentos ao Código de Conduta e Ética da Companhia. O Canal de Denúncias está acessível para o envio de denúncias por meio do link <https://canalconfidencial.com.br/norteenergia/> ou pelo telefone gratuito **0800 941 9667**, disponível de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. O canal pode ser utilizado de forma anônima.

A área de *Compliance* também implementou um plano de mitigação e monitora a Matriz de Riscos de Fraude, mecanismo interno que identifica as principais ações que podem desencadear fraude, corrupção e desvios de numerários, priorizando ações preventivas e detectivas, além de planos de ação específicos.

Os resultados da Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, bem como as não conformidades identificadas, são reportados mensalmente à Diretoria Executiva e ao Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, e trimestralmente ao Conselho Fiscal.

2.2.2 Auditoria Interna

A Auditoria Interna está subordinada organizacionalmente ao Conselho de Administração e, funcionalmente, à Presidência da Companhia, garantindo um nível adequado de independência para a realização de seus trabalhos. Esse posicionamento permite que a auditoria atue com imparcialidade e objetividade, contribuindo para a melhoria dos processos internos e a mitigação de riscos corporativos.

Planejamento e Execução das Auditorias

Anualmente, é elaborado o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) com base em critérios específicos, incluindo a Matriz de Riscos Corporativos e outros fatores estratégicos. Esse plano define os trabalhos de auditoria a serem executados no ano seguinte e passa por um processo rigoroso de aprovação. Inicialmente, é avaliado pela Diretoria Executiva e pelo Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos, que o recomenda ao

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

17

Conselho de Administração para aprovação final. Esse processo assegura que os trabalhos estejam alinhados às necessidades estratégicas da organização, promovendo maior eficiência e controle.

Além do planejamento anual, a Auditoria Interna pode realizar auditorias especiais ou investigações em resposta a eventos específicos, denúncias ou riscos emergentes. Essa flexibilidade permite que a auditoria atue de forma proativa, contribuindo para a integridade e confiabilidade das operações da Companhia.

Metodologias e Normas

A Auditoria Interna conduz suas atividades em conformidade com as diretrizes do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), seguindo as normas estabelecidas no *International Professional Practices Framework* (IPPF). Essas diretrizes incluem princípios essenciais, requisitos para a execução dos trabalhos e padrões éticos que garantem a qualidade e a credibilidade das auditorias.

Além disso, a Auditoria Interna adota o modelo das Três Linhas, também proposto pelo IIA. Esse modelo fortalece a governança corporativa ao estabelecer responsabilidades claras entre as diferentes funções da organização, assegurando que a auditoria não apenas identifique deficiências e riscos, mas também contribua para a implementação de melhorias contínuas nos processos da Companhia.

Relatórios e Comunicação dos Resultados

Os resultados dos trabalhos da Auditoria Interna são reportados mensalmente ao Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos, bem como ao Conselho Fiscal, garantindo transparência e suporte a governança corporativa. Os relatórios incluem achados relevantes, recomendações de melhorias e prazos para a implementação de ações corretivas.

Para assegurar a efetividade do trabalho, a Auditoria Interna também realiza o acompanhamento das recomendações emitidas, monitorando a implementação das melhorias sugeridas e reportando qualquer atraso ou descumprimento às instâncias superiores. Esse monitoramento contínuo reforça o compromisso da Companhia com a integridade, a eficiência e a mitigação de riscos.

Papel Estratégico da Auditoria Interna

Mais do que identificar falhas e riscos, a Auditoria Interna desempenha um papel estratégico no fortalecimento da governança corporativa. Ao oferecer *insights* sobre a eficiência dos processos, a conformidade com normas e regulamentos e a adequação dos controles internos, a auditoria contribui diretamente para a sustentabilidade e o crescimento da Companhia.

Além disso, a Auditoria Interna atua como um canal de comunicação para a alta administração e os órgãos de governança, assegurando que riscos significativos sejam devidamente endereçados e que a Companhia esteja alinhada com as melhores práticas do mercado.

Por meio desse trabalho contínuo, a Auditoria Interna reforça a cultura de transparência, responsabilidade e aprimoramento contínuo dentro da organização, agregando valor e fortalecendo sua credibilidade perante acionistas, investidores e demais partes interessadas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

18

2.2.3 Auditoria Independente

As Demonstrações Financeiras da Companhia são elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e validadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de estarem alinhadas com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Os resultados financeiros são periodicamente auditados por uma auditoria externa independente.

Para o exercício de 2024, as Demonstrações Financeiras foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers (PwC), que já realiza a auditoria da Companhia desde o seu primeiro ano de operação, em 2010. Durante o período de 2011 a 2014, a auditoria foi realizada pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. (EY). Após este período, a EY foi substituída pela PwC, que auditou a Companhia no triênio de 2015 a 2017. A EY retornou para realizar a auditoria nos anos de 2018 a 2020, em conformidade com o rodízio de auditoria recomendado pelo Conselho de Administração da Norte Energia.

Em 2020, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na CVM, categoria A. No ano de 2021, foi realizada uma nova tomada de preços para a seleção do auditor independente para o período de 2022 a 2024, com a EY sendo novamente contratada, após deliberação do Conselho de Administração.

No entanto, em 27 de maio de 2024, a EY comunicou à Companhia um conflito de independência relacionado a um dos seus acionistas, o que resultou na rescisão do contrato de auditoria com a Norte Energia. Em consequência, a Companhia realizou uma nova tomada de preços em junho de 2024 para a seleção do auditor independente para o período de 2º trimestre de 2023 até o 4º trimestre de 2026, processo no qual a PwC foi novamente selecionada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Sustentabilidade e Estratégia ESG

3. Sustentabilidade e Estratégia ESG

3.1 Energia da Amazônia Essencial para o País

Muito mais do que gerar e comercializar energia, a Norte Energia contribui de forma significativa para a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico sustentável da Amazônia.

Em alinhamento com as práticas de transparência, disponibilizamos em nosso site os Relatórios Anuais de Sustentabilidade, auditados por terceiros, além dos relatórios trimestrais da auditoria independente dos bancos financiadores do Complexo Hidrelétrico Belo Monte, que comprovam nosso cumprimento dos Princípios do Equador.

Nossa governança inclui um Comitê de Sustentabilidade (não estatutário), composto por membros do Conselho de Administração. Além dessa instância, a companhia conta também com uma Superintendência e duas Gerências dedicadas ao tema. No âmbito da governança, a coordenação do Comitê de Sustentabilidade é liderada por uma mulher, conselheira independente, que possui uma sólida carreira na área.

No contexto voltado à promoção de um ambiente organizacional plural e representativo, em 2024, a Norte Energia apresentou um avanço significativo na diversidade de gênero em sua estrutura de governança, visto que sete dos doze membros titulares no CA são mulheres, representando 58% de participação feminina na mais alta instância de governança corporativa.

Este marco representa um crescimento em relação a 2023, quando a companhia alcançou um cenário de paridade no CA, momento no qual recebemos o selo *Women On Board* (WOB), uma iniciativa independente, apoiada pela Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres, que visa reconhecer, valorizar e divulgar a presença de mulheres em Conselhos de Administração e Conselhos Consultivos. A iniciativa tem como objetivo demonstrar os benefícios da diversidade de gênero no ambiente corporativo, evidenciando sua contribuição para o fortalecimento do mundo empresarial e para a sociedade em geral. O selo é concedido às empresas que possuam, no mínimo, duas conselheiras efetivas/titulares em seus quadros.

Adicionalmente, destacamos os avanços na representação feminina na Diretoria Executiva da Companhia, que, em 2024, passou a contar com uma mulher ocupando uma das quatro vagas, especificamente na Diretoria de Regulação e Comercialização. Esses avanços reforçam a trajetória ascendente da Norte Energia na construção de um ambiente organizacional no qual as lideranças sejam cada vez mais representativas da diversidade presente na sociedade.

No que diz respeito à nossa governança e às ações voltadas à sustentabilidade, mantivemos nossa participação no Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), uma associação civil sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento sustentável por meio da articulação com os governos e a sociedade civil. No âmbito do CEBDS, continuamos nossa participação nas Câmaras Técnicas de Biodiversidade e Biotecnologia (CT Bio), Impacto Social, Água (CT Água), Clima, Energia e Finanças Sustentáveis (CT Clima), assim como no Grupo de Trabalho (GT) Amazônia.

Entre as ações promovidas pelo CEBDS, destacamos nossa participação na COP16 de Biodiversidade, realizada em 2024 em Cali, na Colômbia. A biodiversidade é um tema material para a Norte Energia, e nossa participação na COP16 reforça nosso compromisso com a preservação ambiental. Essa iniciativa está em plena consonância com nosso reconhecimento da importância de colaboração entre diferentes atores para

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

21

o desenvolvimento de práticas sustentáveis que agreguem valor tanto para o meio ambiente quanto para a sociedade.

Também enfatizamos que, por meio da CTBio, participamos do projeto-piloto de rodagem da *Taskforce on Nature-related Financial Disclosures* (TNFD), pela primeira vez no Brasil, por meio do Grupo Setorial de Energia e Infraestrutura (GSEI), com a participação de outras empresas. Os resultados desse projeto-piloto foram consolidados na publicação intitulada "*Disclosure de natureza em um país megadiverso: estudo de caso do setor de energia e infraestrutura*", lançada em dezembro de 2024. Ainda no contexto da CTBio, a Norte Energia se destacou como uma das 37 empresas mais engajadas entre as 104 empresas associadas ao CEBDS inscritas no projeto.

No âmbito da CT Social, nosso forte engajamento resultou na eleição, em abril de 2024, de uma colaboradora da Norte Energia para o mandato 2024-2026, na função de co-líder. Sua atuação nessa Câmara Técnica tem como objetivo articular de forma estratégica os temas-chave para a sustentabilidade dos negócios, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável do país.

Em relação aos compromissos assumidos perante o Pacto Global da ONU, em julho de 2024, reportamos nossa primeira Comunicação de Progresso (CoP), onde evidenciamos nosso desempenho com base nos 10 princípios e nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Também mantivemos nossa participação no Grupo de Trabalho em Direitos Humanos para o Setor Elétrico Energético e integramos a iniciativa Ambição 2030. Com esse movimento, a Norte Energia reafirma seu compromisso em alinhar suas ações às melhores práticas de sustentabilidade.

Como resultado desses esforços, permanecemos em 2024 com o Selo Ouro Energia Sustentável, concedido pelo Instituto Acende Brasil no ano anterior. A certificação, conduzida pela PwC Contadores Públicos, reconheceu a responsabilidade socioambiental dos empreendimentos de energia elétrica para além das exigências legais, avaliando como as empresas gerenciam suas práticas de sustentabilidade de forma eficiente e responsável.

Balizada pelas diretrizes estabelecidas na Política de Sustentabilidade da Norte Energia, a atuação da Companhia se fundamenta em três pilares: Energia Renovável, Desenvolvimento Socioeconômico Regional e Proteção Ambiental da Amazônia, e tem dado continuidade a projetos e ações que beneficiam as pessoas e o território no qual o Complexo Belo Monte está instalado e operando.

No Pilar Energia Renovável, publicamos nosso 3º Inventário Corporativo de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), referente ao ano-base 2023, que é um instrumento para identificar as fontes de emissões, quantificá-las e mitigá-las, e atualmente é considerado um parâmetro que agrega valor e confiança à imagem da Companhia. Este Inventário, que abrange os Escopos 1 (emissões diretas), 2 (emissões indiretas decorrentes da compra de eletricidade) e 3 (emissões indiretas da cadeia de valor), foi verificado por terceira parte acreditada e recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro *GHG Protocol*. Este reconhecimento atesta a qualidade das informações apresentadas e a transparência das ações da Companhia. O total de emissões identificado foi de 11.219,31 tCO₂e, distribuídos entre os Escopos 1, 2 e 3. A usina possui um indicador de intensidade de emissões muito baixo, comparativamente aos valores de referência de outras fontes geradoras de energia, o que demonstra a elevada eficiência da operação da UHE Belo Monte na geração de energia de baixa emissão de gases de efeito estufa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

22

Somando-se a essas ações e alinhada com a temática Amazônia & Inovação, a Companhia seguiu com seus investimentos em Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI). Entre esses projetos, destacam-se: Fotovoltaico, Caracterização de eventos extremos de precipitação (mudanças climáticas), Eletrolisador (Microrrede Fotovoltaica Isolada com Armazenamento de Energia Elétrica em Hidrogênio Verde para Atendimento Contínuo de Carga), Supercapacitores integrados com geração fotovoltaica, Projeto Reflorestamento, Embarcação Autônoma e Embarcação Elétrica.

No campo da inovação, destacamos, em maio de 2024, a viagem inaugural da primeira voadeira elétrica da região amazônica, a Poraquê I, que está em operação nos reservatórios da usina. O projeto teve início em 2022, com a parceria da Norte Energia e da Universidade Federal do Pará (UFPA), e visa contribuir para a descarbonização da região do Xingu, além de promover o desenvolvimento de um meio de transporte mais acessível economicamente para a população local. O projeto também busca substituir combustíveis fósseis, como gasolina e óleo diesel, por fontes de energia limpa, com o desenvolvimento de baterias nacionais para propulsão elétrica.

Em novembro de 2024, também realizamos a viagem inaugural do Poraquê, um catamarã totalmente elétrico, com capacidade para 25 passageiros, que circulou nas águas do Rio Guamá, em Belém (PA). O catamarã integra o Sistema Inteligente Multimodal da Amazônia (SIMA), que também inclui dois ônibus elétricos já em operação no campus da UFPA.

O detalhamento desses e de outros projetos de PDI, além de outros investimentos da Norte Energia, pode ser consultado em nosso site: <https://www.norteenergiasa.com.br/pdi/sobre-o-programa>.

A Usina Fotovoltaica de Altamira (PA) atendeu plenamente, com energia 100% limpa e renovável, a demanda de eletricidade das unidades consumidoras da Norte Energia no estado do Pará.

No Pilar Proteção Ambiental da Amazônia, demos continuidade ao Floresta Viva, por meio do Edital Bacia do Rio Xingu, um *matchfunding* em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras empresas. O objetivo é implementar projetos de restauração ecológica com espécies nativas e sistemas agroflorestais nos biomas brasileiros. Trata-se de um cofinanciamento em que ambas as partes contribuem igualmente em termos financeiros, com um investimento de R\$ 5 milhões da Norte Energia e o mesmo valor pelo banco. No total, somando as contribuições da Norte Energia, das outras empresas participantes e do BNDES, serão destinados R\$ 26,7 milhões em recursos não reembolsáveis para projetos de restauração de áreas degradadas e fortalecimento de cadeias produtivas da Bacia Hidrográfica do Xingu, na região amazônica.

A partir do lançamento do Edital Xingu, em 2024, foram selecionados, pelo Núcleo Gestor do Floresta Viva – composto pelo BNDES, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), Energisa, Fundo Vale e Norte Energia – quatro projetos a serem executados na região ao longo de 48 meses, sendo eles:

- **Projeto 1:** Denominado “Sempre Vivas, Sempre Verdes: restauração ecológica e inclusão socioprodutiva na RESEX Verde para Sempre”, a ser executado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB), este projeto promoverá a restauração de 200 hectares na porção do Baixo Xingu, em Porto de Moz (PA).
- **Projeto 2:** “Xingu Sustentável: o cacau orgânico gerando renda e promovendo a restauração ecológica do Médio Xingu”, que será executado pela Cooperativa Central de Produção Orgânica da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

23

Transamazônica e Xingu (CEPOTX), promoverá a restauração de 150 hectares de áreas na porção do Médio e Baixo Xingu, no estado do Pará.

- **Projeto 3:** Denominado “Reset Assurini”, a ser executado pela Fundação de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável Guamá. Este projeto promoverá a restauração de 150 hectares de áreas na porção Baixo Xingu, especificamente no Projeto de Assentamento Itapuama, em Altamira (PA).
- **Projeto 4:** “Na trilha da Floresta Viva: restauração ecológica socioproductiva na Bacia do Xingu”, que será executado pela Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX), promoverá a restauração de 200 hectares de áreas nas porções do Alto e Médio Xingu.

Já no Pilar Desenvolvimento Socioeconômico Regional, em parceria com o Centro de Empreendedorismo da Amazônia (CEA), a Companhia concluiu a etapa de aceleração, última fase do programa Belo Monte Empreende, que é composto por 8 eixos (jurídico, contábil, financeiro, gestão, marketing, vendas, produção e socioambiental), desdobrados em 48 atividades. A conclusão ocorreu por meio da realização da 2ª Feira de Negócios Sustentáveis do Xingu, em dezembro de 2024. O Belo Monte Empreende teve como objetivo formar uma nova geração de empreendedores aptos a desenvolver negócios sustentáveis na região da usina. A aceleração contou com a participação de 14 equipes que percorreram toda a jornada do programa (despertar, pré-aceleração, *demoday* e, por fim, aceleração). Mais informações sobre esse programa estão disponíveis em nosso site: <https://bmempreende.norteenergiasa.com.br/>.

Uma outra ação de destaque no Pilar Desenvolvimento Socioeconômico Regional é o programa Belo Monte Comunidade, que visa desenvolver o conjunto de ações de responsabilidade social da Norte Energia junto às comunidades do entorno da usina. As ações que o compõem estão distribuídas em nove eixos (cidadania, saúde preventiva, educação ambiental, arte e cultura, educação, esporte, voluntariado, inclusão digital, e geração de trabalho e renda).

Em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), foram continuadas as ações do Futebol Social, atendendo crianças de cinco novos bairros em Altamira (PA), bem como das comunidades de Belo Monte (em Vitória do Xingu, PA), Belo Monte do Pontal (em Anapu, PA) e Vila da Ressaca e Ilha da Fazenda (em Senador José Porfírio, PA). Em agosto de 2024, o bairro Tavaquara, também construído pela Norte Energia, foi inserido no projeto, atendendo crianças e adolescentes indígenas e ribeirinhas de 8 a 17 anos.

Também promovemos ações de capacitação e qualificação profissional na região, materializadas nos cursos de marceneiro e de assistente de contabilidade – este último voltado exclusivamente para mulheres – executados em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), foi realizado o curso de meliponicultura com as comunidades ribeirinhas do Pedrão, Palhal (em Altamira, PA) e Paratizão (em Vitória do Xingu, PA), e, em maio de 2024, foi realizada a 1ª Feira da Abelha, na Concha Acústica de Altamira (PA) reunindo apicultores de toda a região em torno da UHE Belo Monte.

Em junho de 2024, seguindo a trajetória de sucesso dos chocolates *Sìdjä Wahiü e lawá*, lançados no maior festival de chocolate da América Latina, o *Chocolat Xingu*, no ano anterior, em Altamira (PA), o Belo Monte Comunidade, a área socioambiental da Norte Energia, a Cooperativa Agroindustrial da Transamazônica e a fábrica *Cacauway* se uniram para lançar, na *Chocolat Xingu 2024*, também em Altamira (PA), mais dois

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

24

chocolates indígenas: o i) *Karaum Paru*, que significa "arara da água", e o ii) *Yudjá*, nome da etnia. De origem amazônica, ambos produzidos a partir das amêndoas do fruto do cacau advindos das comunidades.

Em setembro de 2024, foi lançado o 5º chocolate indígena, denominado *Ita'Aka Akauwa*, que significa "pedra rachada". Esses chocolates carregam em suas composições os saberes dos povos originários, além da conservação da natureza e da biodiversidade. A expectativa é que essa parceria gere renda para seis aldeias da Terra Indígena (TI) *Paquicamba*, quatro da TI *Arara* e para as sete aldeias da TI *Koatinemo*, na Volta Grande do Xingu.

Além disso, outra ação executada pelo Belo Monte Comunidade, em outubro de 2024, na perspectiva de inclusão social, consistiu na seleção da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) *Kirinapan Kuruaya*, do bairro Tavaquara, para participar do Curso de Robótica da FIRST *Legó League Challenge* (FLLC), em parceria com o SESI. O curso, com carga horária de 32 horas, foi oferecido para 4 alunos do 5º ao 8º ano. A equipe da escola participou, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2024, do torneio de robótica com mais de 200 crianças de diversas cidades do Pará, realizado no SESI de Ananindeua (PA).

Em 2024, no contexto das ações desenvolvidas para o eixo da Educação, demos continuidade às atividades do Projeto de Formação de Educadores da Rede Municipal de Educação de Altamira (PA), com foco na temática étnico-racial. Como destaque, mencionamos a elaboração, submissão e aceitação de um artigo para apresentação no 10º Seminário Nacional de Meio Ambiente e Responsabilidade Social do Setor Elétrico, que ocorrerá em maio de 2025, na sede do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), no Rio de Janeiro (RJ). Esse mesmo trabalho foi um dos três selecionados para compor publicação na revista do Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica CIGRE-Brasil (CIGRE-Brasil). Adicionalmente, foram realizadas articulações com os professores participantes do Pemeiar, após seis meses da execução do projeto-piloto, para monitoramento do impacto e desafios da implementação da Lei 11.645/2008, instrumento legal que deu base para a concepção desse projeto.

Os resultados do universo de ações do Belo Monte Comunidade podem ser acessados por meio do site da Companhia, no link: <https://www.norteenergiasa.com.br/sustentabilidade/iniciativas/belo-monte-comunidade>.

No que diz respeito ao tema Direitos Humanos, foi dada continuidade ao Plano de Disseminação da Temática por meio da promoção de treinamentos direcionados à Diretoria Executiva e às superintendências, além de algumas áreas prioritárias, sendo elas: Riscos, Controles Internos e *Compliance*, Suprimentos e Auditoria Interna. Ainda nesse contexto, mantivemos nossa participação em fóruns de discussão sobre direitos humanos e empresas, como a Câmara Técnica Social do CEBDS e o Grupo de Trabalho do Setor Elétrico Energético do Pacto Global.

Ao longo de 2024, a Norte Energia reafirmou seu compromisso com a agenda ESG e com a construção de um futuro mais justo e sustentável.

Informações mais detalhadas sobre as ações aqui mencionadas constarão em nosso Relatório de Sustentabilidade 2024, que estará disponível em nosso site em breve.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Operação e Manutenção

4. Operação e Manutenção

4.1 Geração da Usina

A produção de energia no ano das UHE Belo Monte e UHE Pimental está apresentada a seguir em valores mensais:

Produção mensal de energia (MWh) em 2024			
Mês	UHE Belo Monte	UHE Pimental	Total
Janeiro ¹	1.236.685	84.386	1.321.071
Fevereiro ¹	4.114.230	124.393	4.238.623
Março ¹	4.420.030	166.320	4.586.350
Abril ¹	4.315.871	142.441	4.458.312
Maió ¹	4.468.550	166.838	4.635.388
Junho	1.035.537	156.171	1.191.708
Julho	230.716	108.069	338.785
Agosto	170.712	77.428	248.140
Setembro	142.890	45.366	188.256
Outubro	69.032	36.147	105.180
Novembro ²	65.010	46.486	111.496
Dezembro ²	1.191.704	75.672	1.267.376
Total anual	21.460.967	1.229.717	22.690.684

¹No período de janeiro a maio/2024, a UHE Belo Monte foi impactada fortemente pelo fenômeno El Niño e a geração foi inferior ao mesmo período de 2023. Porém, no ano de 2024 não houve Energia Vertida Turbinável (EVT).

²Entre 20 de setembro e 30 de novembro, em caráter excepcional e autorizado pela ANA e Ibama, a UHE Belo Monte teve a vazão reduzida de 300m³/s para 100m³/s no reservatório Intermediário, devido as afluições extremamente baixas, de forma evitar a queda do nível da água a valores que provocassem a paralisação da usina. Essa medida resultou na retomada da geração a partir de 1º de dezembro, o que foi fundamental para colaborar com o SIN no seu pior período de armazenamento, compensando a redução de geração nos meses de outubro e novembro.

4.2 Indicadores de Desempenho

Os indicadores de disponibilidade das UHE Belo Monte e UHE Pimental foram estabelecidos pela Portaria 248/2015 do Ministério de Minas e Energia (MME). Na tabela a seguir, apresentamos os resultados dos indicadores de 2024:

Indicadores da UHE Belo Monte	Referência	2024
Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada - TEIF (%)	2,92	0,66
Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada - TEIP (%)	0,00	0,23
Índice de Disponibilidade - ID (%)	97,08	99,56

Índices calculados no período de 60 meses.

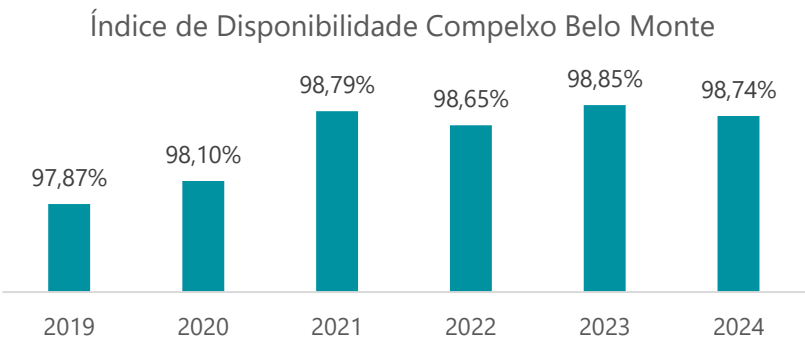
Indicadores da UHE Pimental	Referência	2024
Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada - TEIF (%)	1,67	0,37
Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada - TEIP (%)	5,40	3,82
Índice de Disponibilidade - ID (%)	93,02	95,82

Índices calculados no período de 60 meses.

4.3 Operação e Manutenção do Empreendimento

No decorrer do ano de 2024, a gestão da operação e de manutenção do Complexo Belo Monte experimentou transformações significativas, as quais culminaram em desempenhos notavelmente positivos. Estes avanços são fruto da aplicação da engenharia da confiabilidade, uma abordagem metodológica adotada concomitantemente à internalização dos serviços de operação e manutenção. Este processo teve início em março e foi diligentemente concluído em junho.

A mobilização e o empenho da equipe interna, sob a orientação e mentoria do diretor de Operação e Manutenção, não apenas elevaram a disponibilidade das unidades geradoras do complexo — alcançando 98,85% ao final do ano, sendo a maior marca do empreendimento — mas também impulsionaram significativamente a confiabilidade dos ativos de geração da Norte Energia.



4.4 Manutenção do Empreendimento

O ciclo de manutenção preventiva sistemática, contemplando intervenções de grande porte em seis unidades geradoras, sendo quatro na UHE Belo Monte e duas na UHE Pimental, incluindo ensaios elétricos e ajustes mecânicos nos equipamentos de transmissão que interligam o empreendimento ao Sistema Interligado Nacional (SIN), foi concluído com êxito dentro do período estabelecido no planejamento, entre os meses de maio e novembro. Assim, o ano foi encerrado com todas as unidades geradoras em plenas condições de atendimento às demandas estabelecidas pelo ONS.

Ainda dentro do processo de manutenção, a equipe de Segurança de Barragens realizou a Inspeção de Segurança Regular (ISR) nas estruturas civis, que é uma obrigação do empreendedor, conforme periodicidade estabelecida na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), em função da categoria do risco e do dano potencial associado às barragens. O resultado da ISR foi disponibilizado ao órgão fiscalizador e à sociedade civil, caracterizando a normalidade das trinta e três estruturas de terra e rocha que compõem as barragens e diques do Complexo Belo Monte.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Regulação e Comercialização

5. Regulação e Comercialização

A comercialização de energia em 2024 foi um importante pilar para a geração de resultados, alcançando 4.999 MW médios, destacando-se o crescimento 10,6% do volume de energia vendida em comparação com o ano de 2023 (4.519 MW médios).

Este resultado reflete a estratégia de gestão do *Generation Scaling Factor* (GSF) e do portfólio, desde a tomada de decisão de sazonalização até o acompanhamento sistemático das condições de mercado, sempre visando uma maior exploração da totalidade da Garantia Física do empreendimento (4.571 MW médios). Também contribuiu para este resultado o maior volume de energia comercializado no Mercado Livre ao longo do ano.

O resultado do ano foi impulsionado, em parte, por uma operação estruturada de compra e venda de energia, que contribuiu significativamente para o aumento do volume comercializado e para a melhoria dos resultados da comercialização.

O risco de mercado foi monitorado a partir da política de risco de comercialização do ativo, que define um limite financeiro de valor para potenciais perdas, calculado pelo *Conditional Value at Risk* (CVaR) com intervalo de confiança de 95%, e limites volumétricos de energia, estabelecendo os valores mínimo e máximo de contratação por ano. A política de risco de comercialização do ativo abrange o horizonte do ano A ao ano A+4.

Esse conjunto de fatores resultou em um aumento da Receita Bruta da Norte Energia em 8%, quando comparado com 2023, ou um aumento real da ordem de R\$ 528 milhões.

No âmbito regulatório, durante 2024, a Norte Energia apresentou contribuições em cinco instrumentos de participação pública, sendo dois junto à ANEEL e três ao MME, além de colaborar com as contribuições realizadas por algumas associações do setor.

Em 2024, a ANEEL autorizou o ressarcimento dos custos adicionais incorridos com a instalação do Sistema Especial de Proteção (SEP), cujo valor atualizado totalizou R\$ 6,9 milhões. Nesse contexto, ainda está pendente pelas áreas técnicas da agência o pleito de ressarcimento dos custos adicionais referentes às alterações na conexão da Subestação (SE) Xingu e no arranjo da SE Belo Monte (*Gas Insulated Substation* (GIS), 500 kV). Esses custos adicionais relacionados à SE GIS já foram objeto de Relatório de Auditoria Independente.

Em novembro, a Companhia enviou a Declaração de Autoavaliação Regulatória e de Desempenho Operacional (DARDO) 2024 por meio do formulário DARDOWeb, conforme exigido pelo Ofício Circular nº 40/2024-SFT/ANEEL.

5.1 Comercialização de Energia

Segundo dados da ANEEL, em dezembro de 2024, o Brasil dispunha de uma matriz elétrica com aproximadamente 209 GW de potência instalada total, de origem predominantemente renovável, com destaque para a fonte hídrica, que responde por aproximadamente 50% do total da potência instalada.

Com o baixo regime hidrológico verificado ao longo do ano de 2024, houve redução dos níveis de energia armazenada nos principais reservatórios do país. Conforme dados do ONS, os reservatórios do SIN fecharam

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

30

o ano de 2024 com 52,9% de armazenamento, cerca de 7,1% abaixo do armazenamento verificado ao final de 2023.

Com capacidade instalada de 11.233,1 MW, correspondente a cerca de 10% da capacidade total instalada das usinas hidrelétricas, e 4.571 MW médios de Garantia Física, a UHE Belo Monte gerou, ao longo de 2024, um total de 22.563 GWh, sendo responsável por atender aproximadamente 3% do consumo de energia elétrica do Brasil no ano.

Frente ao cenário hidrológico adverso em 2024, a UHE Belo Monte mais uma vez mostrou sua importância para garantir a segurança energética e o abastecimento do SIN. Por meio de uma operação diferenciada durante o período de maior escassez, a UHE Belo Monte contribuiu com o suprimento e a estabilidade da oferta de energia do país sendo despachada em horários de pico de consumo, para atender a rampa de carga, com a redução diária da geração fotovoltaica.

A estratégia de comercialização de energia no ano de 2024 possibilitou o aumento do volume de vendas em 10,6% em relação a 2023, influenciando positivamente na performance da receita bruta da comercialização. A gestão cuidadosa do risco de mercado, representado pelo GSF, foi o principal pilar dessa performance. Outra frente que contribuiu para a melhor performance da comercialização foi o resultado da venda de energia no Mercado Livre, com maiores volumes transacionados ao longo do ano, a performance da relação entre os preços de compra e venda favoreceu o resultado verificado ao longo do ano.

No último trimestre de 2024, a Companhia firmou um contrato de longo prazo envolvendo compra e venda de energia, consolidando uma estratégia que agregou valor aos resultados do ano e reforçou a atuação no mercado.

O portfólio de contratos de venda de energia da Norte Energia tem 70% de sua Garantia Física comercializada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), 10% da Garantia Física destinada à autoprodução com seus sócios Vale e Sinobrás; todos em contratos de longo prazo, com duração coincidente com o prazo da concessão, até 2045. A parcela restante da Garantia Física, correspondente a 20%, são utilizados para cobertura das perdas elétricas da rede básica, cobertura do risco hidrológico (GSF) e comercialização de energia no Ambiente de Comercialização Livre (ACL).

O GSF para o ano de 2024 foi de 87%. Para proteção contra os efeitos do GSF, a Norte Energia aderiu à repactuação do risco hidrológico, de forma que a parcela da Garantia Física destinada ao ACR (70% GF ou 3.199,7 MW médios) está inteiramente coberta por meio do pagamento de prêmio de risco. Em 2024, os valores pagos de prêmio somaram R\$ 479 milhões.

O cenário hidrológico desfavorável também atingiu a bacia do rio Xingu no de 2024, reduziu a geração da UHE Belo Monte e impactou em custos de R\$ 276 milhões decorrente do balanço da usina no MRE.

Toda a comercialização de energia realizada pela Companhia no mercado livre segue critérios estabelecidos na Política de Risco de Comercialização do Ativo e na Política de Risco de Crédito de Contrapartes, de modo a restringir os riscos inerentes ao mercado de energia e manter a sua carteira de comercialização majoritariamente composta por contrapartes sólidas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

31

5.2 Certificados de Energia Renovável (I-REC)

Em outra importante frente da comercialização vinculada à agenda de sustentabilidade é a geração de Certificados de Energia Renovável. Os I-RECs, garantem a origem de energia renovável fornecida pela UHE Belo Monte e podem ser utilizados pelos consumidores de energia para a compensação das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) dentro do Escopo 2, referente ao consumo de eletricidade.

Em 2024 a Norte Energia comercializou (na forma de cessão e aposentadoria) 986 mil I-REC, colocando a Companhia como uma das grandes impulsionadoras desse mercado de I-RECs no Brasil. A comercialização de I-REC's gerou durante o ano de 2024, receita adicional no valor aproximado de R\$ 400 mil.

5.3 Encargos Setoriais

São entendidos como Encargos Setoriais os custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias decorrente de obrigações setoriais instituídas por lei.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH):

A Lei n.º 7.990/1989 instituiu a compensação financeira para os estados, Distrito Federal e municípios, pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continentais, mar territorial ou zona econômica exclusiva.

No ano de 2024, foram desembolsados pela Norte Energia cerca de R\$ 149 milhões, distribuídos em 22% para o Estado do Pará, 29% para o Município de Altamira, 28% para o Município de Vitória do Xingu e 0,01% para o Município de Brasil Novo. Para a União foram destinados 20% distribuídos entre FNDTC, MMA, MME e ANA.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE):

A Taxa foi instituída pela Lei n.º 9.427/1996, regulamentada pelo Decreto n.º 2.410/1997, e posteriormente alterada pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. O valor da TFSEE corresponde a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária.. O valor pago pela Norte Energia em 2024 foi de R\$ 46 milhões em 2024.

Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS):

As Leis nº 9.648/1998 e nº 10.848/2004 e o Decreto nº 5.081/2004 definem as regras de organização e os procedimentos necessários ao funcionamento do ONS. Tal assunto encontra-se disciplinado pelas Resoluções ANEEL nº 351/1998 e nº 373/1999 e Resolução Autorizativa nº 772/2006. Com base no orçamento anual do ONS, aprovado pela ANEEL, as concessionárias pagam mensalmente valores relativos ao custeio das atividades de coordenação e controle da geração e da transmissão de energia elétrica do SIN. Os pagamentos relativos à contribuição ao ONS no decorrer do ano de 2024 foram de R\$ 727 mil.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE):

Contribuição Associativa é o valor individual pago mensalmente pelos Agentes da CCEE, correspondente ao rateio dos custos totais, incluindo custos operacionais, de investimento e aqueles decorrentes de atividades

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

32

realizadas para o funcionamento da CCEE. No ano de 2024 foram pagos um total de R\$ 4,4 milhões, relativos à contribuição associativa.

Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST):

Valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS pelos serviços de transmissão de energia prestados, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados. Em 2024, os pagamentos relativos ao EUST totalizaram R\$ 1,4 bilhão. Os efeitos financeiros e o tratamento contábil decorrentes da decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 1042597-30.2022.4.01.0000, relacionados ao pagamento a menor dos valores definidos pelo ONS, estão detalhados na Nota Explicativa nº 1.4 das Demonstrações Financeiras da Companhia, disponíveis no link: <https://www.norteenergiasa.com.br/>.

Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (TFRH- PA)

A Taxa foi instituída pela Lei Estadual nº 10.311, de 28 de dezembro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 4.185, de 13 de setembro de 2024, do Estado do Pará. A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS-PA) iniciou a cobrança da TFRH, referente a utilização do recurso, no mês de novembro.

Por entender que a cobrança é indevida a Norte Energia acionou a Justiça Estadual, questionando a legalidade da cobrança. Em dezembro, a 3ª Vara de Execução Fiscal da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) proferiu a decisão que autorizou a Companhia depositar em juízo os valores em cobrança emitida pelo Governo do Estado do Pará. Com a cobrança sendo exigida a partir de novembro, em 2024 foram recolhidos, na forma de depósito judicial, R\$ 1,7 milhões.

Uso do Bem Público (UBP)

De acordo com o artigo 20, §1º da Constituição Federal, os potenciais de energia hidráulica são bens da União, assegurada a participação no resultado da exploração dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica ou compensação financeira por essa exploração. O valor anual pago a título de concessão da outorga de empreendimento hidráulico e sua definição é chamado de Uso de Bem Público (UBP). O UBP da Companhia está fixado em seu contrato de uso do bem público, sendo seu valor atualizado anualmente pelo IPCA.

No ano de 2024 foram desembolsados R\$ 37 milhões a título de pagamento referente ao UBP.

5.4 Regulação

5.4.1 Instrumentos de Participação Pública

Ao longo de 2024, a Companhia participou ativamente de cinco instrumentos de consulta pública, sendo dois promovidos pela ANEEL e três pelo MME e atuou junto as Associações Setoriais nos temas compensação da Energia Vertida Turbinável (EVT), equalização da Tarifa de Energia de Otimização (TEO) Itaipu, confirmação do tratamento da ANEEL da metodologia de cálculo da TAR que impacta a CFURH e compensação dos custos socioambientais adicionais das usinas estruturantes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

33

5.4.2 Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI)

Em relação ao PDI da ANEEL, a Companhia aportou R\$ 16 milhões em 16 Projetos de PDI, além de ter destinado R\$ 24,9 milhões para o FNDCT, R\$ 12,4 milhões para o MME e R\$ 7,4 milhões para a CDE para fins de modicidade tarifária.

5.4.3 Pleitos Junto à ANEEL

A Norte Energia envidou esforços em solicitações junto à ANEEL, conforme compilado a seguir:

Energia Vertida Turbinável (EVT)

A Companhia tem sofrido redução da geração de energia por restrições elétricas ou energéticas do SIN e tem atuado em busca de ressarcimento. Em setembro de 2022, por meio da carta CE 015/2022 – DRC, a Norte Energia renovou o pleito de ressarcimento da EVT de Belo Monte e informou o montante referente ao ano 2022, bem como os valores calculados pelo ONS. O tema foi pauta da reunião realizada com a SRG em 10 de fevereiro de 2023. Ainda não houve manifestação das áreas técnicas da ANEEL em relação ao tema.

Ressarcimento de Custos de Conexão

Trata-se do pedido de ressarcimento por custos adicionais de conexão na SE Xingu 500 kV, alterações no arranjo da SE Belo Monte (SE GIS 500 kV), na UHE Belo Monte e no SEP. A ANEEL, por meio do Despacho nº 813, de 19 de março de 2024, determinou que a CCEE efetuassem o ressarcimento dos custos incorridos com a implantação do SEP na UHE Belo Monte, cujo valor atualizado totalizou R\$ 6,9 milhões.

Ainda em 2024, foi protocolado, o relatório complementar de auditoria dos custos incorridos na SE Belo Monte (SE GIS 500 kV) elaborado pela Taticca Auditores Independentes S.S., que reconheceu o valor histórico de R\$ 10,3 milhões ao ressarcimento dos custos adicionais, com a alteração da conexão na Subestação Xingu. O tema encontra-se em evolução nas áreas de Regulação de Geração e de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL.

Declaração de Utilidade Pública (DUP)

A Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou a emissão da Resolução Autorizativa 15.393/2024, publicada no DOU em 26 de junho de 2024, que declara utilidade pública, em favor da Norte Energia, áreas que perfazem um total de 2.552,8726 ha, localizadas nos Municípios de Altamira e Vitória do Xingu, Estado do Pará, destinadas ao reassentamento de famílias ribeirinhas que vivem na região onde foi instalada a UHE Belo Monte, em atendimento às exigências da Licença Ambiental de Operação, emitida pelo Ibama.

Metodologia TUST

A ANEEL, nos termos do Despacho nº 1.180, de 16 de abril de 2024, negou o recurso administrativo da interposto pela Companhia, protocolado em 05 de dezembro de 2022, contra a Resolução Normativa ANEEL 1.041/2022. O recurso pleiteava que a alteração metodológica de intensificação do sinal locacional da TUST fosse aplicada exclusivamente para os novos empreendimentos de geração e para os empreendimentos de geração existentes, que optem por modificar seu ponto de conexão ou alterar significativamente os MUST.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

34

Extensão de outorga complementar

A ANEEL emitiu em 23 de setembro de 2024 a Nota Técnica nº 165/2024 – SGM/ANEEL, ratificando o prazo da extensão da outorga de dois dias apresentado na Nota Técnica nº 185/2023–SGM-SCE/ANEEL¹, que trata da homologação dos prazos da extensão da outorga das usinas MRE, decorrente do fim das restrições ao escoamento de energia da UHE Belo Monte, em função do esgotamento dos efeitos da condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão destinadas ao seu escoamento, em atendimento ao art. 3º da REN 1.035/2022.

5.4.4 Pleitos na Justiça

No âmbito jurídico, a área de regulação da Companhia trabalhou em conjunto com a Superintendência Jurídica e de Governança Corporativa nos seguintes temas:

Taxa de Fiscalização de Recursos Hídricos (TFRH)

A Norte Energia, na condição de associada da ABRAGE, aderiu a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7618 contra a Lei nº 10.311/2023, do Estado do Pará, que instituiu a TFRH. A ação foi protocolada pelo Escritório Advocacia Bettiol. A petição foi distribuída ao ministro do STF Edson Fachin e, atualmente, encontra-se, concluso para julgamento.

A Norte Energia obteve decisão judicial liminar, que suspendeu a exigibilidade do pagamento da TFRH, determinando o depósito em juízo do valor correspondente ao tributo referente ao fato gerador de novembro, com vencimento em dezembro. Adicionalmente, ainda em dezembro, a Companhia protocolou um novo pedido judicial visando a suspensão definitiva do pagamento da taxa, ainda pendente de julgamento.

TEO Itaipu

Em 27 de novembro de 2024, a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em sua composição ampliada e por unanimidade, negou provimento aos embargos de declaração oposto pela ANEEL, ao passo que o apresentado pela União sequer foi conhecido. Tais recursos foram opostos em face do acórdão proferido em 14 de dezembro de 2022, em que o Tribunal acolheu os pedidos da APINE e deu provimento ao recurso de apelação, reconhecendo inexistência de relação jurídica entre associados da apelante e a ANEEL que obrigue ao pagamento da TEO Itaipu, com fundamento nos artigos 1º e 2º da REN ANEEL 392/2009.

EVT Restrita pelo MUST

Em 10 de novembro de 2022, a Companhia protocolou pedido judicial em busca de indenização da parcela de valor pago de EUST equivalente à representatividade EVT, expressa em MW, em relação ao MUST contratado. Em 30 de julho de 2024, a 11ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, decidiu acolher o pedido liminar, em sede de agravo, cuja decisão determinou “a revisão do CUST para ajustar

¹ NUP nº 48550.001781/2023-00 juntado ao Processo nº 48500.004787/2023-79

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

35

proporcionalmente os Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), que devem corresponder à energia efetivamente escoada pela UHE Belo Monte e injetada no Sistema Interligado Nacional”.

5.4.5 Outros

Outorga de uso da água - ANA

A Diretoria Colegiada da ANA aprovou, por unanimidade, as alterações na outorga de direito de uso de recursos hídricos em nome da Norte Energia. Em 26 de junho de 2024, foi publicada no DOU a Outorga nº 1.522/2024, que contempla a alteração dos níveis mínimos normais do reservatório do rio Xingu e do reservatório intermediário.

5.5 Usina Fotovoltaica (UFV)

As UFVs foram concebidas para aproveitar a área da antiga Vila São Joaquim, em Altamira (PA), utilizada como moradia dos colaboradores da Norte Energia durante o período de construção da UHE Belo Monte, para geração de energia renovável na modalidade Geração Distribuída, de maneira a compensar o consumo de energia elétrica da Companhia em suas instalações nos municípios da região. As UFVs são classificadas como Geração Distribuída I, nos termos da Lei 14.300/22. O conjunto das UFVs tem uma capacidade instalada de 4,65 MWp e 4,0 MWca, todas conectadas à rede de 13,8 kV da distribuidora de energia. O fator de capacidade do empreendimento é de 20,16%, ao passo que a sua Produção Anual de Energia (PAE) é de 0,8 MWmed, pelo critério P50.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

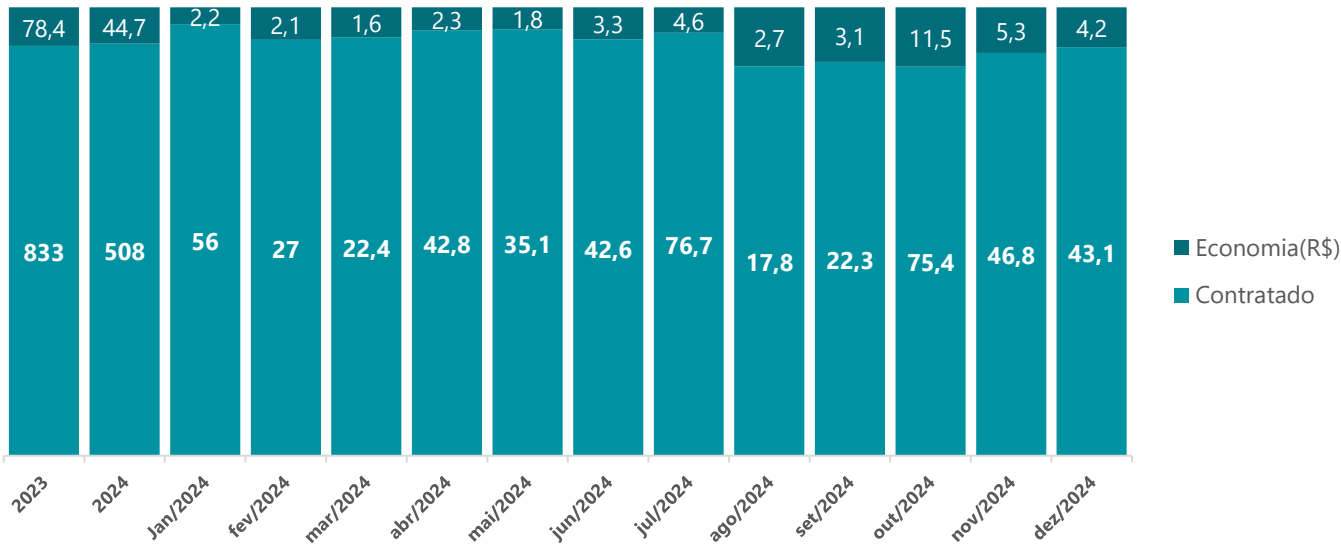


norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Suprimentos e Administrativo

6. Suprimentos e Administrativo

6.1 Desempenho de Suprimentos e Contratos



Durante o ano de 2024, a área de Suprimentos trabalhou com 1.202 processos, abertos pelas diversas áreas da Companhia, o que representa uma redução de 32,7% em relação ao total de processos tratados em 2023 (1.786 processos). É importante destacar que todos os processos são conduzidos por meio do Portal de Compras, que garante segurança e isonomia.

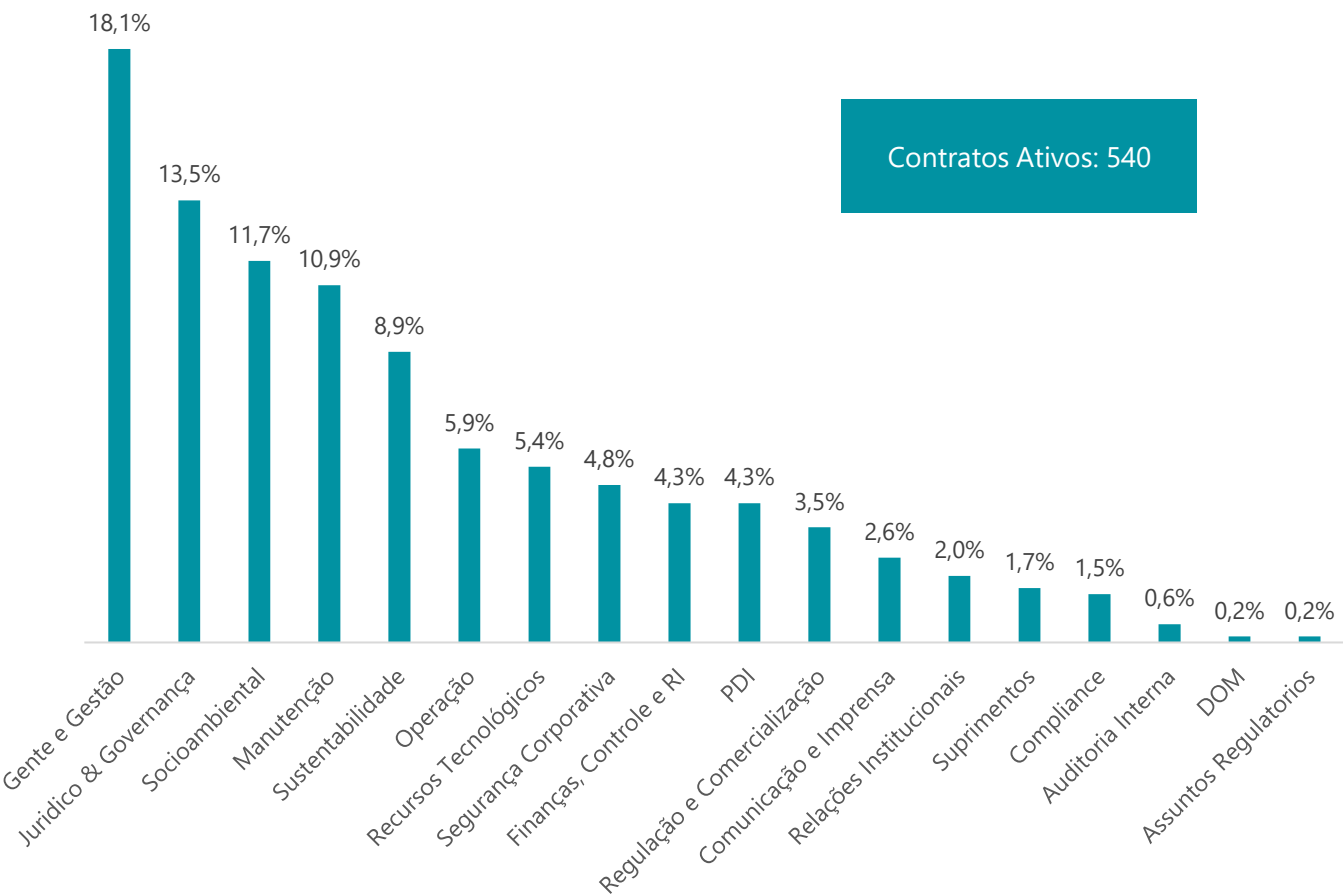
A economia total em 2024 foi de R\$ 44,7 milhões, representando uma redução de 8,1% em relação ao orçamento referencial planejado de R\$ 552,7 milhões para a contratação de serviços, aquisição de materiais e equipamentos. O montante total de contratações no ano de 2024 foi de R\$ 508 milhões.

Relatório de Contratos Ativos até dezembro de 2024

Até dezembro de 2024, a Norte Energia mantinha um total de 540 contratos ativos, distribuídos estrategicamente entre diversas áreas para atender as demandas e objetivos específicos de cada área. Essa diversificação reflete o compromisso da Companhia com a eficiência operacional, o cumprimento das normas legais e a promoção de práticas sustentáveis. Os contratos estão distribuídos entre as áreas da seguinte maneira:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Composição de Contratos por Gerências



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

39

6.2 Pessoas

Balizada pelas diretrizes do programa "Nossa Gente, Nosso Norte", a atuação da Norte Energia em gestão de pessoas se fundamenta em seis pilares: Inspirar, Evoluir, Valorizar, Apoiar, Celebrar e Cuidar. Esses pilares norteiam as iniciativas voltadas para o bem-estar dos(as) colaboradores(as), promovendo um ambiente de trabalho mais saudável, inclusivo e alinhado aos valores da Companhia.

Nos últimos dois anos, 2022 e 2023, os processos da área de Gente passaram por reestruturação e consolidação de boas práticas, reforçando a prioridade em cuidar da Nossa Gente, em sintonia com os desafios e a complexidade de nossa operação. Em 2024, o ano foi marcante para as pessoas da Norte Energia, com desafios que também se transformaram em oportunidades de superação e crescimento.

No pilar Cuidar, destacam-se ações que visam o desenvolvimento e o bem-estar dos(as) colaboradores(as). Um dos principais avanços foi a implantação da Nesateca da Nossa Gente, um espaço dedicado ao incentivo à leitura, ao aprendizado contínuo e ao compartilhamento de conhecimento. A biblioteca não apenas proporcionou acesso a uma ampla diversidade de títulos, mas também reforçou a cultura de desenvolvimento e colaboração entre os times, tornando-se um símbolo do compromisso da Norte Energia com o crescimento pessoal e profissional de cada colaborador(a).



Além disso, houve investimentos em programas que fortaleceram a capacitação e o engajamento, com destaque para *workshops*, treinamentos técnicos e ações de integração. A redução da rotatividade feminina revelou-se como um sinal positivo das estratégias de inclusão e retenção de profissionais, refletindo o compromisso da Companhia com um ambiente de trabalho cada vez mais equitativo e alinhado aos seus valores. Essas iniciativas contribuíram para criar um ambiente ainda mais inspirador, onde cada pessoa se sente valorizada e preparada para enfrentar os desafios de um mercado em constante transformação.

O ano de 2024 foi, sem dúvida, um período de aprendizado, inovação e fortalecimento da nossa jornada coletiva, reafirmando o compromisso da Norte Energia em colocar as pessoas no centro de suas estratégias e decisões, em consonância com os pilares que sustentam o programa "Nossa Gente, Nosso Norte".

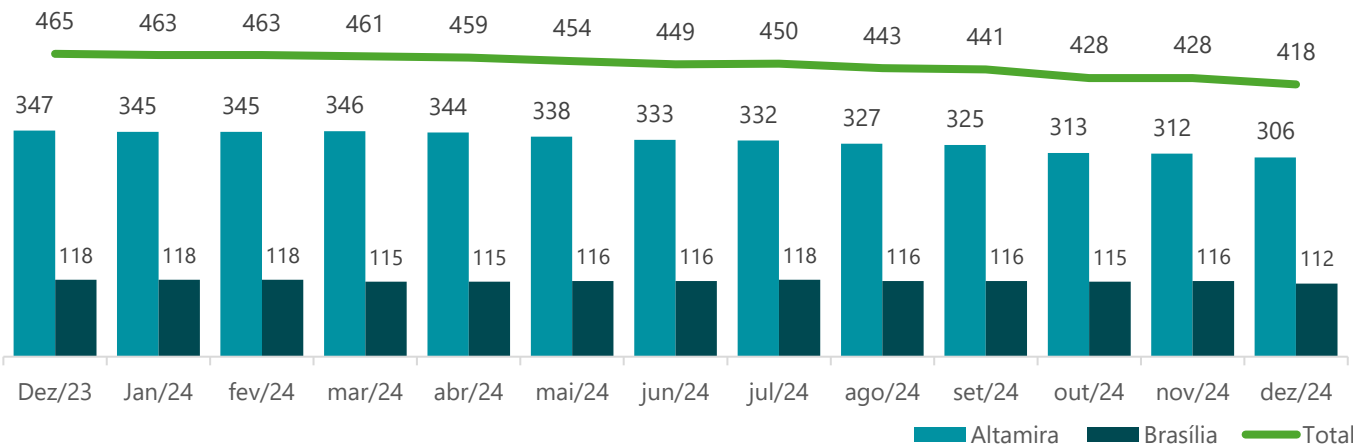
6.2.1 Emprego

O compromisso com o desenvolvimento das pessoas também se reflete na gestão do nosso quadro de colaboradores. Concluímos o ano com um quadro próprio composto por 418 posições de trabalho, sendo 306 no Pará e 112 em Brasília (DF). Esse cenário, se comparado ao resultado de 2023, representa uma redução de aproximadamente 10,1%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

40

Evolução do quadro de pessoal por localidade



Para fins de demonstração neste relatório, foi adotado o comparativo entre os dados de 2023 e 2024

A curva de redução de *headcount*, em relação a 2023, está principalmente associada ao processo de redesenho organizacional, com ênfase na melhoria e automatização dos processos internos, o que resultou na otimização orgânica da Companhia.

Em resumo, dos 418 colaboradores diretos, 154 estavam alocados na Operação e Manutenção. Outros 19 atuaram na Diretoria de Regulação e Comercialização. A Diretoria Presidência contou com 107 colaboradores, enquanto a Diretoria Administrativo, Financeira e de Relações com Investidores teve 138 colaboradores.

Quanto à distribuição por categorias de cargo, o efetivo se organizou da seguinte maneira:

Categorias	Brasília	%	Altamira	%	Total	%
Liderança	12	10,7%	8	2,6%	20	4,8%
Gestores intermediários e técnicos qualificados	94	83,9%	148	48,4%	242	57,9%
Profissionais e equipe de suporte	6	5,4%	150	49,0%	156	37,3%
Total	112	100%	306	100%	418	100%

6.2.2 Rotatividade de Colaboradores

Apresentamos a seguir a rotatividade dos últimos dois anos, relativa aos fluxos de desligamentos e admissões.

É importante destacar que a Norte Energia adota uma postura de total intolerância a práticas discriminatórias relacionadas a gênero, credo, etnia, idade, orientação sexual ou qualquer outro fator. Com base nessa análise, é possível inferir que a tendência para os próximos anos, ao se comparar os resultados dos exercícios anteriores, é de estabilidade proporcional.

Reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento de jovens profissionais e a garantia de acesso ao emprego formal para pessoas com deficiência, a Norte Energia atendeu integralmente às cotas legais de inclusão. Além disso, as ações voltadas para a inclusão de jovens e a diversidade de gênero nas contratações também foram fundamentais para estabilizar o quadro de colaboradores(as).



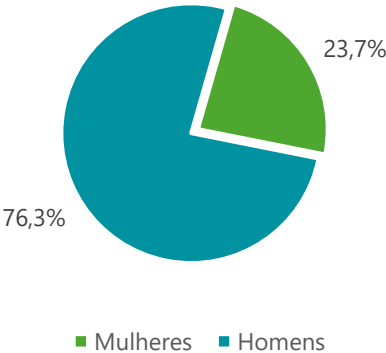
Rotatividade por Gênero e Faixa Etária - Saídas

Categorias	2023			2024		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Até 30 anos	9	1	8	6	3	3
De 31 a 50 anos	33	9	24	52	14	38
Mais de 50 anos	7	1	6	18	1	17
Total (Quantidade)	49	11	38	76	18	58
Até 30 anos	18,4%	2,0%	16,3%	7,9%	3,9%	3,9%
De 31 a 50 anos	67,3%	18,4%	49,0%	68,4%	18,4%	50,0%
Mais de 50 anos	14,3%	2,0%	12,2%	23,7%	1,3%	22,4%
Total (Percentual)	100,0%	22,4%	77,6%	100,0%	23,7%	76,3%

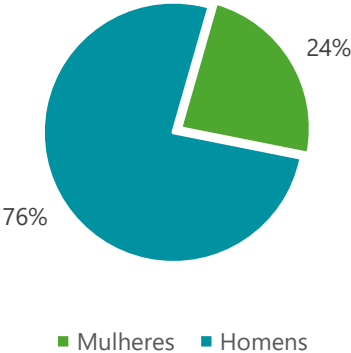
O redesenho organizacional e a automatização de processos resultaram em uma redução no número total de colaboradores(as), contudo, com um aumento na diversidade etária.

Quebrando o paradigma de que o setor de energia é predominantemente composto por profissionais do gênero masculino, a Norte Energia obteve um aumento de 30% de técnicas e especialistas de Operação e Manutenção. Este avanço reflete o compromisso da Companhia em promover a diversidade de gênero e a inclusão no ambiente de trabalho, alinhando-se aos valores de equidade e oportunidades para todos. A inclusão de mulheres em funções técnicas e operacionais é um passo importante para a construção de um espaço de trabalho mais representativo e equilibrado.

Rotatividade por gênero | Saídas 2024

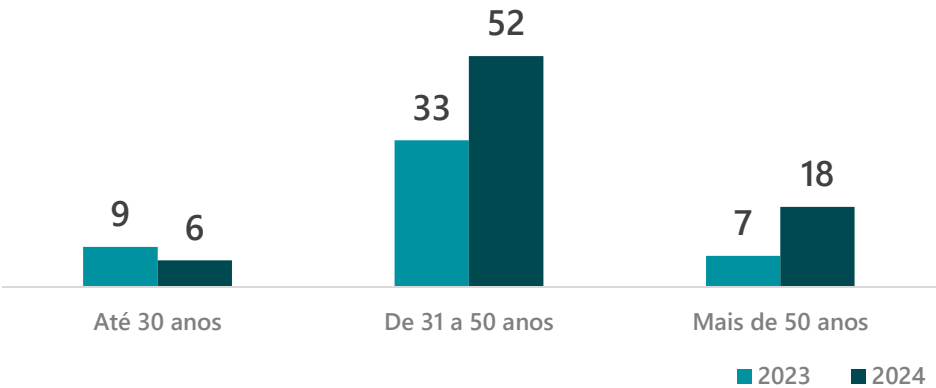


Rotatividade por gênero | Saídas 2024



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Rotatividade por gênero e faixa etária - Saídas



Rotatividade por Gênero e Faixa Etária – Entradas

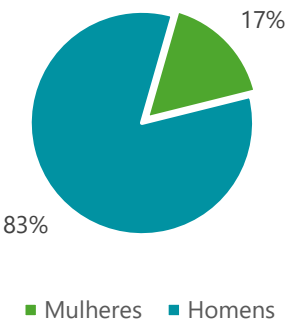
A seguir, apresentamos os dados relacionados às contratações realizadas nos últimos dois anos, com foco na análise de gênero e faixa etária. Acompanhando a tendência de busca por maior diversidade e inclusão, a Norte Energia tem investido em práticas de contratação que priorizam a equidade de gênero e a inclusão de diferentes faixas etárias.

Categorias	2023			2024		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Até 30 anos	31	8	23	8	4	4
De 31 a 50 anos	94	17	77	23	12	11
Mais de 50 anos	25	0	25	2	0	2
Total (Quantidade)	150	25	125	33	16	17
Até 30 anos	20,7%	5,3%	15,3%	24,2%	12,1%	12,1%
De 31 a 50 anos	62,7%	11,3%	51,3%	69,7%	36,4%	33,3%
Mais de 50 anos	16,7%	0,0%	16,7%	6,1%	0,0%	6,1%
Total (Percentual)	100,0%	16,7%	83,3%	100,0%	48,5%	51,5%

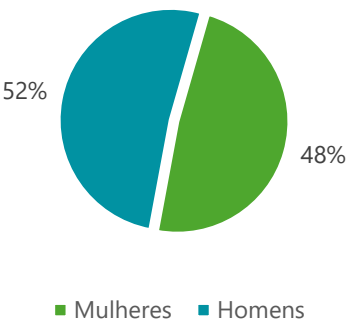


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

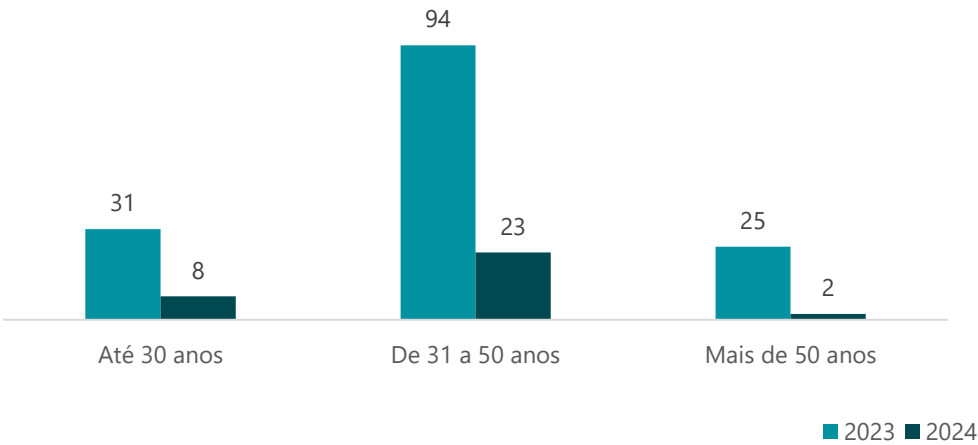
Rotatividade por gênero | Entradas 2023



Rotatividade por gênero | Entradas 2024



Rotatividade por gênero e faixa etária - Entradas



6.2.3 Treinamento e Desenvolvimento

A Norte Energia acredita que o trabalho e a oferta de serviços dependem da qualificação e do desempenho de seus profissionais. Por isso, proporciona oportunidades de treinamento e desenvolvimento. Foram realizadas 10.195 horas de treinamentos, em 2024. Ao categorizar estas horas em médias por categoria de cargos, temos:

Treinamento e Desenvolvimento por categoria profissional

Categorias	2023		2024	
	Total de Horas	Média de Horas ¹	Total de Horas	Média de Horas
Liderança direta ¹	533:15	28:04	213:30	10:41
Gestores intermediários e técnicos qualificados ²	13:801:15	51:07	6:053:00	25:01
Profissionais e equipe de suporte ³	15:181:30	86:16	3:928:30	25:11
Total	29:516:00	63:29	10:195:00	24:23

¹Ajustado a média horária 2023 (metodologia = Horas treinadas / Quantidade de empregados treinados da categoria)

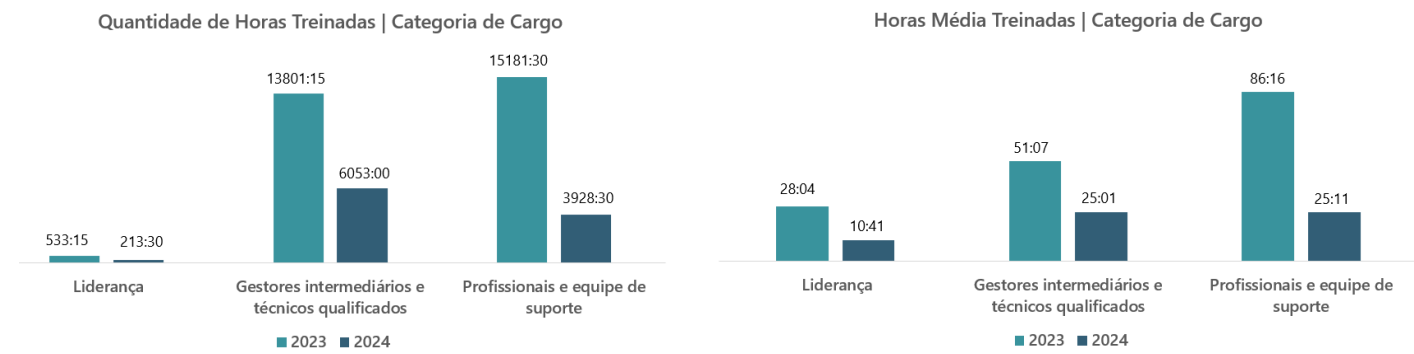
²Liderança direta: diretores e superintendentes

³Gestores intermediários e técnicos qualificados: gerentes, gestores, especialistas e analistas.

⁴Profissionais e equipe de suporte: pessoal administrativo, técnico e operacional.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O número de horas de treinamento diminuiu em relação a 2023 em todas as categorias, sobretudo nas de “Profissionais e Equipe de Suporte” e “Gestores intermediários e Técnicos qualificados”, em decorrência da finalização do Projeto Trainee Técnico Operador Mantenedor e do Plano de Capacitação, necessário à primarização das equipes de Operação e Manutenção.

Essa redução reflete a consolidação das capacitações específicas, que foram planejadas para suprir as necessidades de treinamento e garantir a preparação das equipes para a operação da usina de forma autossustentável. A redução também está alinhada à estabilização da força de trabalho após a implementação desses programas de desenvolvimento.

Entretanto, a Companhia segue investindo em treinamentos contínuos para garantir que seus profissionais estejam sempre atualizados e preparados para os desafios do setor de energia.

6.3 Saúde e Segurança no Trabalho

A Norte Energia reafirma seu compromisso com a qualidade de vida de seus colaboradores e prestadores de serviços, dedicando-se a proporcionar um ambiente de trabalho cada vez mais seguro, saudável e acolhedor. Para a Companhia, a segurança é um valor inegociável, sustentado pelo engajamento contínuo e proativo em todos os níveis da organização, reforçando a importância de uma cultura sólida de segurança e saúde ocupacional.

Os resultados obtidos por meio das ações, projetos e programas de saúde e segurança do trabalho desenvolvidos pela Norte Energia refletem a colaboração direta e indireta de todas as áreas da Companhia. Esse esforço conjunto promove um trabalho integrado e interdependente, consolidando um propósito comum: a preservação da integridade física, emocional e psicossocial de todos os colaboradores, com foco na redução de riscos ocupacionais, no fortalecimento da conscientização e na diminuição dos índices de acidentes de trabalho.

Todas as iniciativas são pautadas pelo rigoroso cumprimento dos requisitos legais, normas técnicas aplicáveis e melhores práticas do setor, que orientam a proteção da saúde e segurança em seus processos e atividades. Para alcançar esses objetivos de forma eficaz, a Norte Energia adota uma abordagem dual, combinando pedagogia e fiscalização. Por um lado, promove capacitações, treinamentos específicos, mentorias, diálogos de segurança, integrações de SST, campanhas de conscientização e eventos temáticos; por outro, realiza auditorias frequentes e fiscalizações rigorosas nas frentes de trabalho, abrangendo tanto colaboradores próprios quanto terceiros, garantindo o cumprimento das diretrizes estabelecidas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

45

Com foco prioritário em medidas preventivas que eliminem, neutralizem ou minimizem os perigos e riscos presentes nas operações, a Norte Energia investe consistentemente em ações inovadoras, estratégicas e sustentáveis, alinhadas às melhores práticas nacionais e internacionais em segurança e saúde ocupacional. Esse compromisso não apenas reflete o objetivo de cumprir requisitos legais, mas também de promover uma cultura organizacional na qual a segurança seja um valor essencial, amplamente compartilhado por todos os níveis hierárquicos.

No último ano, diversas iniciativas se destacaram pela capacidade de engajar equipes, mobilizar recursos e promover mudanças efetivas no dia a dia das operações. Entre elas, destacam-se campanhas de conscientização que atingiram um público amplo, programas de treinamento intensivo voltados para situações de alto risco e parcerias estratégicas com especialistas e consultorias de renome no setor. Essas ações demonstram o compromisso contínuo da Companhia com a segurança e saúde de todos os envolvidos, indo além das obrigações formais e consolidando um legado de responsabilidade social e corporativa.

A seguir, serão apresentados os detalhes dessas iniciativas, destacando o impacto positivo gerado e comprovando que, na Norte Energia, a segurança é mais do que uma prioridade: é um pilar fundamental que sustenta todas as atividades realizadas.

6.3.1 Cultura de Segurança

A construção de uma cultura de segurança sólida e eficaz exige um compromisso contínuo com a capacitação de colaboradores e prestadores de serviços. Nesse contexto, os treinamentos em Segurança e Saúde no Trabalho (SST) desempenham um papel fundamental ao reforçar comportamentos seguros, disseminar conhecimento técnico e promover um ambiente onde a segurança é um valor compartilhado por todos.

Campanhas de Saúde e Segurança do Trabalho

As campanhas de SST da Norte Energia foram desenvolvidas no âmbito do programa Nossa Gente, Nosso Norte, no qual o Pilar Cuidar se destaca ao abordar temas cruciais para a prevenção de riscos laborais, tanto no complexo Belo Monte quanto nos escritórios da Companhia, abrangendo atividades de campo e administrativas. No primeiro trimestre de 2024, o Pilar Cuidar adotou o slogan “Segurança é um compromisso”, reforçando seu papel estratégico na promoção do engajamento coletivo e na conscientização sobre a preservação da saúde e da vida.

Essa iniciativa vai além de um conjunto de ações preventivas; é um elemento essencial da cultura organizacional, integrando educação, prevenção e valorização dos colaboradores. Ao consolidar um ambiente de trabalho mais seguro e alinhado aos valores da Companhia, o Pilar Cuidar promove um equilíbrio entre técnica e prática, conectando treinamentos especializados a atitudes no dia a dia.

As campanhas não apenas disseminam conhecimento, mas também fortalecem o senso de pertencimento e a responsabilidade coletiva, destacando que cada ação preventiva, por menor que pareça, é indispensável para a construção de um ambiente de trabalho seguro e sustentável. Essa abordagem reafirma que segurança é, antes de tudo, um compromisso compartilhado por todos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

46



Lançamento oficial da campanha com diretoria, superintendentes e gerentes



Lançamento oficial da campanha com prestadores de serviços

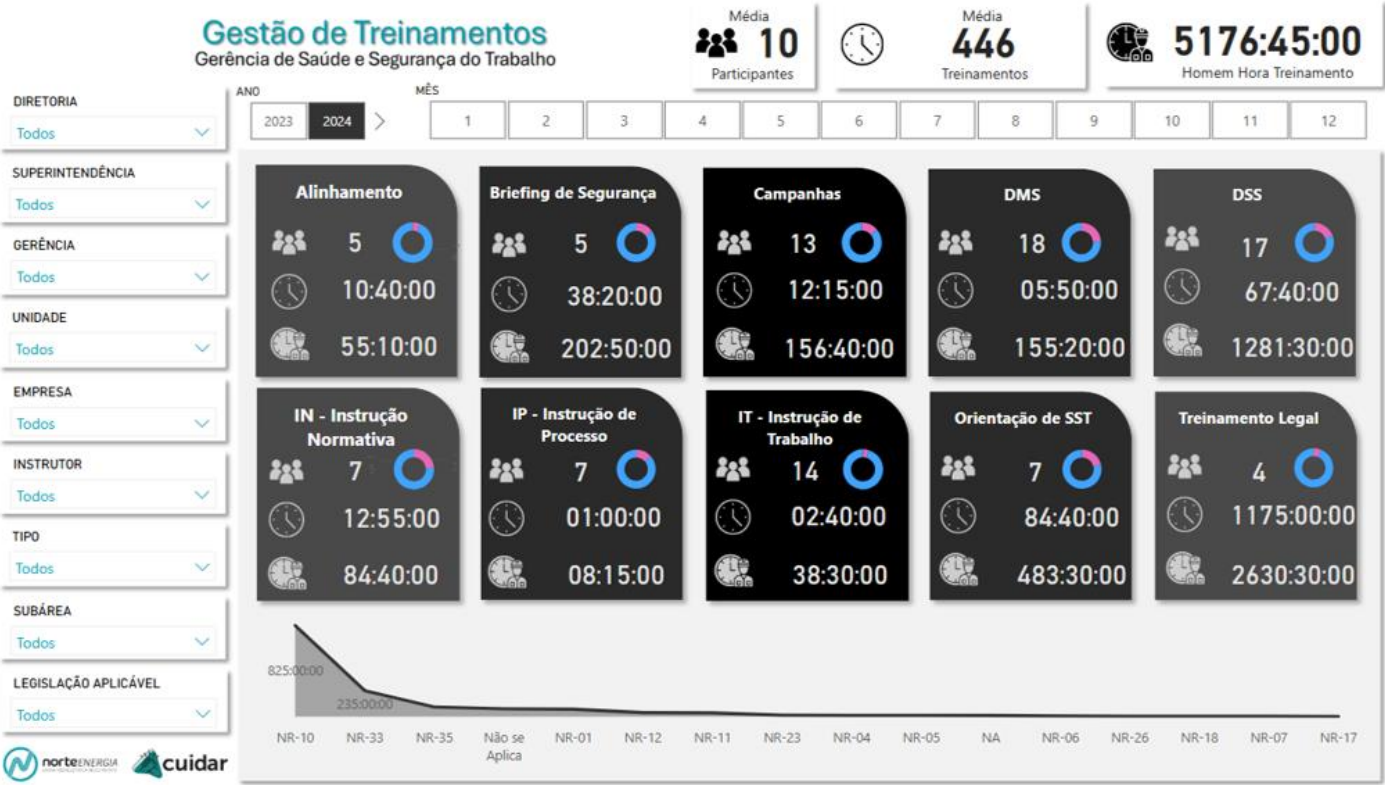
Ao longo do ano, a Norte Energia realizou diversas campanhas voltadas para a promoção da saúde e segurança, abrangendo desde o fortalecimento do compromisso com a segurança, evidenciado pela campanha do primeiro trimestre, até temas relevantes e recorrentes em datas específicas. Entre elas, destacam-se o Abril Verde, voltado à conscientização sobre atitudes preventivas em saúde e segurança no trabalho; o Maio Amarelo, com foco na segurança no trânsito; o Setembro Amarelo, que promove a saúde mental; além do Outubro Rosa e Novembro Azul, direcionados à prevenção do câncer. Adicionalmente, foram desenvolvidas iniciativas sobre cuidados ergonômicos nos postos de trabalho e a importância das observações comportamentais de SST nas frentes de serviço, reforçando a cultura de prevenção e bem-estar.

Gestão de Treinamentos de SST

Além das campanhas mencionadas, de forma integrada, a Norte Energia realiza uma ampla gama de iniciativas, destacando-se os Treinamentos Legais, Capacitações sobre Procedimentos Internos, Briefings de SST, Diálogos de Saúde e Segurança e Orientações de SST, entre outros. Essas ações não apenas promovem a conscientização, mas também incentivam os colaboradores a refletirem sobre suas práticas, compartilharem experiências e contribuírem com melhorias que influenciam diretamente a segurança e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Segue abaixo o resultado da Gestão de Treinamentos de Saúde e Segurança do Trabalho relativos ao ano de 2024:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Painel de Gestão de Treinamentos de SST

Em 2024, a Norte Energia dedicou mais de cinco mil horas-homem à capacitação em SST, distribuídas em 446 treinamentos que contaram com uma média de dez participantes por evento. Os treinamentos legais representaram a maior parcela desse esforço, somando mais de 2.630 horas-homem, com destaque para temas críticos como segurança em instalações elétricas (NR-10), espaços confinados (NR-33) e trabalho em altura (NR-35). Esses tópicos refletem o compromisso da Companhia em garantir a segurança em atividades de alto risco.

Além dos treinamentos legais, os Diálogos de Saúde e Segurança (DSS) também se destacaram, totalizando mais de 1.281 horas-homem, beneficiando tanto colaboradores quanto prestadores de serviço. Um diferencial em 2024 foi a internalização de algumas capacitações, como o Treinamento de Ferramentas Rotativas, a formação de operadores no uso de scooters, o Treinamento de CIPA e a implementação do programa Diálogo Diário de Segurança (DDS) em Altamira (PA). Essas ações reforçam a cultura de segurança e a qualificação contínua das equipes, contribuindo diretamente para a mitigação de riscos e a excelência operacional.

Esses números refletem não apenas o cumprimento das obrigações legais, mas também o compromisso da Norte Energia com a promoção de uma cultura de SST sólida e integrada ao dia a dia dos colaboradores. Ao investir continuamente na capacitação e conscientização, a Companhia reforça a mensagem de que segurança não é apenas uma exigência normativa, mas um valor essencial para garantir um ambiente de trabalho mais seguro e saudável para todos. A cultura de SST vai além dos treinamentos: ela se traduz em comportamentos, atitudes e decisões que preservam vidas e fortalecem a sustentabilidade das operações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

48

Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT)

Entre os dias 08 e 12 de abril de 2024, foi realizada a 11ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT) da Norte Energia, evento que ocorreu tanto em Altamira (PA) quanto em Brasília (DF), integrando os temas entre todas as unidades da Companhia. Em Belo Monte e Pimental, o evento contou com o “teatro itinerante”, onde o grupo Cênicos e Cínicos apresentou, de forma descontraída, aspectos comportamentais que podem culminar em um acidente ou doença do trabalho, bem como os meios de prevenção, com visita aos escritórios e casas de força. Também houve uma palestra da Polícia Rodoviária Federal sobre o compromisso com a segurança no trânsito e apresentação de um show de mágica com enfoque na conscientização sobre a cultura de SST.



Grupo Cênicos e Cínicos na ACIAPA em Altamira e em atividade itinerante em todas as áreas

Em Brasília (DF), foi realizado um ciclo de palestras ao longo da semana, no auditório, com excelente participação dos colaboradores. O evento proporcionou uma oportunidade valiosa para o aprendizado e troca de experiências. Diversos temas relevantes foram abordados, com destaque para Saúde Mental e Inteligência Emocional, que promoveram reflexões sobre o bem-estar emocional no ambiente de trabalho. Também foram discutidos tópicos importantes como Relacionamento Interpessoal, Qualidade de Vida no Trabalho, Combate ao Assédio, além de Cuidado Ativo e Compromisso com a Segurança, todos essenciais para a construção de um ambiente mais saudável e produtivo. A participação ativa dos colaboradores contribuiu para o sucesso do evento, reforçando a importância desses temas para o desenvolvimento de uma cultura organizacional mais forte e inclusiva.



Abertura do evento realizada pela alta administração e palestra sobre saúde mental e inteligência emocional

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

49

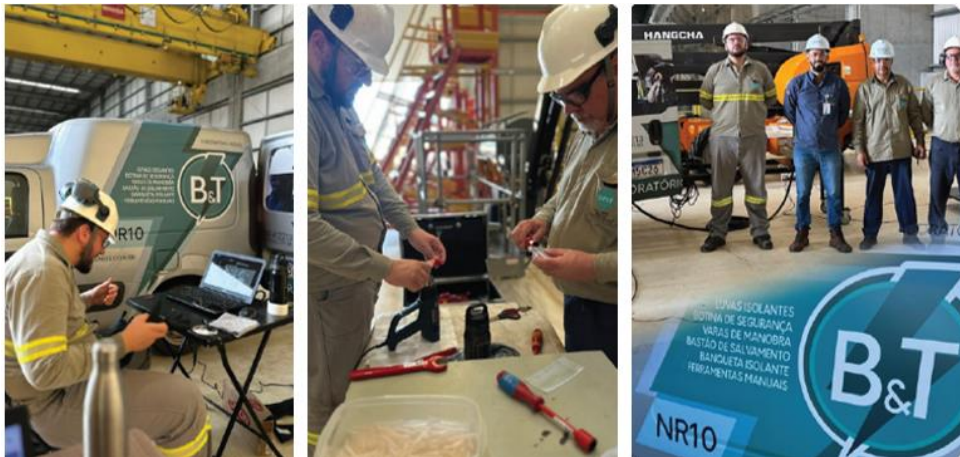
6.3.2 Gerenciamento de Riscos Ocupacionais

Em 2024, a Norte Energia alcançou avanços significativos em SST, reafirmando o compromisso com a integridade e o bem-estar de colaboradores e prestadores de serviços. Entre as principais iniciativas implementadas, destacam-se o uso de tecnologias inovadoras, como a digitalização de processos. Isso incluiu a mobilização de colaboradores, máquinas e equipamentos, além da criação de painéis de SST na PID, do placar de incidentes e da implementação do Relatório Estatístico Mensal (REM) em *Business Intelligence* (BI). Tais ações proporcionaram maior transparência, agilidade e eficiência na gestão de SST.

Outro avanço relevante foi a utilização de drones na manutenção das Linhas de Transmissão de 69 kV, demonstrando a eficácia da tecnologia na redução de riscos e na prevenção de acidentes.

A gestão estratégica de SST também evoluiu consideravelmente em 2024, com a implementação de uma nova metodologia para a avaliação de requisitos legais, o que elevou a eficiência na identificação, análise e cumprimento das exigências normativas. Esse progresso foi validado por meio de quatro auditorias realizadas por bancos financiadores e uma auditoria interna conduzida por empresa especializada, todas concluídas sem não conformidades. Esse resultado reforça o compromisso da Companhia com a excelência e conformidade legal.

Na área de segurança em instalações elétricas, foi iniciado, em parceria com empresa especializada, um estudo de energia incidente para determinar os limites de aproximação segura em painéis elétricos, contribuindo para a definição de ações mitigadoras alinhadas ao recém-criado Grupo de Trabalho de NR-10. Paralelamente, foi iniciado o desenvolvimento do laudo de periculosidade por risco elétrico e do inventário de riscos elétricos, reforçando a segurança operacional. Além disso, mais de dois mil testes de isolamento elétrico foram realizados em ferramentas, acessórios e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), garantindo a integridade física dos colaboradores e o cumprimento das normas regulamentadoras.



Ensaio elétrico realizado em julho de 2024

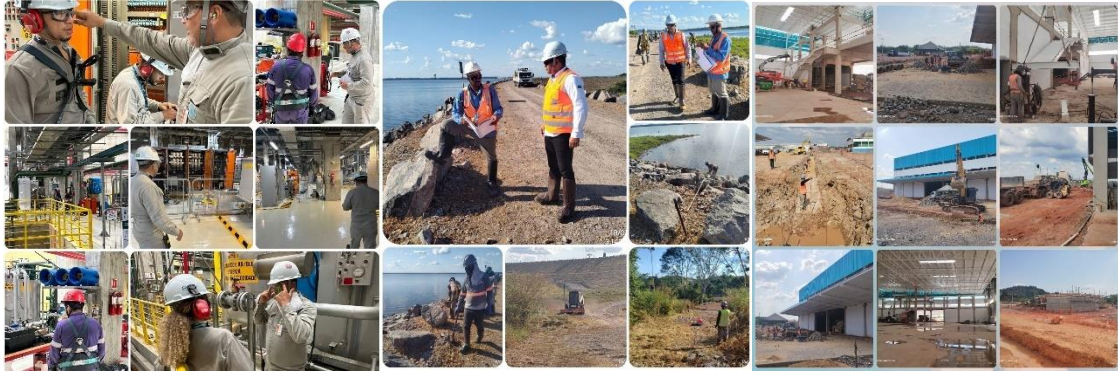
No campo da prevenção de incidentes, foram emitidas 1.360 Análises Preliminares de Risco (APRs) e distribuídos mais de 2.512 Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). As capacitações realizadas somaram um total de 5.170 horas-homem, abrangendo temas críticos como segurança elétrica (NR-10), espaços confinados (NR-33) e trabalho em altura (NR-35). Adicionalmente, foram fiscalizados 260 contratos, acompanhadas mais de 4.800 horas de atividades diversas e solucionados aproximadamente 2.500 desvios

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

50

relacionados à saúde e segurança, demonstrando o compromisso da Norte Energia em assegurar um ambiente de trabalho cada vez mais seguro e em conformidade com as normas de SST.

Essas ações refletem o rigor da Companhia em buscar a excelência em segurança do trabalho, não apenas em conformidade legal, mas também na criação de uma cultura organizacional sólida e comprometida com a preservação da vida e do bem-estar de todos os colaboradores e prestadores de serviço.



Inspeções realizadas pela equipe de SST nas áreas internas e externas do complexo Belo Monte

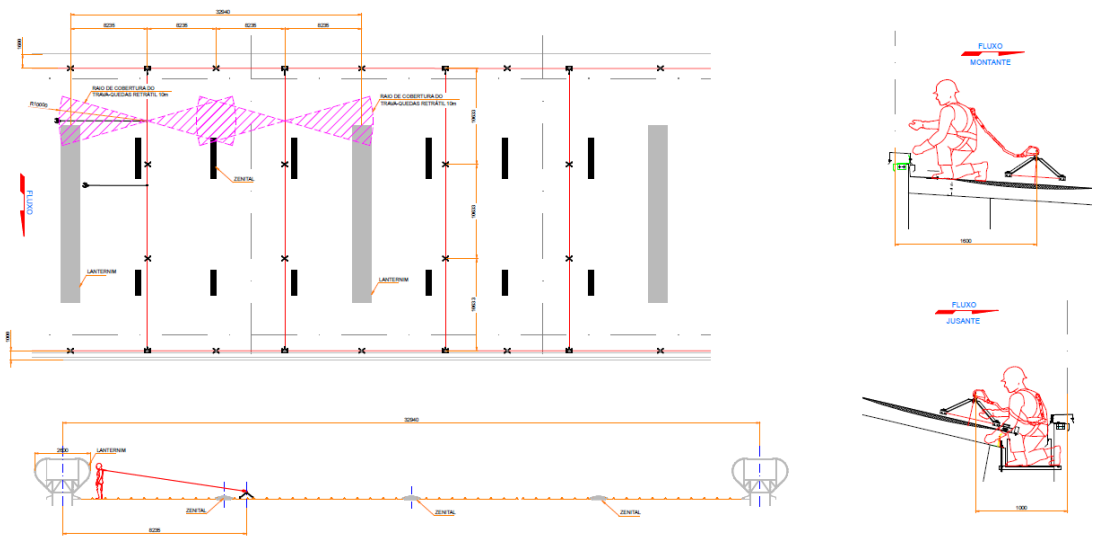
Infraestruturas de segurança também receberam atenção estratégica, com a conclusão dos projetos e início da implantação de Linhas de Vida nos telhados e pontes rolantes de Belo Monte e Pimental, incluindo a aprovação orçamentária e a aquisição dos materiais necessários. Na área de movimentação de cargas, foram realizados diversos estudos e capacitações, resultando na implementação de métodos de trabalho mais seguros, inspeções periódicas e na aquisição de equipamentos certificados.

Dentre as ações realizadas, destaca-se um trabalho efetuado no primeiro semestre de 2024, quando especialistas realizaram uma inspeção detalhada em materiais armazenados no almoxarifado, destinados à sucata e com baixíssimo valor agregado. Após a intervenção, foi possível recuperar mais de 100 peças, que, caso fosse necessário adquiri-las novamente, representariam um custo de aproximadamente R\$ 730 mil. Outra ação significativa foi a substituição do uso de cintas e talhas por lingas de correntes e mistas, o que resultou em maior segurança nas atividades, melhoria no método de trabalho e uma redução considerável nos custos com reposição periódica de materiais danificados.



Inspeção de equipamentos e acessórios de movimentação de carga

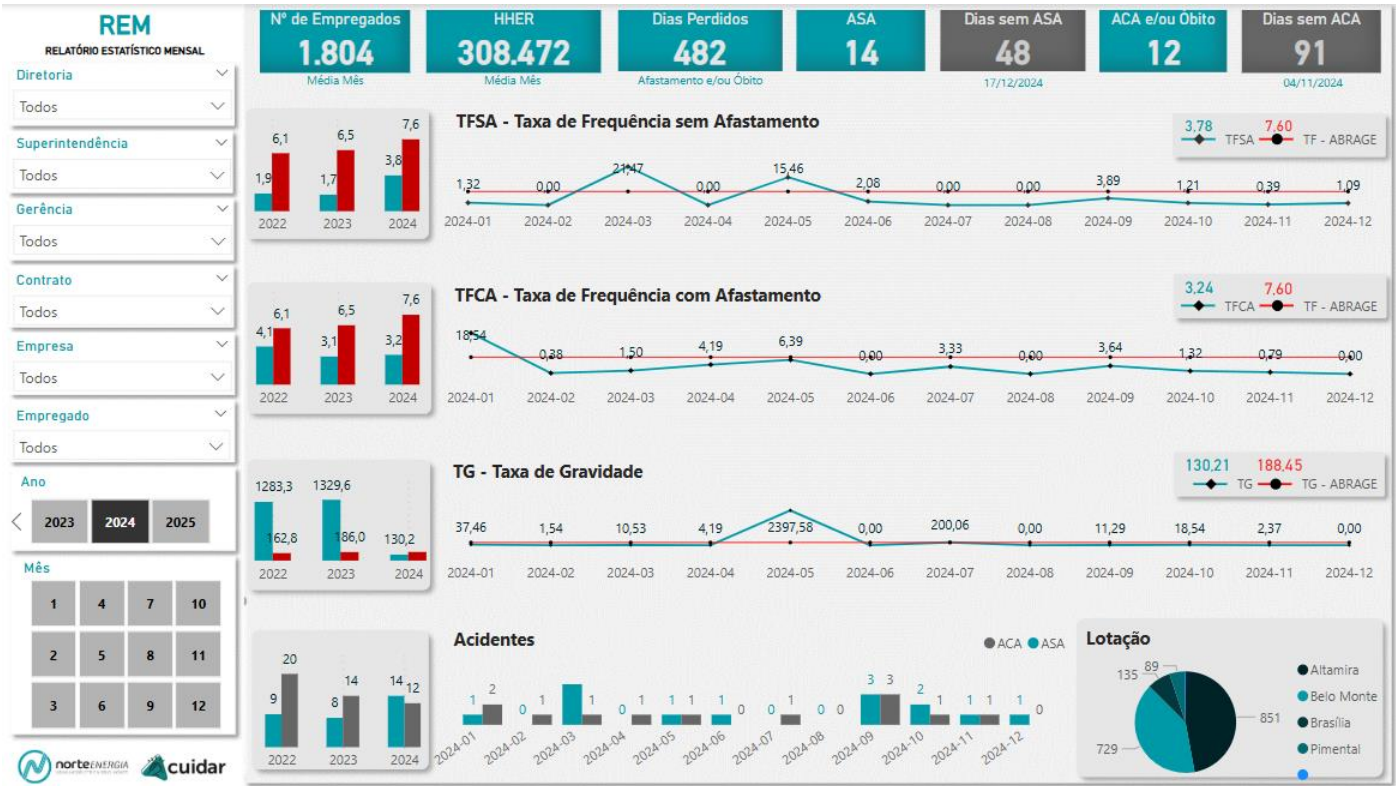
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Esquema simplificado das linhas de vida do telhado da casa de força

Por fim, melhorias também foram implementadas nas *scooters*, incluindo a criação de zonas de segurança (*Red Zone*), instalação de *Blue Light*, aprimoramento das buzinas e limitação de velocidade, reforçando o compromisso da Companhia em proporcionar um ambiente de trabalho cada vez mais seguro e inovador.

Relatório Estatístico Mensal (REM)



Em 2024, foram registrados 26 acidentes de trabalho, dois quais 14 sem afastamento e 12 com afastamento. Esses números absolutos são superiores aos de 2023, que totalizaram 22 ocorrências, mas ainda inferiores

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

52

aos 29 registros de 2022. Destaca-se, entretanto, que 2024 apresentou o melhor desempenho dos últimos três anos em relação aos acidentes com afastamento, com um número de registros menor em 2023 e 2022.

Embora tenha ocorrido um aumento na taxa de frequência de acidentes, tanto com quanto sem afastamento, em comparação ao ano anterior, houve uma redução expressiva na taxa de gravidade. Esse resultado se deve ao fato de que nenhum acidente grave ou fatal foi registrado no período, representando um marco importante para a segurança operacional da Norte Energia.

Outro ponto relevante foi o aumento nos acidentes sem afastamento, que superaram, pela primeira vez desde o início da operação plena da usina, o número de acidentes com afastamento. Esse avanço reflete a eficácia das campanhas e *briefings* de SST realizados em parceria com as áreas de apoio, reforçando o compromisso com o cumprimento rigoroso dos procedimentos e das instruções normativas de SST da Norte Energia. O registro de acidentes sem afastamento é essencial para a gestão de saúde e segurança no trabalho, pois possibilita a identificação de riscos e tendências que podem resultar em incidentes mais graves.

Adicionalmente, as taxas de frequência e gravidade da Norte Energia permaneceram abaixo da média da Associação Brasileira das Geradoras de Energia (ABRAGE), consolidando a posição da Companhia entre as principais do setor hidrelétrico nacional em termos de desempenho em saúde e segurança do trabalho.

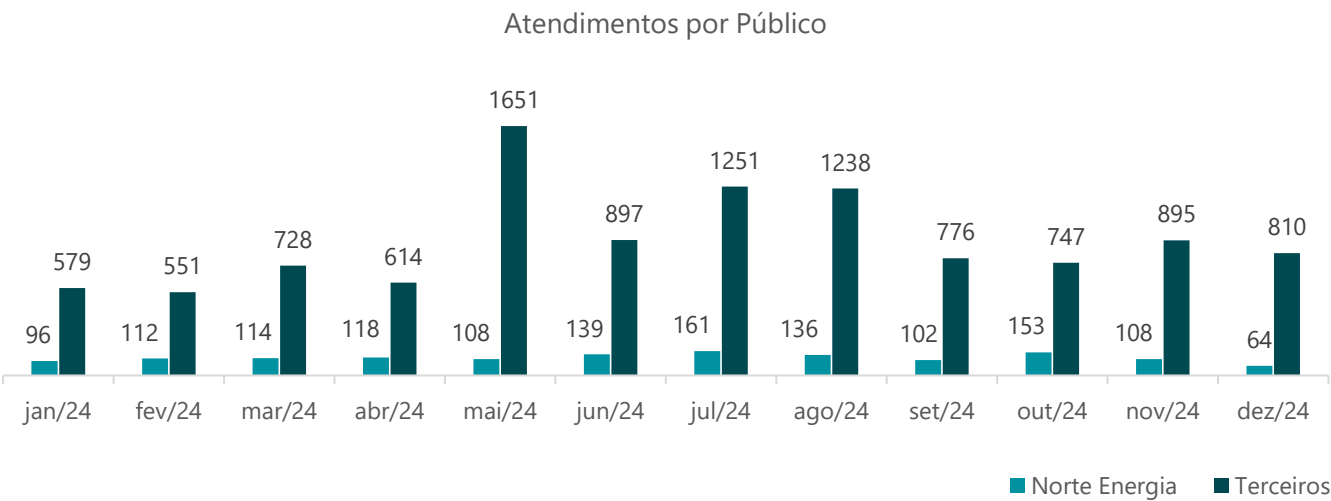
6.3.3 Gestão de Saúde

Em 2024, a Norte Energia avançou de forma significativa na gestão da saúde, com foco em bem-estar físico e mental de colaboradores, dependentes e terceiros. As iniciativas desenvolvidas ao longo do ano contemplaram desde ações preventivas até suporte em situações de emergência, com uma abordagem integrada à saúde ocupacional e assistencial.

Entre as realizações de destaque, a Campanha de Vacinação contra a Influenza, que imunizou 700 pessoas, incluindo colaboradores, dependentes e terceiros, fortalecendo a prevenção contra doenças sazonais. No mesmo período, foram realizados mais de 12.000 atendimentos de saúde, com a emissão de 581 Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs), assegurando a conformidade com as normas de segurança e oferecendo suporte contínuo às necessidades individuais dos colaboradores.

Outro destaque foi o Programa de Acompanhamento à Gestante, que acompanhou cinco colaboradoras grávidas, promovendo cuidados específicos para essa fase crucial da vida. Complementando as ações de saúde preventiva, a Companhia realizou 99,8% dos exames periódicos programados, garantindo o acompanhamento regular da saúde ocupacional de seus colaboradores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



As campanhas de conscientização em saúde, como o Outubro Rosa e o Novembro Azul, tiveram um papel relevante na promoção do conhecimento sobre a prevenção e o diagnóstico precoce de doenças, especialmente o câncer de mama e próstata. Essas ações foram fortalecidas pelos Diálogos Mensais de Segurança (DMS), realizados em todas as áreas da Companhia, contribuindo para disseminar boas práticas de saúde e segurança no ambiente de trabalho

Além disso, destaca-se a implantação do DDS Semanal de Saúde, uma iniciativa que levou informações e orientações preventivas aos locais de trabalho, ampliando a conscientização sobre saúde e bem-estar.



Campanha de SST com o tema do outubro Rosa que trata sobre a prevenção ao Câncer de Mama

A gestão de saúde também contemplou ações voltadas para o acompanhamento de condições crônicas. O Programa de Doenças Crônicas monitorou 107 colaboradores, oferecendo suporte personalizado para o gerenciamento da saúde e controle dessas condições. Por sua vez, o Grupo de Ergonomia, implementou melhorias ergonômicas, que contribuíram para a promoção da qualidade de vida e a prevenção de lesões ocupacionais.

No que diz respeito aos recursos e à infraestrutura, a chegada de uma nova ambulância fortaleceu a capacidade de resposta emergencial da Companhia. Além disso, a campanha contra a dengue mobilizou equipes em ações de conscientização e controle de focos do mosquito transmissor. Um exemplo marcante de suporte em situações críticas foi a remoção de um colaborador via UTI aérea.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

54

Com essas iniciativas, a Norte Energia fortalece sua atuação em uma gestão de saúde robusta, abrangente e focada no bem-estar de seus colaboradores e da comunidade, consolidando sua posição como referência em saúde ocupacional no setor energético.

6.3.4 Gerenciamento de Emergências

Em 2024, a Norte Energia avançou significativamente na gestão de emergências, com foco na segurança, na proteção ambiental e no cuidado com as comunidades próximas às suas operações. As iniciativas implementadas abrangeram ações preventivas, capacitações especializadas e atendimentos, promovendo avanços operacionais e gerando resultados relevantes para a Companhia.

Entre as principais realizações, destaca-se a renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) das Usinas de Belo Monte e Pimental, garantindo a conformidade com as normas de segurança contra incêndios. A formação da Brigada Básica e a implantação da Brigada Comunitária de Incêndios também foram marcos importantes, sendo essa última destaque em uma matéria positiva, reforçando a imagem da Norte Energia como referência em segurança e engajamento comunitário.



Treinamento de capacitação de brigada comunitária formada por moradores do RRC – Reassentamento Rural Coletivo

Ainda em 2024, a Brigada de Emergência recebeu treinamento especializado junto à Marinha do Brasil, obtendo a habilitação para operar embarcações, o que ampliou sua capacidade de resposta em áreas de difícil acesso.

Os simulados também tiveram um papel relevante na preparação para emergências. Foram realizados Simulados de Abandono Seguro de Área nas Usinas de Belo Monte e Pimental, além da participação em 12 Simulados do Plano de Ação Emergencial de Segurança de Barragens (PAE) - sendo dez realizados em comunidades vizinhas ao Complexo Belo Monte e duas nas casas de força de Belo Monte e Pimental.



Simulado de emergência em escala real ocorrido no complexo Belo Monte e comunidades

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

55

A atuação direta em emergências demonstrou a eficiência das equipes da Norte Energia. Ao longo de 2024, foram atendidas 62 emergências ambientais e 53 incêndios, além da realização de 117 capturas de animais, promovendo o equilíbrio entre as atividades industriais e a conservação ambiental. O suporte à comunidade foi igualmente expressivo, com 86 deslocamentos de emergência e atendimentos pré-hospitalares a 92 pessoas, reforçando a parceria e o cuidado com as regiões vizinhas.

A Brigada de Emergência realizou mais de 17.900 inspeções em extintores de incêndio, além da verificação dos sistemas de emergência como um todo, incluindo veículos e acessórios especiais. No período, também foram adquiridos novos equipamentos para combate a incêndios florestais, garantindo maior eficácia nas ações preventivas e corretivas. Além disso, avançou a aprovação do Plano de Resposta a Emergências (PRE) pela Diretoria, consolidando um documento essencial para padronizar e aprimorar as respostas a situações críticas.

Essas iniciativas demonstram o papel da Norte Energia na promoção da segurança, da preservação ambiental e do bem-estar das comunidades.

6.3.5 Considerações Finais (SST)

Os avanços obtidos na área de Saúde e Segurança do Trabalho são fruto de um esforço coletivo e de uma abordagem integrada que valoriza a prevenção, a capacitação e a inovação tecnológica como pilares fundamentais para a construção de um ambiente de trabalho mais seguro, saudável e produtivo.

Como próximos passos, a Companhia continuará investindo em ações estratégicas que fortaleçam a cultura de SST, ampliem a conscientização de colaboradores e contratadas e promovam melhorias contínuas nos processos e nas práticas operacionais. Além disso, será dado um enfoque especial ao aperfeiçoamento das metodologias de gestão de riscos ocupacionais e ao desenvolvimento de programas alinhados às melhores práticas nacionais e internacionais.

A Norte Energia acredita que a segurança e o bem-estar de seus colaboradores são valores inegociáveis.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Socioambiental

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

57

7. Socioambiental

Em alinhamento com as melhores práticas de conservação ambiental, a Norte Energia tem executado ações e programas previstos no licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, enquanto aguarda a manifestação do órgão competente sobre o pedido de renovação da Licença de Operação (LO) 1.317/2015, protocolado em 2021.

7.1 Termo de Compromisso Ambiental

O Termo de Compromisso Ambiental (TCA) nº 03/2021-GABIN, que abrangeu os eixos Biodiversidade, Monitoramento, Social, Saúde, Saneamento e Comunicação, foi encerrado em fevereiro de 2024. No entanto as ações estruturantes do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu (PGIVGX), integrante do Projeto Básico Ambiental (PBA), continuam em andamento.

Entre os principais avanços, destaca-se a recomposição de 204 hectares de área degradada, promovendo a reocupação da fauna local, além da implantação de um viveiro de mudas e do fortalecimento do engajamento das comunidades nas atividades socioambientais.

No eixo de Comunicação, foi concluída a instalação de 128 antenas satelitais, com o encerramento dessa etapa formalmente reportado ao Ibama em agosto de 2024. Contudo, a manutenção do sinal e o funcionamento regular das antenas permanecem sob responsabilidade da Companhia. A operação desses sistemas de comunicação, implementados no âmbito do TCA, continua sendo reportada ao Ibama por meio do Programa de Interação Social e Comunicação (item 7.2 do PBA).

Ao longo de 2024, foram desenvolvidas melhorias na Rede de Comunicação Popular, atualmente denominada RedePop Norte Energia. Novas tecnologias e recursos foram incorporados para facilitar o acesso à rede, como a combinação de textos e imagens, visando garantir a acessibilidade e a integridade das informações, além da padronização de todos os cartões digitais. Adicionalmente, foi utilizada *persona* "Bela", com o objetivo de tornar a comunicação mais próxima e amigável, utilizando uma linguagem com recursos de conversação do cotidiano.

Outra melhoria foi a inclusão, no SAC Belo Monte, de um ambiente dedicado aos Boletins de Acompanhamento do Programa de Interação Social e Comunicação (item 7.2 do PBA). O objetivo é acompanhar de maneira efetiva e eficaz as respostas da Norte Energia ao público-alvo, por meio de indicadores segmentados por tema e território.

Dentre as ações de interações junto as comunidades, merece destaque a realização dos Ciclos de Reuniões da Volta Grande do Xingu, que percorre 29 comunidades localizadas no Trecho de Vazão Reduzida (TVR). Esses ciclos ocorrem em momentos distintos, abrangendo tanto o período de estiagem quanto o momento de maior volume de água no rio. Os principais propósitos são: abordar as diversas situações relacionadas ao TVR; esclarecer o andamento de projetos; informar sobre os monitoramentos; e coletar e sanar dúvidas dos moradores acerca da dinâmica que se estabeleceu com a operação do Complexo Belo Monte.

Além disso, estão em funcionamento os dois Núcleos de Comunicação, que atuam como espaços estratégicos de relacionamento com a comunidade. Esses núcleos são destinados à interação social, divulgação de informação e diálogo entre a Norte Energia e as partes interessadas locais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

58

Foram concluídas as atividades do Projeto de Ações de Comando e Controle, que, ao longo de sua execução, disponibilizou mais de 3.000 horas de voo para apoiar o Ibama nas fiscalizações ambientais, além de oferecer apoio logístico pontual com veículos e embarcações.

Com relação as atividades do projeto de Saneamento e Melhorias do Abastecimento de Água, foram implementadas 34 medidas definitivas de abastecimento no TVR. Paralelamente, está em andamento o atendimento às famílias rurais do TVR que ainda não receberam as ações de mitigação, incluindo adequações/melhorias nos sistemas de abastecimento de água e/ou construção de sistemas de esgotamento sanitário.

Todas as iniciativas de saneamento estão alinhadas com os estudos conduzidos por professores especialistas da Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio de Termo de Cooperação Técnico-Financeiro, celebrado com a instituição. Os estudos visam propor soluções adequadas de abastecimento de água para as famílias em virtude das dificuldades técnicas enfrentadas na região.

Os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário (SAA e SES) das comunidades urbanas do TVR (Belo Monte do Pontal, Belo Monte, Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo) foram revitalizados, operados e mantidos pelo período de três anos e entregues de forma definitiva aos municípios em março de 2024, passando a ser responsabilidade da gestão municipal.

No eixo de Atividades Produtivas, a Companhia continuou dando assistência técnica às famílias elegíveis. Dentre as ações desenvolvidas, destaca-se a realização de oficinas coletivas, que visam fortalecer o engajamento comunitário em práticas agrícolas. Também houve a entrega de insumos, ferramentas e equipamentos destinados a beneficiar famílias residentes nos Municípios de Altamira, Anapu, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu.

Adicionalmente, as ações relacionadas à melhoria dos acessos terrestres às comunidades do TVR foram realizadas em parceria com as prefeituras locais. Essas atividades incluíram a manutenção e a adequação de vias essenciais para a mobilidade das comunidades, sendo concluídas em 2024, com todas as metas estabelecidas para o período integralmente alcançadas.

Também em 2024, foram concluídas as ações de saúde desenvolvidas no âmbito do Termo de Compromisso Ambiental (TCA) nº 03/2021-GABIN-Ibama, que tiveram como objetivo fortalecer as ações de proteção e promoção da saúde na região do TVR. Entre os principais resultados, destaca-se o aumento significativo no número de atendimentos médicos e de enfermagem, além da redução de casos de malária, alcançado pela atuação eficiente da equipe de endemias, que desempenhou um papel crucial na orientação da população sobre as medidas preventivas para evitar a proliferação dos mosquitos vetores e a contaminação pela doença.

7.2 Fauna e Flora

7.2.1 Fauna

Quanto ao monitoramento da fauna terrestre, a Norte Energia acumula 26 campanhas de campo até o ano de 2024, com o monitoramento de anfíbios, répteis, mamíferos de médio e grande porte e morcegos nos módulos de amostragem RAPELD (levantamentos rápidos com pesquisas ecológicas de longa duração), implantados pela Companhia e nos pedrais do leito do rio Xingu. Em relação à fauna aquática, já foram realizadas 34 campanhas de campo, monitorando as aves aquáticas, mamíferos aquáticos e jacarés no rio

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

59

Xingu e seus principais cursos d'água afluentes. Até o momento, foram registradas mais de 800 espécies de vertebrados e mais de 200 espécies de invertebrados na área de influência da UHE Belo Monte.

Entre 2021 e fevereiro de 2024, no âmbito do TCA nº 03/2021, foi ampliado o monitoramento das ariranhas e lontras na região da Volta Grande do Xingu e intensificado o levantamento da fauna na foz do rio Bacajá. Entre os principais resultados, destaca-se a identificação de novos grupos de ariranhas (espécie vulnerável à extinção) habitando a área, com ambientes favoráveis a sua alimentação e reprodução. Também foram realizadas diversas ações de educação ambiental, com a participação de cinco Guardiões da Natureza, com o objetivo de sensibilizar a população do TVR sobre a importância da proteção dos ambientes naturais e da biodiversidade local.

7.2.2 Quelônios

A Norte Energia protegeu, até dezembro de 2024, mais de 6,2 milhões de filhotes de tartarugas-da-Amazônia, pitiús e tracajás nascidos nas praias do Tabuleiro do Embaubal, na Volta Grande do Xingu e no Reservatório do Xingu, por meio de seus projetos de conservação e manejo, executados no âmbito do PBA da UHE Belo Monte.

Devido ao monitoramento da Norte Energia, constatou-se que muitas tartarugas-da-Amazônia se deslocam por grandes distâncias. Algumas saem da Ilha de Marajó e do município de Almeirim, no Pará, para desovar no Tabuleiro do Embaubal, nadando por uma distância de mais 800 km entre as áreas de alimentação e áreas de desova. Já os tracajás são residentes da região do Xingu e reproduzem-se nas praias e nos barrancos próximos aos locais de alimentação.

Foi utilizado o sistema de monitoramento via satélite para acompanhar mais de 100 quelônios, entre tartarugas-da-Amazônia na região do Tabuleiro do Embaubal e tracajás (espécie de tartaruga) no TVR e no Reservatório do Xingu. Cada um desses animais foi cadastrado e carrega em seu casco um aparelho para rastreamento e análise dos hábitos de vida e de migração. O principal objetivo foi mapear as áreas de alimentação e reprodução desses animais.

7.2.3 Ictiofauna

Por meio dos projetos do licenciamento ambiental voltados para a ictiofauna, a Norte Energia realizou a coleta de mais de 377.000 exemplares de peixes, representando 436 espécies e morfoespécies, as quais foram catalogadas e incorporadas, principalmente, aos acervos de coleções ictiológicas de universidades e instituições de pesquisa, estando disponível para a comunidade científica e subsidiando diversos estudos sobre a diversidade ictiológica da Bacia do rio Xingu.

Do total de exemplares catalogados na área de influência do empreendimento, 55 espécies de peixes foram identificadas como endêmicas da bacia do Rio Xingu. Além disso, 26 espécies foram descritas com a participação direta ou indireta de pesquisadores envolvidos no monitoramento ou com base em material disponibilizado pelo projeto, das quais 18 são endêmicas do Xingu.

O monitoramento do desembarque pesqueiro abrange um trecho de rio com aproximadamente 1.000 km de extensão, onde foram registrados mais de 95 mil desembarques de peixes destinados ao consumo, e comercialização de mais de 1.155.000 unidades de peixes ornamentais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

60

No âmbito do TCA, foram estabelecidas parcerias com universidades para o desenvolvimento de protocolos de reprodução de três espécies de extrema importância para a pesca e subsistência no TVR: o pacu-deseringa, o pacu-branco e o tucunaré-do-Xingu. Os experimentos realizados com exemplares capturados na região possibilitaram o desenvolvimento de protocolos reprodutivos e o domínio das técnicas para produzir alevinos, viabilizando projetos voltados à conservação dessas espécies.

7.2.4 Flora

A Norte Energia também concentra esforços para a conservação da flora da região do Xingu, executando, no âmbito do PBA, diversos projetos vinculados ao Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres e ao Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos.

Nas áreas de supressão e de coletas demarcadas, a Norte Energia resgatou e coletou 4.326.673 sementes e propágulos. Também foram resgatados 201.923 espécimes de plantas e plântulas, dos quais 97,8% foram reintroduzidos na natureza. Além disso, a Companhia produziu 19.801 exsicatas (amostras desidratadas de plantas) para fins científicos, sendo que 19.483 foram enviadas a instituições de ensino e pesquisa.

7.2.4 Área de Preservação Permanente

Pelo Projeto de Recomposição da APP Variável, que totaliza mais de 26 mil hectares, foram produzidos cerca de 1 milhão de mudas para o plantio na recomposição das APPs da UHE Belo Monte, tendo sido recompostos cerca de mil hectares.

7.2.5 Compensação Ambiental

A Norte Energia investiu R\$ 156 milhões para a viabilização de Unidades de Conservação (UCs) novas e apoio as já existentes na região amazônica, disponibilizando tais recursos ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-Bio). Os recursos são aplicados principalmente em regularização fundiária, elaboração de planos de manejo e investimentos na infraestrutura.

7.2.6 Recuperação de Áreas Degradadas

Em termos de recuperação ambiental das áreas utilizadas para a implantação das obras, a Norte Energia desenvolve o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), no âmbito do licenciamento ambiental, já tendo recuperado uma área de 1.607 ha, com produção de 1.723.660 mudas de espécies nativas, tendo como principais objetivos a recomposição paisagística das áreas utilizadas e a reabilitação gradual das suas funções ecológicas.

7.3 Qualidade da Água

Com o compromisso de garantir a manutenção da vida, da fauna, da ictiofauna, da flora e das comunidades ribeirinhas do Xingu, a Norte Energia desenvolve um contínuo trabalho de monitoramento da qualidade da água do rio. Desde o início das obras, foram coletadas mais de 85.600 amostras de água superficial para análise dos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos, desde a montante do Reservatório Xingu, até a jusante de Belo Monte, abrangendo o Reservatório Xingu, o Canal de Derivação, o Reservatório Intermediário, o Rio Bacajá e o Rio Xingu. Além disso, do total de amostras, mais de 4.000 foram realizadas nos igarapés urbanos de Altamira.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

61

Desde 2012 até 2024, foram realizadas mais de 10.600 medições dos níveis de água subterrânea, abrangendo poços e cacimbas em 107 pontos diferentes. Também foram realizadas mais de 2.500 coletas de amostras para o monitoramento da qualidade da água subterrânea. O monitoramento tem sido fundamental para o acompanhamento das condições hidrológicas e a avaliação de parâmetros físico-químicos e biológicos.

O rio Xingu mantém sua classificação como um corpo de água de Classe 2, antes, durante e após o enchimento dos reservatórios, sendo apto para uso, conforme os critérios definidos pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 357/2005.

7.4 Educação Ambiental

Complementando todo o trabalho de conservação da flora e da fauna locais, a Norte Energia busca sensibilizar e informar as comunidades sobre a importância da preservação do meio ambiente, além de realizar esse mesmo tipo de trabalho junto aos colaboradores e terceiros.

As iniciativas de sensibilização da comunidade fazem parte do Programa de Educação Ambiental (PEA), composto por 10 subprojetos, que compreendem uma série de ações voltadas às comunidades da área da região, como campanhas socioeducativas, projetos, cursos de formação, palestras, apresentações, oficinas e visitas socioeducativas aos públicos prioritários do programa. Já as atividades voltadas para os funcionários terceiros e diretos, compõem o Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT).

As campanhas socioeducativas abordam temas, como as características da obra da UHE Belo Monte, biodiversidade e sustentabilidade, uso racional dos recursos hídricos, educação sanitária e conservação de fauna e flora. Já o programa voltado aos colaboradores orienta sobre comportamento nas frentes de serviço, uso de kit de emergência ambiental, prevenção da biodiversidade e outros diversos temas de saúde, segurança e educação ambiental no ambiente de trabalho.

Com o intuito de promover a sensibilização sobre a importância da preservação do meio ambiente, a Norte Energia instalou três Núcleos de Educação Ambiental do Xingu (NUCLEAX) em reassentamentos urbanos de Altamira. Além disso, construiu, no Bairro São Joaquim, o Centro Regional de Educação Ambiental do Xingu (CREAX).

Ao longo do ano de 2024, as ações do PEA e PEAT continuaram a ser realizadas pelo CREAX. As atividades do PEA foram voltadas os Reassentamentos Urbanos Coletivos, Reassentamento Rural Coletivo, Reassentamento de Áreas Remanescente, Comunidades do Trecho do Reservatório Xingu e do Trecho de Vazão Reduzida, contaram com participação de vários *stakeholders*, como universidades, cooperativas, associações e as prefeituras municipais do entorno do empreendimento.

As atividades do PEAT envolveram os trabalhadores ligados ao empreendimento e aconteceram nas instalações das Usinas e na cidade de Altamira (PA), ganhando destaque a Formação de Multiplicadores Ambientais, que chegou na sua 20ª edição e capacitou técnicos a multiplicarem boas práticas de educação ambiental nas suas respectivas empresas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores (PEAT) - 2024			
Ações	Número de Ações	Participantes	Duração (Minutos)
Diálogos de Meio Ambiente	910	9.486	13.192
Treinamentos de Meio Ambiente	341	4.053	10.975
Formação de Multiplicadores Ambientais	7	72	840
Ações para a Comunidade do Entorno	8	77	300
Articulações Institucionais	3	10	90
Campanhas	5	85	420
Cineclube	1	10	40
Exposições Itinerantes	4	101	720
Distribuição de Material Educativo	4	135	80
Oficina	6	59	360
Palestra	11	174	330
Workshop	3	41	225
Participação na SIPAT 2024	1	251	120
Total	1.304	14.554	27.692

Programa de Educação Ambiental (PEA) - 2024		
Ações	Número de Ações	Participantes
Palestras	26	152
Oficinas	62	500
Exposições	44	1.249
Cineclubes	26	311
Cursos e Workshops	3	12
Diálogo Interativo	41	511
Material Educativo	59	645
Outras atividades ¹	129	2.677
Total	390	6.057

¹ Mobilização, reuniões, dinâmicas etc.

7.5 Pescador

A Norte Energia vem dando continuidade às ações voltadas ao fortalecimento do setor pesqueiro e aquícola na Área de Influência da UHE Belo Monte, tanto no âmbito do Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável (item 13.3.5 – PBA), como também em atendimento às condicionantes específicas da Licença de Operação N° 1317/2015.

Em relação às condicionantes voltadas para o público pescador, a proposição de projetos relacionados à assistência técnica e social vem sendo discutida junto ao Ibama e ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), para que se possa dar sequência no atendimento das ações previstas no âmbito da condicionante 2.24 alínea “b”, que trata da realização de assistência técnica de pesca por um período de três anos, no trecho que sofrer alterações pela formação do reservatório Xingu e do Trecho de Vazão Reduzida.

A Norte Energia realizou a reparação financeira para os pescadores no âmbito da condicionante item 2.24 alínea “b” da referida licença, que estão no cadastro que totalizou de 1.976 pescadores, cadastrados na base



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

63

de dados, a partir de um processo participativo realizado entre os anos de 2017/2019, e que exerciam a atividade de pesca anterior ao enchimento dos reservatórios da UHE Belo Monte. Neste sentido, realizou nos anos de 2023 e 2024, o pagamento da verba de reparação individual no valor de R\$ 20 mil aos pescadores que integraram o referido cadastro inicial.

Foi determinado pelo órgão licenciador que a Norte Energia reabrisse o cadastro para a realização de estudos de caso para os interessados no recebimento da verba de reparação. Sendo assim, um amplo processo foi estruturado mediante critérios comprobatórios da atuação na pesca da área de influência da UHE Belo Monte, em período anterior à formação dos reservatórios. Os critérios técnicos foram construídos e devidamente validados junto ao órgão licenciador. As análises mediante critérios que comprovem a atuação na pesca do interessado na área de influência da UHE Belo Monte estão sendo realizadas e as devolutivas aos inscritos se iniciaram em fevereiro de 2024, conforme as tratativas acordadas com o órgão licenciador.

No âmbito da condicionante 2.24 alínea "c", que versa sobre a execução de projeto de assistência técnica para os pescadores das Reservas Extrativistas Federais da Terra do Meio (Rio Iriri, Riozinho do Anfrísio e Rio Xingu), foram retomadas as tratativas junto ao ICMBio. A Norte Energia apresentou proposta de atendimento dentro dos princípios da razoabilidade, contrapondo com a devida argumentação técnica a proposta apresentada pelo ICMBio.

7.6 Ribeirinhos

Durante o ano de 2024, a Norte Energia deu continuidade a realização de reuniões presenciais com o Conselho Ribeirinho e seu grupo de apoio, com cerca de 13 grandes reuniões realizadas, incluindo a participação do Ibama e do Ministério Público Federal, assim como, foram mantidos os atendimentos da Central Belo Monte 24 horas. Foram realizadas reuniões com as secretarias de Educação e Saúde do Município de Vitória do Xingu e Altamira, dando sequência às tratativas para implantação dos equipamentos sociais previstos para o território ribeirinho.

Até dezembro de 2024, das 322 famílias, 160 foram reassentadas, dentre as quais ocorreram quatro trocas de ponto, devido a dinâmica de acomodação e tradicionalidade. A Norte Energia também vem executando projetos complementares, seguindo diretrizes preconizadas pelo PBA, a exemplo de atendimento psicossocial e de fortalecimento da agricultura familiar (com ênfase no agroextrativismo e na pesca).

Embora o reassentamento as margens do rio Xingu seja a alternativa prevista no projeto como a forma de tratamento que tem condições de recompor o modo de vida das famílias ribeirinhas, após a realização de consultas às famílias para fins da elaboração do projeto executivo, ocorridas entre outubro de 2022 e abril de 2023, com o acompanhamento do Conselho Ribeirinho, foram constatados casos de famílias com particularidades sociais ou não que desejam seguir no território. Neste sentido, para esses casos, após as considerações do Ibama, a Norte Energia iniciou a apresentação de proposta alternativa com relação a ocupação do ponto dentro da Área de Proteção Permanente do reservatório Xingu, sendo então ofertado um imóvel no Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Tavaquara.

Para a realização do agendamento com as famílias, foi facultando a cada uma o direito de estar acompanhada por pessoa de confiança, seja advogado, membro do Ministério Público ou Defensor Público, Ibama, representante do Conselho Ribeirinho, amigos ou familiares durante o atendimento, caso assim desejassem.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

64

Esse acompanhamento visa reforçar a transparência do processo e assegurar que todos os interessados se sintam plenamente informados e seguros em suas decisões.

A Norte Energia realizou reuniões individuais com 18 grupos familiares, onde 12 famílias optaram pelo imóvel no RUC Tavaquara, sendo que cinco já receberam a unidade habitacional e sete aguardam a entrega. As outras seis famílias solicitaram prazo para analisar e ainda não se manifestaram acerca de seu posicionamento.

No que se refere à implantação do projeto, para atender as demais famílias, a Norte Energia deu sequência ao detalhamento do projeto executivo e obteve, em junho de 2024, a complementação da Declaração de Utilidade Pública (DUP) para a aquisição de terras necessárias ao projeto. Ainda nessa temática, a Companhia realizou a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão das Comunidades dos Reservatórios, Trecho de Vazão Reduzida e da Biodiversidade (CCRTBio/FASBM), apresentando a proposta metodológica para a aquisição de terras necessárias ao Projeto Ribeirinho. Em paralelo, a Norte Energia deu continuidade aos levantamentos necessários para concretizar o atendimento à condicionante e participou de reunião técnica com INCRA e Ibama, tratando da situação fundiária dos imóveis que compõem a área de interesse do projeto.

7.7 Diálogo e Ações Junto aos Povos Indígenas do Médio Xingu

A Norte Energia, pautada no diálogo aberto e transparente, tem potencializado a escuta qualificada e a participação indígena na condução da execução das ações junto aos Povos Indígenas do Médio Xingu, buscando ampliar e consolidar os espaços de diálogo com essas comunidades e com a Funai, a fim de garantir a qualidade de sua atuação, prover maior eficiência nos processos e assertividade nos resultados.

Nesse sentido, para além do diálogo exercido durante a execução das atividades dos programas e projetos do Plano Básico Ambiental - Componente Indígena (PBA-CI), foi instituída uma agenda regular de reuniões em diferentes formatos como encontros entre a Companhia e os povos indígenas, além de reuniões com a participação de órgãos intervenientes, a Norte Energia e a executora. Esses encontros, denominados tripartites, envolvem a Norte Energia, povos e organizações indígenas, a Funai, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), entre outros, com o objetivo de acompanhar as atividades em andamento e planejar as atividades futuras. Essa agenda de reuniões foi mantida em 2024 e continuará em 2025, sendo ajustada conforme a necessidade de diálogo identificada pelos envolvidos. .

Em 2024, é importante registrar que, em atendimento a uma específica demanda do licenciamento ambiental do componente indígena, conforme o PBA-CI, a Norte Energia prosseguiu com diálogos com indígenas das terras indígenas da Volta Grande do Xingu, por meio do denominado Comitê do Trecho de Vazão Reduzida, com a realização de duas reuniões, sendo uma ordinária (junho) e outra extraordinária (agosto) que contaram, além da presença da equipe da Companhia em interlocução direta com os povos indígenas, com a participação de órgãos públicos diversos, tais como Funai, Ibama, MPF, UFPA, MPI, e entre outros. Ainda em junho, como encaminhamento da Reunião Ordinária, aconteceu uma vistoria no TVR que, além do acompanhamento indígena, houve a participação de representantes dos órgãos que participaram da referida reunião.

Outra iniciativa que teve continuidade e demonstra uma comunicação respeitosa com os povos indígenas e sua diversidade social e cultural foi a veiculação de comunicados institucionais, via radiofonia, previstos no

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

65

Programa de Comunicação Indígena (PCI), traduzidos, desde 2021, para as línguas dos troncos linguísticos *Tupî, Macro-Jê e Karib*, faladas pelos nove povos indígenas do Médio Xingu.

Em 2024, a Norte Energia foi convidada a participar de quatro eventos realizados pelos indígenas do Médio Xingu: Intercâmbio Povo *Assurini*; Festival *Kwyrýkângo*; Intercâmbio da aldeia *Kujubim* da TI *Cachoeira Seca* e *Festa do Povo Araweté*, realizado na aldeia *Araditi* da TI *Araweté do Igarapé Ipixuna*. Tais eventos são considerados de alta relevância pelos povos que os realizaram e os convites espontâneos à Companhia, evidenciam avanços no diálogo e reconhecimento da importância do PBA-CI no cotidiano indígena.

Em relação ao Programa de Educação Escolar Indígena (PEEI), destaca-se que para todas as rotas etnoterritoriais, foi realizada a reunião da Comissão Gestora do Território Etnoeducacional do Médio Xingu (TEEMX), que teve como objetivo discutir o cumprimento das metas e estratégias de atendimento da educação escolar indígena, com participação de representantes indígenas, órgãos públicos de educação e equipe técnica do Programa de Educação Escolar Indígena. Frisa-se que esse evento realizado para todas as terras indígenas sob influência da UHE Belo Monte é de relevância nacional, pois somente na região do Médio Xingu é realizado, por ter como fomentador principal o PBA-CI. Ainda nesse programa, foi dado andamento de apoio a 38 indígenas como logística e alimentação para a participação na graduação na licenciatura intercultural indígena ofertada pela Universidade do Estado Pará (Uepa).

Em novembro aconteceu a Feira de Economia Criativa dos Povos do Médio Xingu, evento concomitante ao Festival da Canção Transamazônica (FECANT), que contou com representantes de todas as terras indígenas, que expuseram e comercializaram produtos artesanais e alimentos tradicionais, oriundos dos fomentos das ações do PBA-CI.

Em relação a cada Rota Etnoterritoriais, houve a participação de indígenas da Rota Volta Grande do Xingu, Citadinos e ribeirinhos do Xingu no Festival Internacional do Chocolate, realizado em Altamira (PA) e Belém (PA), em junho e agosto, para lançamento de três novas marcas de chocolates (*Ita'Aka Akauwa, Karaum Paru e Yudjá*), os eventos contaram com a presença de autoridades, mesas redondas e painéis sobre a importância do cultivo do cacau para conservação da biodiversidade na Amazônia.

Na Rota dos Citadinos e Ribeirinhos, composta pelos indígenas moradores na Cidade de Altamira (PA) e em comunidades ribeirinhas do TVR, destacou-se a construção e inauguração da primeira agroindústria em processo de certificação para beneficiamento da mandioca e produção de farinha e tapioca, entre outros derivados, para a Associação *Tubyá*, localizada na região do Assurini, Zona Rural de Altamira (PA).

No âmbito das ações de promoção à Saúde, destaca-se a descontinuidade da realização de testes imunocromatográficos para pesquisa de antígeno viral para detecção de COVID-19. Além disso, registram-se os avanços alcançados com a aprovação do projeto da construção das sedes da Casa de Saúde Indígena (CASAI) na 44ª Reunião Ordinária do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), bem como uma reforma do atual prédio que abriga a CASAI.

Ocorreram reuniões com a Sesai, Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), CONDISI, para apresentação das condicionantes prioritárias do Programa Integrado de Saúde Indígena (PISI), bem como a transição da mão de obra da saúde indígena e matriz de responsabilidade dessa obrigação do PBA-CI, formação de Agente Indígena de Saúde (AIS) e Agente Indígena Sanitário (AISAN), e o recebimento formal das estruturas de saúde indígena.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

66

Encaminhou-se a formação do Grupo Gestor de Saúde para acompanhamento das obrigações do PISl. Ainda, como avanço no cumprimento de obrigações desse programa, concluiu-se as reformas e adequações das Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI) e Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), na TI *Paquicamba* no município de Vitória do Xingu, na TI *Arara* da Volta Grande do Xingu e na Comunidade Indígena ribeirinha São Francisco.

Em relação ao Programa de Fortalecimento Institucional (PFI), avançou-se em relação a diretriz contida no PBA-CI de prover as associações indígenas com espaço próprio para funcionamento, assim foram formalmente doados três imóveis do RUC Tavaquara às organizações representantes das terras Indígenas *Araweté do Igarapé Ipixuna*, *Koatinemo* e *Apyterewa*.

No âmbito do Plano de Proteção Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Médio Xingu (PPTMX), com objetivo de avançar na entrega formal das Unidades de Proteção Territorial (UPTs) à Funai, a Norte Energia manteve interações quase que diárias com a Coordenação Geral de Monitoramento Territorial para as providências de repasse das últimas três UPTs construídas. A Companhia ainda registrou tratativas com a Funai em duas correspondências emitidas no período de outubro a dezembro/2024, que culminaram no encaminhamento dessa pauta, pela Fundação, para emissão de portaria que regerá o recebimento da Base Operacional *Ituna Itatá*.

E por fim, ainda como ação desse Programa, foi mantido o fornecimento de mão de obra especializada para a execução das ações de monitoramento e vigilância das Terras Indígenas do Médio Xingu, gerenciadas pela Funai.

7.8 Atendimento a Condicionantes

Em atenção aos compromissos do licenciamento ambiental, de 25 a 27 de junho de 2024, foi realizado o 6º Seminário Técnico Anual com o Ibama, em Brasília (DF). A partir da apresentação de resultados e indicadores dos compromissos que foram executados ao longo dos anos pela Norte Energia, foi reiterada a solicitação de encerramento de oito condicionantes da Licença de Operação e cinco projetos do PBA e a redução de escopo de projetos do PBA perante as ações já executadas e os resultados dos monitoramentos socioambientais.

Em atenção aos pleitos da Norte Energia, o Ibama avaliou a solicitação de encerramento do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos e concluiu que as medidas executadas cumpriram os objetivos e metas previstos no PBA, conforme registrado no Parecer Técnico nº 48/2024-COHID/CGTEF/DILIC.

Ademais, as solicitações para redução da malha amostral do Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs (item 4.6.1 – PBA) também foi anuída pelo órgão ambiental. Para os demais pleitos, a Norte Energia aguarda a manifestação do Ibama.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Desempenho Econômico-Financeiro

8. Desempenho Econômico-Financeiro

O desempenho econômico-financeiro está sendo apresentado em conformidade com as Demonstrações Financeiras da Companhia.

8.1 Indicadores de Desempenho

Os indicadores apresentados a seguir refletem o desempenho econômico-financeiro da Norte Energia no exercício de 2024. Apesar dos esforços para otimizar sua operação e gestão financeira, o período foi marcado por desafios que resultaram em um prejuízo líquido.

Tabela de Indicadores			
Descrição	2024	2023	Percentual
Receita Líquida de Vendas (RLV)	6.249.120	5.764.413	8%
Resultado do Serviço (Ebit) ¹	949.227	1.291.740	(27%)
Ebitda ²	2.717.102	2.999.816	(9%)
Ebitda / RLV - (%) - Margem Ebitda	43%	52%	(16%)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(1.675.978)	(850.814)	(97%)
Liquidez Corrente ³	0,91	0,81	14%
Dependência Financeira ⁴	78%	74%	5%
Dívida Líquida ⁵	27.035.187	27.488.596	(2%)
Índice de Cobertura de Juros ⁶	1,0	1,0	0%
Retorno sobre o Patrimônio ⁷	-17,48%	-7,56%	(131%)

1Ebit é a sigla em inglês para Earning Before Interest and Taxes, isto é, Lucro antes dos Juros e Tributos.

2Ebitda é a sigla em inglês para Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization, isto é, Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.

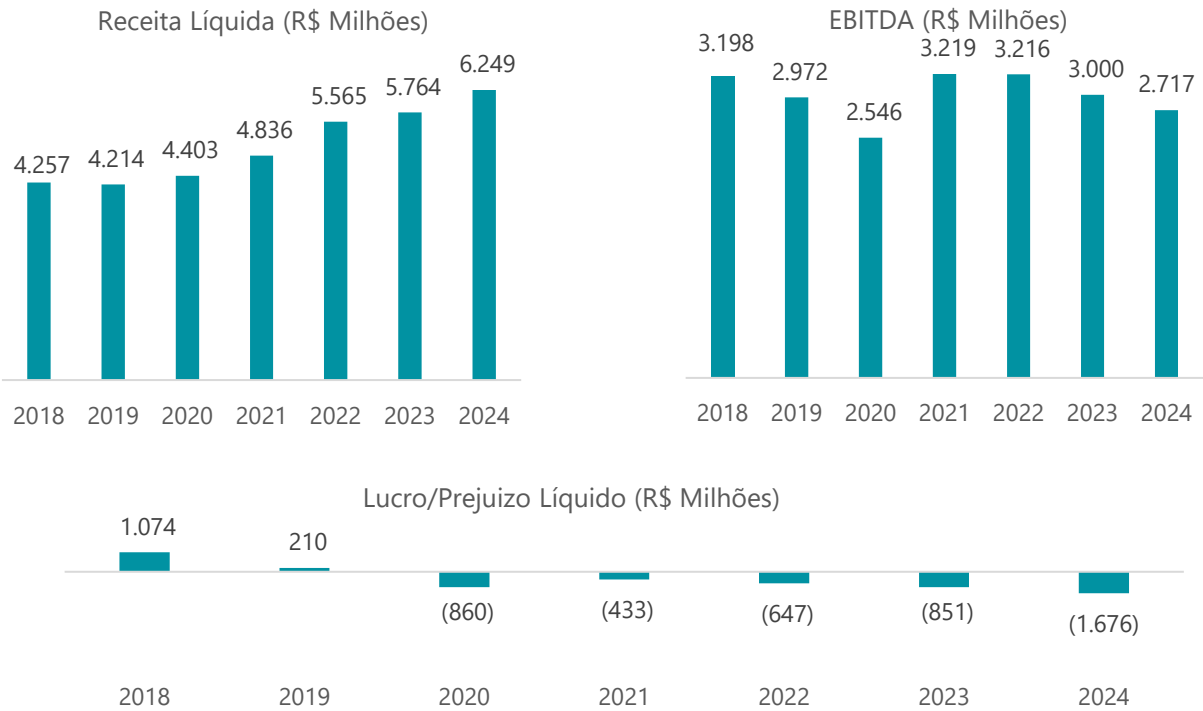
3Ativo Circulante / Passivo Circulante

4Passivo Circulante e Não Circulante / Ativo Total

5Empréstimo do BNDES de Curto e Longo Prazo - Caixa e Equivalente de Caixa

6 EBITDA / Despesas Financeiras

7Lucro / Patrimônio Líquido



8.2 Resultado Financeiro

No exercício de 2024, as receitas financeiras da Norte Energia continuaram sendo majoritariamente originadas das aplicações realizadas em fundos de investimento de renda fixa e títulos emitidos por instituições financeiras de risco aceitável, em conformidade com a política de gestão de liquidez e risco da Companhia.

As despesas financeiras foram compostas principalmente pelos encargos da dívida vinculados ao financiamento de longo prazo obtido junto ao BNDES e às debêntures emitidas em 2020, refletindo as condições contratadas, com destaque para os custos atrelados à inflação e à taxa básica de juros da economia, que permaneceram elevados durante o ano.

Em relação ao financiamento com o BNDES, não ocorreram novas liberações em 2024. O montante acumulado de liberações desde 2012 alcança R\$ 20,5 bilhões, destinado integralmente à construção das unidades geradoras de energia elétrica. A amortização da dívida seguiu o cronograma acordado, com os encargos sendo mitigados mensalmente pelas receitas financeiras provenientes de recursos temporariamente aplicados, alinhando o fluxo de caixa operacional à gestão de endividamento.

8.3 Capital Social (Em milhares de R\$)

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a estrutura societária da Companhia manteve-se estável, sendo representada conforme a tabela abaixo. Essa estrutura reflete a composição acionária, evidenciando a diversidade de seus investidores e o comprometimento com o desenvolvimento sustentável de suas operações.

Categorias	Subscrito	31/12/2024			31/12/2023		
		Integralizado	A Integralizar	Participação	Integralizado	A Integralizar	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte)	4.685.921	4.685.921	-	34,98%	4.685.921	-	34,98%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf)	2.009.400	2.009.400	-	15,00%	2.009.400	-	15,00%
Belo Monte Participações S.A.	1.339.600	1.339.600	-	10,00%	1.339.600	-	10,00%
Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros)	1.339.600	1.339.600	-	10,00%	1.339.600	-	10,00%
Fundação dos Economistas Federais (Funcef)	1.339.600	1.339.600	-	10,00%	1.339.600	-	10,00%
Amazônia Energia Participações S.A.	1.308.789	1.308.789	-	9,77%	1.308.789	-	9,77%
Aliança Norte Energia Participações S.A.	1.205.640	1.205.640	-	9,00%	1.205.640	-	9,00%
Siderúrgica Norte Brasil S.A. (Sinobras)	133.960	121.482	12.478	1,00%	116.493	17.467	1,00%
J. Malucelli Energia S.A.	33.490	33.490	-	0,25%	33.490	-	0,25%
	13.396.000	13.383.522	12.478	100,00%	13.378.533	17.467	100,00%

Mudanças na Estrutura Societária

Conforme fato relevante emitido pela Eletrobras em 3 de maio de 2022, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária da Eletronorte, o aumento do capital social da Eletronorte, subscrito e integralizado pela Eletrobras. Esse aumento foi realizado por meio da transferência de ações ordinárias detidas na Norte Energia, equivalentes a 15% do capital social. A transação foi concretizada em 23 de agosto de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

70

A partir desse evento, a Eletrobras deixou de deter participação direta na Companhia de 15,00%, permanecendo, entretanto, com uma participação indireta significativa de 49,98%, por meio de suas controladas Eletronorte (34,98%) e Chesf (15,00%). Essa configuração reforça o papel estratégico da ELETROBRAS no controle e gestão da Norte Energia, garantindo alinhamento com suas políticas de governança e objetivos de longo prazo.

As demonstrações financeiras também estão disponíveis no link: <https://www.norteenergiasa.com.br/>.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Imprensa**

imprensa@norteenergiasa.com.br

Central Belo Monte 24h

0800 091 2810

Website

www.norteenergiasa.com.br

Vitória do Xingu - PA

Rodovia Transamazônica BR 230

Km 52, S/N - Sítio Belo Monte

CEP: 68.383-970 - Fone: +55 93 3502 4400

Brasília - DF

Edifício General Alencastro Torre B - 3º andar

SEPS Q 702/902, Conjunto B, Bloco A - Asa Sul

CEP: 70.390-025 - Fone: +55 61 3410 2010

Este documento contém informações gerais da **Norte Energia S.A.** compreendidas como um conjunto restrito de dados destinados, **exclusivamente**, ao público **deste documento**. O conteúdo constitui informação **sensível** e é **estritamente confidencial**, não podendo ser reproduzido, no todo ou em parte, disponibilizado, distribuído ou transmitido a qualquer pessoa que não seu(s) destinatário(s), bem como **não gera nenhuma obrigação** à Norte Energia – a não ser que expressamente explícito. Em nenhuma hipótese as informações aqui transmitidas poderão ser utilizadas em desacordo com as **Políticas da Companhia**, com os normativos estabelecidos pela **Comissão de Valores Mobiliários (CVM)** e demais disposições do ordenamento jurídico brasileiro.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente



Notas Explicativas



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Norte Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

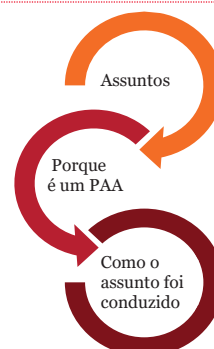
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Notas Explicativas



Norte Energia S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realização de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 2.17, 3.1.5 e 24)

A Companhia apurou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos provenientes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, considerados recuperáveis com base em estudo elaborado pela administração sobre as projeções de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para a realização desses tributos.

Consideramos que essa é uma área de foco de auditoria, uma vez que a avaliação efetuada pela administração envolve julgamentos significativos e subjetivos a fim de determinar a base tributária futura advinda das projeções de resultado da Companhia.

Quaisquer mudanças nas estimativas e premissas significativas podem trazer impactos relevantes nas projeções de lucros tributáveis da Companhia e, conseqüentemente, no valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras, considerando o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não utilizados.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para apuração e mensuração dos tributos diferidos.

Com o apoio de nossos especialistas tributários, testamos as bases de cálculo das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, analisando a razoabilidade de sua formação histórica, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.

Avaliamos a razoabilidade (i) das principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributáveis futuros e (ii) do prazo de realização dos tributos diferidos ativos. Avaliamos também, se as projeções indicavam lucros tributários futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos ativos registrados, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração, bem como as divulgações feitas sobre o tema, estão consistentes com dados e informações obtidos.

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível (Notas 3.1.2, 8 e 9)

O ativo imobilizado e intangível da Companhia é composto principalmente pelos custos de construção e extensão do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, sua única unidade geradora de caixa (UGC). Uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados da UGC à qual os saldos se relacionam.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível Companhia.

Avaliamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como metodologia de fluxo de caixa descontado, período de projeção, taxa de desconto WACC, volume físico de energia, tarifas, custos e despesas projetadas e perspectivas de crescimento da economia brasileira, bem como a



Norte Energia S.A.

Porque é um PAA

Essas projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades da UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como metodologia de fluxo de caixa descontado, período de projeção, taxa de desconto WACC, volume físico de energia, tarifas, custos e despesas projetadas e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia para o ativo imobilizado e intangível. Além dos fatores citados acima, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos esse tema como foco em nossa auditoria.

Provisões socioambientais (Notas 3.1.3 e 17)

A Companhia reconheceu provisões socioambientais relacionadas aos compromissos assumidos em seus contratos de concessão para mitigar impactos ambientais e sociais decorrentes de suas operações da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Consideramos que essa é uma área de foco de auditoria, uma vez que a avaliação efetuada pela administração envolve julgamentos significativos e subjetivos para determinar o valor das provisões, com base nos estudos de impacto ambiental e nas exigências regulatórias aplicáveis.

Quaisquer mudanças nas estimativas e premissas significativas podem trazer impactos relevantes no valor das provisões socioambientais reconhecidas nas demonstrações financeiras, considerando as condições ambientais e sociais específicas dos projetos em execução.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado.

Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis são consistentes com dados e informações obtidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para apuração e mensuração das provisões socioambientais.

Testamos as bases de cálculo das provisões, analisando a razoabilidade de sua formação histórica e confrontando-as com os relatórios de impacto ambiental e as exigências regulatórias correspondentes.

Avaliamos a razoabilidade (i) das principais premissas adotadas pela administração contidas nos estudos de impacto e nos planos de mitigação e (ii) do prazo de execução das medidas socioambientais. Avaliamos também se as provisões indicavam valores suficientes para cobrir os compromissos assumidos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Notas Explicativas



Norte Energia S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 13 de março de 2023, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas

Notas Explicativas



Norte Energia S.A.

internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Notas Explicativas



Norte Energia S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.⁷

Brasília, 5 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Signed By: MARCOS MAGNUSSEN DE CARVALHO 2511003867
CPF: 2511003867
Signing Time: 05 February 2025 | 19:07 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC SERRASA RFB v5
ICP-Brasil
DDE588F8A4D4F8...

Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

Do Documento D-495F7807-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras --- 2024



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Do Arquivo Excel: D:\2025\7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA

Notas Explicativas



Sumário

Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10
1. Informações gerais	10
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais	16
3. Estimativas e julgamentos contábeis	22
4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	25
5. Contas a receber de clientes	26
6. Tributos a recuperar	27
7. Seguros a apropriar	27
8. Imobilizado	27
9. Intangível	30
10. Depósitos judiciais e cauções	32
11. Outros créditos	33
12. Fornecedores	33
13. Outras contas a pagar	34
14. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas	35
15. Empréstimos, financiamentos e debêntures	38
16. Transações com Partes relacionadas	42
17. Remuneração dos Administradores e do Conselho fiscal	44
18. Provisões socioambientais	44
19. Patrimônio líquido	46
20. Receita operacional líquida	47
21. Custos de venda de energia	47
22. Custos de operação	47
23. Despesas operacionais	48
24. Resultado financeiro, líquido	48
25. Imposto de renda e contribuição social	48

Documento assinado eletronicamente por D-425F57807-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA

Notas Explicativas



26. Instrumentos financeiros51

27. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros54

28. Cobertura de seguros56

Do tipo: E, v. 1.0 - D-425F7807-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	796.696	554.350
Aplicações financeiras	4.2	430.914	378.413
Contas a receber de clientes	5	868.576	741.977
Tributos a recuperar	6	103.703	90.436
Seguros a apropriar	7	42.532	55.718
Outros créditos	11	80.509	106.542
Total do ativo circulante		2.322.930	1.927.436
Não circulante			
Aplicações financeiras	4.2	-	401.227
Seguros a apropriar	7	-	17
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	115.915	374.598
Tributos a recuperar	6	5.258	5.283
Depósitos judiciais e cauções	10	695.794	642.928
Outros créditos	11	10.795	8.882
Imobilizado	8	38.956.869	39.063.849
Intangível	9	656.835	679.263
Total do ativo não circulante		40.441.466	41.176.047
Total do ativo		42.764.396	43.103.483

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Do tipo: Emissão: D-425F7807-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	837.171	704.465
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.055.981	908.473
Partes relacionadas	16	94.136	32.100
Uso do bem público (UBP) a pagar	9.3	100.834	98.929
Provisões socioambientais	18	243.668	290.760
Outras contas a pagar	13	208.165	220.157
Total do passivo circulante		2.539.955	2.254.884
Não circulante			
Fornecedores	12	333	154
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	27.206.815	27.914.113
Uso do bem público (UBP) a pagar	9.3	249.214	261.517
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	14	221.930	138.189
Provisões socioambientais	18	2.487.641	1.271.266
Outras contas a pagar	13	471.407	5.270
Total do passivo não circulante		30.637.340	29.590.509
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	19	13.383.522	13.378.533
Prejuízos acumulados		(3.796.421)	(2.120.443)
Total do patrimônio líquido		9.587.101	11.258.090
Total do passivo e do patrimônio líquido		42.764.396	43.103.483

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Do tipo: D-405F7007-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação em reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	20	6.249.120	5.764.413
Custos dos serviços:			
Custos da venda de energia	21	(2.205.183)	(1.948.111)
Custos de operação	22	(2.887.821)	(2.328.506)
Lucro bruto		1.156.116	1.487.796
Despesas operacionais:			
Administrativas		(190.966)	(183.515)
Depreciação e amortização		(15.923)	(12.541)
	23	(206.889)	(196.056)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		949.227	1.291.740
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras		165.471	275.685
Despesas financeiras		(2.531.993)	(2.570.068)
	24	(2.366.522)	(2.294.383)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(1.417.295)	(1.002.643)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.a	(258.683)	151.829
Prejuízo do exercício		(1.675.978)	(850.814)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	19.2	(0,1251)	(0,0635)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Do tipo: Emissão: D-425F57887-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA

Notas Explicativas



Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(1.675.978)	(850.814)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.675.978)</u>	<u>(850.814)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.396.000	(22.455)	13.373.545	(1.269.629)	12.103.916
Integralização de capital social	-	4.988	4.988	-	4.988
Prejuízo do exercício	-	-	-	(850.814)	(850.814)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.396.000	(17.467)	13.378.533	(2.120.443)	11.258.090
Integralização de capital social	-	4.989	4.989	-	4.989
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.675.978)	(1.675.978)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.396.000	(12.478)	13.383.522	(3.796.421)	9.587.101

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Do Documento Explanatório nº 495F7887-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.417.295)	(1.002.643)
Ajustes do resultado de itens sem desembolso de caixa:		
Depreciação e amortização	1.767.877	1.708.076
Provisão contrato oneroso	464.386	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	18.874	-
Provisões	187	4.128
Resultado financeiro	2.366.522	2.294.383
Baixa de depósitos judiciais	3.126	268
Resultado ajustado	3.203.677	3.004.212
Variações em ativos e passivos das atividades operacionais:		
Contas a receber de clientes	(140.286)	11.623
Tributos	(10.035)	15.914
Seguros a apropriar	58.972	63.346
Cauções	5.095	6.515
Outros créditos	1.939	(28.136)
Fornecedores - materiais e serviços em geral	121.369	116.349
Outras contas a pagar e provisão socioambiental	(365.009)	(455.128)
Pagamentos de provisões para riscos	(6.571)	(38.872)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.869.151	2.695.823
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Aumento de imobilizado (excluindo fornecedores não liquidados)	(44.761)	(177.619)
Aumento de intangíveis (excluindo bens de utilização pública)	(12.792)	(15.311)
Aplicações financeiras, líquidas	448.806	244.212
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	391.253	51.282
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Pagamentos de empréstimos (principal)	(809.578)	(689.181)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(2.213.469)	(2.249.779)
Integralização de capital	4.989	4.988
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(3.018.058)	(2.933.972)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	242.346	(186.867)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	554.350	741.217
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	796.696	554.350
Itens sem efeito de caixa	1.536.310	1.189.839
Provisão socioambiental capitalizada (imobilizado)	1.483.736	1.200.949
Fornecedores não liquidados (imobilizado)	-	(1.950)
Provisões para demandas judiciais capitalizadas (imobilizado)	90.125	38.674
Seguros não liquidados (fornecedores)	(45.769)	(59.741)
Direito de uso	8.218	11.907

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Do Documento Explanatório nº 495F7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Receita operacional bruta	7.255.181	6.726.380
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custo com energia elétrica	(2.205.183)	(1.948.111)
Material	(13.286)	(19.959)
Serviços de terceiros	(168.124)	(149.013)
Outros insumos	(1.008.334)	(510.649)
Retenções:		
Depreciação e amortização	(1.767.877)	(1.708.076)
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	165.471	275.685
Valor adicionado a distribuir	<u>2.257.848</u>	<u>2.666.257</u>
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal		
Remuneração direta	101.405	101.124
Benefícios	25.822	23.491
FGTS	7.515	6.874
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais	1.179.884	767.287
Estaduais	84.860	42.851
Remuneração de capitais de terceiros:		
Aluguéis	2.347	5.376
Despesa financeira	2.531.993	2.570.068
Prejuízo do exercício	(1.675.978)	(850.814)
Valor adicionado distribuído	<u>2.257.848</u>	<u>2.666.257</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Do Documento Ex D-42557887-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais

1.1. Constituição e outorga

Constituída em 21 de julho de 2010, a Norte Energia S.A. (Companhia ou Norte Energia) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), de capital aberto, sem *free float*. Em 14 de setembro de 2020, a Norte Energia obteve o registro de emissor de valores mobiliários de acordo com a Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na categoria "A".

A Companhia é controlada em conjunto (*joint venture*) por meio de Acordo de Acionistas (Acordo), do qual todos os acionistas são signatários, conforme disposto no artigo 118 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas constituíram a Companhia com propósito específico de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A sede da Companhia está localizada no SEPS 702/902, torre B, 3º andar, edifício General Alencastro, Asa Sul, Brasília - DF.

Em 26 de agosto de 2010, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2010 com a União, através do Ministério de Minas e Energia (MME), para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato.

Em 14 de setembro de 2021 foi emitida a Resolução Homologatória nº 2.932, que definiu o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, atendendo ao disposto na Lei nº 14.182/2021. Com a regulamentação emitida, a Companhia registrou um ativo intangível (nota 9) referente a extensão de prazo de outorga em 319 dias, no montante de R\$ 307.422, em contrapartida a recuperação de custos de energia elétrica (nota 21). A amortização do intangível será realizada de forma linear durante o prazo remanescente da concessão. Como consequência, a depreciação do ativo imobilizado e amortização dos intangíveis anteriormente existentes serão ajustadas, prospectivamente, considerando o novo prazo remanescente da concessão.

Como resultado da Resolução Homologatória 2.932, em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de setembro de 2021, foi aprovada a repactuação do *Generation Scaling Factor* (GSF) nos termos estabelecidos pela Lei 14.052/20.

Conforme o Contrato de Concessão, a UHE Belo Monte gera um volume de energia elétrica com uma capacidade instalada total de 11.233,1 MW. A garantia física da usina, para efeito comercial, é de 4.571 MW médios, sendo 4.418,9 MW médios referentes à UHE Belo Monte, e 152,1 MW médios referentes à UHE Pimental. O contrato versa também que 70% da energia assegurada será destinada ao mercado regulado (ACR), 10% aos autoprodutores (APE) e 20% ao mercado livre (ACL).

1.2. Licença de Instalação e de Operação

Em 6 de junho de 2011, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) concedeu Licença de Instalação (LI), contemplando as atividades a serem desenvolvidas dentro dos sítios construtivos de Belo Monte, Pimental, do Canal e Bela Vista, compreendendo a construção de barragens, diques, casas de força, canal de derivação,

Do Documento Externo: D-495F7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



vertedouro, tomada d'água principal, sistema de transposição de embarcações e sistema de transposição de peixes.

A LI acima mencionada compreende, ainda, as seguintes atividades associadas ao empreendimento, conforme Relatório do Processo de Licenciamento: implantação das linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construtivos; linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e complementar até as subestações Xingu e Altamira, respectivamente; canteiro de obras dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e do Canal; jazidas minerais e áreas de bota-fora associadas à construção das obras principais; e estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.

A Companhia obteve a emissão da Licença de Operação (LO), em 24 de novembro de 2015, junto ao IBAMA, com vigência de seis anos, para viabilizar o enchimento do reservatório da usina. Em 16 de julho de 2021, a Companhia solicitou junto ao IBAMA a renovação da LO nº 1.317/2015, e a solicitação está consubstanciada em Relatório Consolidado (RC) de Andamento do Projeto Básico Ambiental (PBA) e Atendimento de Condicionantes da referida licença. A referida solicitação, realizada tempestivamente, será utilizada para manutenção da LO até a conclusão do processo. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia informa que, no contexto do processo de renovação da LO, mantém um diálogo constante com o IBAMA, e que esse órgão fiscalizador não apresenta, até o momento, impedimentos para a renovação da licença.

1.3. Empreendimento

Em 27 de novembro de 2019, foi inaugurada a Unidade Geradora (UG) 18 de Belo Monte em evento que simbolizou a conclusão da usina.

Os serviços das obras civis e de montagem realizados desde 2010 possibilitaram a realização de testes das Unidades Geradoras de Pimental e Belo Monte e sincronização ao Sistema Interligado Nacional (SIN), assim as UGs foram colocadas em operação comercial conforme segue:

Ano	Belo Monte	Pimental
2016	1,2,3	1,2,3,4
2017	4,5,6,7	5,6
2018	8,9,10,11,12	
2019	13, 14, 15, 16, 17 e 18	

Ainda em relação as UGs, a Companhia atingiu sua garantia física de geração de energia com a entrada em operação da UG 8 em Belo Monte, sendo 4.418,9 MW médios e 152,1 médios em Pimental.

1.4. Assuntos regulatórios

1.4.1. Contrato de Concessão

De acordo com o Contrato de Concessão, o início das operações da Usina dar-se-ia em 28 de fevereiro de 2015. No entanto, em função de manifestações de representações de comunidades, liminares judiciais, invasões e greves na região da construção do empreendimento, a Companhia encaminhou à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) o pedido de "Excludente de Responsabilidade", solicitando que fossem levadas em consideração todas as paralisações e eventos ocorridos que impactaram efetivamente a execução do cronograma originalmente estabelecido do empreendimento, e que a Companhia tem mantido gestões junto ao IBAMA, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Instituto do Patrimônio Histórico e



Artístico Nacional (IPHAN) e Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) comprovando a continuidade do cumprimento das condicionantes exigidas pela LO.

No âmbito da ANEEL, o pedido foi indeferido. Em face dessa decisão, a Companhia interpôs recurso direcionado ao Ministério de Minas e Energia (MME). Contudo, o ministério devolveu o processo à ANEEL, tendo em vista que a Medida Provisória nº 735/2015 alterou a competência para análise desse tipo de pleito, mantendo a cargo da Agência, que desproveu o recurso em 19 de dezembro de 2017. Em 21 de setembro de 2015, a Companhia obteve, no âmbito do processo nº 1001783-20.2015.4.01.0000, decisão judicial liminar que determinou à ANEEL: “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem [processo nº 1001928-61.2015.4.01.3400], que se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida, no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas na Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME-UHE Belo Monte”. atualmente, ambos os processos aguardam julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

A liminar protege a Companhia dos efeitos adversos, regulatórios e contratuais provocados pela diferença entre a data prevista no cronograma da ANEEL para entrada em operação comercial e a efetiva data de entrada em operação de cada uma das unidades geradoras.

Com base nessa liminar e na avaliação de riscos de perda caracterizada como “possível” pelos assessores jurídicos da Companhia, foram suspensos, no período de fevereiro de 2015 até agosto de 2017, todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do Contrato de Concessão, sendo que o valor estimado de eventual perda para a Companhia gira em torno R\$ 3.053 milhões, composto pela soma de potenciais valores de pagamento de encargos de uso do sistema de transmissão, recontabilização financeira do Mercado de Curto Prazo, acertos financeiros com compradores de energia referentes ao período de vigência da Liminar e pagamentos referente ao uso do bem público. Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 18 de dezembro de 2022, a Companhia ajuizou a Ação Ordinária nº 1084113-15.2022.4.01.3400, requerendo, dentre outros pedidos, o reconhecimento de ocorrências de excludentes de responsabilidade nos atrasos na entrada em operação e a inexigibilidade do pagamento de qualquer sanção decorrentes dos atrasos que não deu causa. Atualmente, o processo aguarda saneamento do feito em primeira instância.

Em 24 de março de 2021, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 001/2010-MME-UHE Belo Monte, concatenando “as datas de entrada em operação comercial das unidades geradoras (UG) 13 a 18 da UHE Belo Monte com a data de entrada em operação comercial do 2º Bipolo da Subestação Xingu, objeto do Contrato de Concessão nº 07/2015-ANEEL, adequando a tabela do inciso XIV, da Subcláusula Primeira da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão nº 001/2010-MME-UHE Belo Monte”. As demais cláusulas e condições foram mantidas.

A Companhia ainda pleiteia perante a ANEEL o reconhecimento formal de um ressarcimento, como consequência dos ônus econômico-financeiros decorrentes das restrições sistêmicas que impedem a geração integral da energia, que a UHE Belo Monte se encontra apta a produzir. Trata-se de limitação operativa decorrente da não implantação das condições garantidas pelo Edital do Leilão nº 006/2009 (Leilão da UHE Belo Monte), que foi instruído, dentre outros documentos, pela Nota Técnica EPE-DEE-RE-004/2010-rO, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a qual



previu que a UHE foi modelada com uma ligação infinita com o subsistema Norte/Macapá/Manaus e que seriam implementadas medidas destinadas a não restringir a geração de energia da usina.

Em virtude das limitações, a UHE Belo Monte é constantemente despachada abaixo de sua capacidade de geração. Diante desse cenário, conforme discutido em parecer dos assessores jurídicos, a Diretoria da ANEEL, por meio do Despacho nº 2.518/2021, de 17/08/2021, reconheceu formalmente o direito da Norte Energia de ser compensada pelos efeitos das restrições de transmissão que frustram o pleno escoamento da geração da UHE Belo Monte, relegando a quantificação e a operacionalização dessa compensação à futura análise da Agência.

Diante desse reconhecimento, a Norte Energia, em março de 2022, enviou correspondência com pedido para que a ANEEL instrísse “o processo destinado à definição da operacionalização da compensação dos danos – passados e futuros – relacionados à redução da geração da UHE Belo Monte decorrente de óbices ao pleno escoamento da energia da usina”. Ocorre, contudo, que, até o presente momento, a ANEEL não deliberou sobre o processo.

Na data de emissão destas informações contábeis, não foi possível mensurar de forma segura quais os impactos a serem registrados, por este motivo quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos prospectivamente.

Em paralelo, em 30 de julho de 2024, a Companhia obteve decisão liminar favorável no âmbito do Agravo de Instrumento nº 1042597-30.2022.4.01.0000, em trâmite perante o TRF1, correlato ao processo nº 1074329-14.2022.4.01.3400. O pleito da Companhia era a suspensão proporcional da contraprestação paga no Contrato de Uso do Sistema de Transmissão nº 92/2012 (CUST nº 92/2012), na parcela equivalente à representatividade da Energia Vertida Turbinável (EVT), expressa em MW, frente ao Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) contratado no período. O TRF1 concedeu a liminar para determinar a revisão do CUST nº 92, de modo a ajustar os Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), que devem corresponder à energia efetivamente escoada pela UHE Belo Monte e injetada no Sistema Interligado Nacional (SIN).

A decisão acima passou a ter efeitos a partir de agosto de 2024, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS), a União e a ANEEL tomaram ciência do acima exposto. Até o mês de dezembro de 2024, a repercussão financeira em prol da Companhia foi de R\$ 378.141. Cabe registrar que, para fins da contabilização do custo corrente do referido encargo, a Companhia mantém registrado o valor integral informado pelo ONS.

A Companhia segue acompanhando os desdobramentos do Agravo de Instrumento nº 1042597-30.2022.4.01.0000 e, em eventual modificação da decisão liminar, seguirá cumprindo com as determinações judiciais, ainda que isso importe na retomada do pagamento integral do EUST ou no recolhimento do encargo com a dedução da parcela representativa da EVT. Atualmente, aguarde-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos pela União, ANEEL e ONS.

Por outro lado, em 14 de novembro de 2024, algumas empresas do segmento de transmissão de energia elétrica ajuizaram perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) a suspensão de liminar e de sentença (SLS) nº 3516, buscando cassar a decisão acima narrada. A Norte Energia já apresentou resposta a essa ação, a qual aguarda decisão por parte do Presidente do STJ, sem qualquer previsão para tanto.



1.4.2. Nulidade da Tarifa de Energia de Otimização diferenciada para Usina Hidrelétrica de Itaipu (TEO Itaipu)

Em dezembro de 2022, a 8ª Turma do TRF1 concluiu o julgamento do processo nº 0033163-68.2012.4.01.3400, ajuizado pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) em face da ANEEL.

O citado processo tem por objetivo, em suma, a declaração de nulidade dos arts. 1º e 2º da Resolução ANEEL nº 392/2009, que instituíram a Tarifa de Energia de Otimização diferenciada para a Usina Hidrelétrica de Itaipu (TEO Itaipu).

Para tanto, a associação sustentou, entre outros argumentos, que a criação da TEO Itaipu fere o art. 13, § 1º, do Decreto 4.550/2002, pois alberga custos não incrementais de produção, quais sejam: o pagamento de royalties às “Altas Partes Contratantes” (Brasil e Paraguai); pagamentos de custos de administração e supervisão da empresa constituída com capital das Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) e da *Administracion Nacional de Electricidad* (Ande) para exploração da Usina de Itaipu; e remuneração pela energia cedida ao Brasil pelo Paraguai.

A Apine argumentou ainda que a criação da TEO Itaipu rompe com a neutralidade das trocas de energia entre as usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), uma vez que: a) viola o art. 1º, § 4º, inc. I, da Lei 10.848/2004; b) subverte o disposto no art. 22 do Decreto 2.655/1998, que instituiu apenas uma única TEO, sem qualquer diferenciação de tarifas por usinas, e apenas para o ressarcimento de custos incrementais de operação e manutenção das hidrelétricas, e não custos ordinários ou fixos; c) infringe o art. 13, § 1º, do Decreto 4.550/2002, que prevê tratamento similar entre Itaipu e as demais usinas; d) não observa o disposto nos arts. 12, § 1º, incs. I e II, 14 e 15 do Decreto 4.550/2002, os quais preveem repasse dos custos diferenciados de Itaipu por meio da Tarifa de Repasse, e não pela TEO; e) institui subsídio cruzado, ao fazer com que os custos dos consumidores das distribuidoras cotistas da Usina Itaipu sejam repassados aos geradores hidrelétricos do MRE; e f) não possui embasamento em qualquer permissivo legal.

Em primeira instância, o pedido foi julgado improcedente, o que motivou a interposição de recurso de Apelação pela Apine. Em dezembro de 2022, a 8ª Turma do TRF1 concluiu o julgamento do referido recurso e, por maioria, deu-lhe provimento, para reconhecer a inexistência de relação jurídica entre as associadas da Apine e a ANEEL que obrigue aquelas ao pagamento da TEO Itaipu, com fundamento nos arts. 1º e 2º da Resolução ANEEL nº 392/2009, devendo esse pagamento se fundamentar em legislação preexistente. O acórdão foi publicado em 25 de julho de 2023.

A ANEEL e a União opuseram o recurso de Embargos de Declaração, que foram devidamente contrarrazoados pela Apine, os quais foram julgados em 29 de novembro de 2024. O recurso da ANEEL foi rejeitado, ao passo que o da União sequer foi conhecido. Atualmente, aguarda-se o decurso de prazo para a apresentação de recurso pela ANEEL.

Frente ao cenário acima narrado, o escritório que patrocina a causa em nome da Apine apresentou à Norte Energia memorando contendo o prognóstico de êxito do processo nº 0033163-68.2012.4.01.3400.

Inicialmente, o documento destaca que a Norte Energia, na qualidade de associada da Apine, está sendo representada pela associação nos autos do citado processo. Nessa qualidade, frisam os advogados, a “decisão impõe o ressarcimento de todos os valores a maior já pagos pela empresa



a título de TEO Itaipu, calculado em R\$ 773 milhões até novembro de 2024 (data-base em dezembro de 2024).

Ao analisar a probabilidade de reversão do entendimento, por meio de novos recursos, o memorando é expresso ao registrar que tal chance é remota.

Quanto à possibilidade de interposição de Recurso Extraordinário e/ou Recurso Especial, consta do memorando que “há óbices ao conhecimento dos referidos recursos”. Isso em razão de a matéria ter sido “decidida exclusivamente com base em normas infralegais”, inclusive no voto vencido, o que não é suscetível de análise em sede dos citados recursos.

Ademais, de acordo com o escritório que patrocina a causa, para análise da controvérsia do processo é necessária a revisitação de matéria fático-probatória, o que encontra óbice na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça e na Súmula nº 279 do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ainda que não tenha ocorrido o trânsito em julgado do julgamento do processo, o escritório concluiu que o prognóstico de êxito da ação em favor da Apine e, conseqüentemente, da Norte Energia é provável, haja vista a remota chance de êxito dos eventuais futuros recursos interpostos pela ANEEL. Há óbices processuais que impedem a reversão do entendimento por meio de Recurso Especial e/ou Recurso Extraordinário. Portanto, é questão meramente formal e temporal que a Norte Energia tenha ressarcidos todos os valores a maior já pagos pela Companhia a título de TEO Itaipu.

Porém, devido aos trâmites processuais pendentes, bem como a definição da melhor estratégia para recebimento do crédito, não é possível mensurar de forma confiável como ocorrerá o ressarcimento. Portanto, na data de emissão destas informações contábeis, não foi possível mensurar de forma segura quais os impactos a serem registrados, por este motivo quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos prospectivamente, mediante os despachos regulatórios sobre esse assunto.

1.5. Outros assuntos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 217.025 e ainda despenderá quantias em projetos previstos para o cumprimento do Contrato de Concessão.

A Companhia revisa periodicamente suas estimativas de fluxos de caixa futuros, considerando diferentes cenários econômicos e operacionais relacionados ao setor elétrico. No primeiro trimestre de 2024, houve uma reclassificação integral dos numerários anteriormente mantidos para resgate em longo prazo para o ativo circulante com o objetivo de aumentar a liquidez imediata e melhorar a capacidade de honrar compromissos de curto prazo do ano corrente. Adicionalmente, a administração está ativamente estudando alternativas viáveis de captação de recursos bem como aumento de suas receitas para atender aos compromissos de curto prazo.

Conforme as estimativas e projeções atuais, a administração acredita que a situação de capital circulante negativo, bem como as necessidades de financiamento para futuros investimentos na Usina Hidrelétrica Belo Monte, outros gastos operacionais e as garantias contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos assinados, serão adequadamente suportadas pelas receitas provenientes de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.



A administração está implementando uma gestão rigorosa de riscos e contingências para assegurar que quaisquer imprevistos possam ser adequadamente geridos sem comprometer a saúde financeira da Companhia. Essas medidas refletem o compromisso da administração em manter a solidez financeira da Companhia e garantir o cumprimento de todas as suas obrigações financeiras.

Nesse contexto, a Administração declara que, em 31 de dezembro de 2024, não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia de continuar operando pelos próximos 12 meses. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como geração de energia em MW e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram examinados pelos auditores independentes.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como normas contábeis IFRS (*IFRS® Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 05 de fevereiro de 2025.



2.2. Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando de outra forma indicado.

2.3. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulantes.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e títulos privados de instituições financeiras de primeira linha, de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de valor. Estão mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os recursos são aplicados em títulos e valores mobiliários com vencimento de longo prazo (superior a 90 dias) e apesar destas datas de vencimento, a Companhia possui programa de investimento de curto prazo para utilização desses recursos antes do vencimento.

2.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da venda de energia elétrica e valores liquidados quando da entrega dessa energia. Como o prazo de recebimento é



equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante (nota 5). São mensurados ao custo amortizado.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

A Companhia, em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, registra a provisão socioambiental com base na melhor estimativa dos desembolsos futuros durante o contrato de concessão. Quando uma provisão socioambiental estiver diretamente associada a um ativo imobilizado, seu valor é incorporado ao custo desse ativo no momento do reconhecimento inicial e ajustado conforme remensuração subsequente da provisão.

O valor da provisão é adicionado ao custo do ativo imobilizado no momento do reconhecimento. Se, posteriormente, os custos estimados aumentarem devido a mudanças regulatórias ou novos requisitos ambientais, a diferença é capitalizada no ativo correspondente, ajustando a base de depreciação.

Os custos subsequentes serão incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os bens do imobilizado estão sendo depreciados de acordo com suas estimativas de vidas úteis, as quais estão aderentes àquelas previstas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitados ao prazo da concessão (notas 3 e 8).

2.8. Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico. A amortização iniciou-se em conjunto com a obrigação do pagamento (nota 9) e ocorre, mensalmente, pelo prazo total remanescente da concessão.

A extensão de concessão outorgada à Companhia pela Lei 14.052/2020 conforme mencionada na Nota 1 culminou no reconhecimento do benefício, como ativo intangível, pelo valor calculado pelos órgãos competentes e passou a ser amortizado com base no atual prazo estendido da concessão, mensalmente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.



2.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no exercício de até 12 meses. Elas são, inicialmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente e trazidas a valor presente, quando aplicável.

2.10. Provisões

i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

ii) Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, relacionada a processos judiciais e administrativos, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A avaliação da probabilidade de perda, inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia da legislação, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (nota 14).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

2.11. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação.



2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.13. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições usuais, contendo valores, prazos e taxas definidos em contratos (nota 16).

2.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo total e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como não circulante, caso a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade em conexão ao empréstimo.

2.15. Outras contas a pagar

Outras contas a pagar são passivos exigíveis reconhecidos quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são apresentadas no balanço patrimonial e na demonstração de resultado. Esta rubrica compreende, principalmente, os tributos e contribuições a recolher e obrigações estimadas da folha de pagamento.

2.16. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.



2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis fiscais, ou substancialmente promulgados, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriadas, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, assim como sobre as diferenças temporárias (quando aplicável), decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando tais impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com impostos administrados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributadas ou diferentes entidades tributadas, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

2.17.1. Incentivos fiscais

O incentivo fiscal do imposto de renda e, adicionais não restituíveis, são apurados e registrados no resultado como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e IAS 20. A parcela do lucro decorrente de incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

2.18. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.



2.19. Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. O resultado básico por ação equivale ao resultado por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo emitido pela Companhia.

2.20. Informações por segmento

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Belo Monte e seu sistema de transmissão associado, localizada no rio Xingu, entre os municípios de Vitória do Xingu e Altamira, no estado do Pará, sob o regime de produção independente, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. A Administração revisa, regularmente, as informações financeiras da Companhia, de maneira a alocar os recursos e analisar o desempenho. Desta forma, a informação por segmento não é utilizada em suas análises.

2.21. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às Companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

2.22. Reconhecimento de receitas

A receita operacional é proveniente da atividade de geração de energia, a qual é comercializada no mercado regulado (ACR e APE) e no mercado livre (ACL) nas proporções definidas no contrato de concessão.

A receita é reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. A receita é reconhecida: quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Administração da Companhia prepara suas estimativas contábeis. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza envolvida no tema poderia levar a resultados que requeressem ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Assim, a preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são:



- Vida útil do ativo imobilizado (notas 3.1.1 e 8);
- Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 3.1.2, 8 e 9);
- Provisões socioambientais (notas 3.1.3 e 18); e
- Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas (nota 3.1.4 e 14);
- Ativos e passivos fiscais diferidos (notas 3.1.5 e 25.b).

3.1. Estimativas de maior relevância

3.1.1. Vida útil do ativo imobilizado

Conforme nota 1, as UGs entraram em operação comercial de forma gradual e em períodos diferentes. As taxas de depreciação e o início da depreciação dos bens ocorrem por UG, sendo a depreciação contabilizada proporcionalmente à geração de energia comercializada, calculada em conformidade com as quotas estabelecidas pela ANEEL, tendo por base suas vidas úteis ou o prazo de concessão, dos dois o menor, uma vez que o contrato de concessão não prevê indenização ao término da concessão.

3.1.2. Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia adota variáveis e premissas em teste de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável desses ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens.

A Administração elaborou estudos buscando assegurar que os ativos da Companhia estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Assim, um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação, se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo.

O ativo caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, conforme as normas contábeis CPC 01 (R1) e IAS 36, requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização.

Os estudos foram realizados na data base de 31 de dezembro de 2024 e não indicaram necessidade de provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

O cálculo realizado para testar a recuperabilidade dos ativos considerou o modelo econômico-financeiro da Companhia, projetado de forma nominal e mensal ao longo do prazo da concessão. O valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa projetado, descontado a uma taxa de desconto estimada antes dos impostos de 10,84%.

O teste de *impairment* foi realizado devido a gatilhos que indicaram a necessidade de revisão da recuperabilidade dos ativos, classificados em fatores externos e internos:

- Fatores Externos: Mudanças econômicas, setoriais e climáticas adversas, tais como aumento de juros, elevação da inflação e mudanças regulatórias que impactam o setor elétrico.



- Fatores Internos: Desempenho operacional abaixo do projetado no plano de negócios original.

No cálculo do fluxo de caixa, foram ainda considerados os estudos de gestão tributária e curvas de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) mais aderentes à realidade atual da geração. De forma geral o modelo de cálculo levou em consideração as seguintes premissas: metodologia de fluxo de caixa descontado – abordagem da receita; período de projeção de janeiro de 2024 a julho de 2046; taxa de desconto WACC; volume físico de energia; tarifas; custos e despesas, projetado por Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); entre outras medidas intrínsecas ao negócio. A Companhia realizou, no encerramento do exercício, a análise de indicadores de perda por *impairment* em seus ativos, conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis. Apesar da identificação de indícios que poderiam indicar uma potencial desvalorização, os testes de recuperabilidade realizados demonstraram que o valor contábil dos ativos não excede o valor recuperável. Assim, não foi necessária a constituição de provisão para perdas no período. A Administração continuará monitorando regularmente os fatores internos e externos que possam impactar a recuperabilidade de seus ativos.

3.1.3. Provisões socioambientais

A Companhia, em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, registra a provisão socioambiental com base na melhor estimativa dos desembolsos futuros durante o contrato de concessão.

Cabe ressaltar que a referida orientação possibilita o ajuste futuro da provisão, em contrapartida ao imobilizado em serviço, caso a administração identifique que a estimativa inicial desses custos deverá sofrer ajustes relevantes para mais ou para menos. No que se refere a custos retardatários eles são registrados no resultado do exercício na medida em que os novos compromissos são assumidos.

A Companhia reavalia os compromissos assumidos com diversos órgãos e fornecedores a fim de sempre apresentar com a melhor estimativa possível os valores envolvidos na provisão, inclusive com a contratação de consultoria técnica externa. O cálculo da estimativa envolve julgamentos significativos e subjetivos para determinar o valor das provisões, com base nos estudos de impacto ambiental e nas exigências regulatórias aplicáveis.

Atualmente, a provisão monta a R\$ 2.731.309 conforme demonstrado na nota 18 (R\$ 1.562.026 em 31/12/2023) e seus registros ocorreram mediante a confiabilidade dos valores envolvidos e mediante a aprovação orçamentária pelos órgãos estatutários da Companhia.

3.1.4. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas

As provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, relacionada a processos judiciais e administrativos, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A avaliação da probabilidade de perda, inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia da legislação, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (nota 14).



3.1.5 Ativos e passivos fiscais diferidos

A Companhia reconhece ativos e passivos fiscais diferidos com base nas diferenças temporárias entre os saldos contábeis e fiscais de ativos e passivos, bem como sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social passíveis de compensação em exercícios futuros, conforme aplicável pela legislação tributária vigente.

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos exige o uso de estimativas e julgamentos significativos e subjetivos por parte da Administração, com base nas projeções de resultados futuros tributáveis e no histórico de realização dos créditos fiscais acumulados. Essas projeções consideram o ambiente econômico, estratégias operacionais e fatores de risco identificados. A Administração considera que os saldos registrados são adequados e consistentes com as políticas contábeis aplicáveis, refletindo a melhor estimativa disponível na data-base.

Com base na análise de recuperabilidade realizada, identificou-se a necessidade de ajuste de baixa no montante de R\$ 365.636, relativo a créditos fiscais de prejuízos acumulados e outras diferenças temporárias cuja realização futura não se apresenta provável no horizonte de planejamento definido pela Companhia.

Este ajuste reflete a adoção de uma abordagem considerando cenários para os próximos exercícios. Adicionalmente, a Companhia continuará monitorando periodicamente suas projeções de resultados e condições econômicas, ajustando seus ativos fiscais diferidos conforme necessário. A Administração considera que os saldos registrados são adequados e consistentes com as políticas contábeis aplicáveis, refletindo a melhor estimativa disponível na data-base.

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Recursos em banco e em caixa	1.415	100.067
Depósitos bancários de curto prazo		
Renda fixa	795.281	454.283
	796.696	554.350

Compreendem valores em caixa ou equivalentes, aplicados em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais, com alta liquidez, resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva.

Os recursos disponíveis para aplicação investidos em títulos de renda fixa e operações compromissadas com rentabilidade média de 95,07% do CDI (103% do CDI em 2023). Os compromissos financeiros assumidos pela Norte Energia exigiam liquidez imediata.



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4.2. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações financeiras	430.914	779.640
Circulante	430.914	378.413
Não circulante	-	401.227

Compreendem valores substancialmente aplicados em Letras Financeiras e CDBs que tem por finalidade a obtenção de rentabilidade. As aplicações possuem rentabilidade média de 101% do CDI (115% do CDI em 2023).

A reclassificação dos recursos financeiros ocorrida no primeiro trimestre de 2024 se deu em razão de probabilidade de uso desses recursos no curto prazo, considerando o atual cenário orçamentário da Companhia.

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2024					31/12/2023
	Vincendos		Vencidos			
	Faturados	Não faturados	Até 180 dias	Mais de 180 dias	Total	
Suprimento (a)	333.122	318.656	-	-	651.778	631.194
Energia elétrica de curto prazo (b)	-	217.919	-	17.769	235.688	110.799
PECLD (c)	(1.121)	-	-	(17.769)	(18.890)	(16)
	332.001	536.575	-	-	868.576	741.977

(a) Em 31 de dezembro de 2024 é composto de fornecimento a Autoprodutor de Energia Elétrica (APE) no valor de R\$ 92.430 (R\$ 3.316 em 31 de dezembro de 2023) e do ACR no valor de R\$ 559.078 (R\$ 543.790 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Faturamento da liquidação prevista no Mercado de Curto Prazo/ACL no valor de R\$ 235.687 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 110.799 em 31 de dezembro de 2023).

(c) A seguir a movimentação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	(16)
Provisão / Reversão	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(16)
Provisão / Reversão	(18.874)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(18.890)

Do montante total provisionado para perda até março de 2024, R\$ 17.769 corresponde a 100% da carteira do cliente 2W Ecobank referente a inadimplência de oito contratos. A Companhia está envidando esforços para recuperação dos créditos por meio de ações judiciais, onde foram ajuizados dois processos de execução de título extrajudicial. Por fim, vale mencionar que a 2W Ecobank questiona a rescisão dos contratos no âmbito do procedimento arbitral nº 6/2024, instaurado perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atualmente, esse processo está aguardando assinatura do Termo de Arbitragem.



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Tributos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	5.573	5.801
IRRF (a)	54.950	33.799
PIS a recuperar (b)	8.584	9.984
COFINS a recuperar (b)	39.543	45.993
Outros tributos	311	142
	108.961	95.719
Circulante	103.703	90.436
Não circulante	5.258	5.283

(a) Os saldos são representados pelo imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras de 2023 e do período transcorrido em 2024.

(b) Os saldos são referentes aos créditos de PIS e COFINS gerados no exercício de dezembro/2024 e que serão compensados com os seus respectivos débitos no momento do recolhimento dos tributos, de acordo com a legislação vigente.

7. Seguros a apropriar

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios de seguros a apropriar	42.532	55.735
Circulante	42.532	55.718
Não circulante	-	17

Refere-se, principalmente, ao prêmio de seguros decorrente de risco operacional e responsabilidade civil. As parcelas mensais de seguros são apropriadas ao resultado no grupo de custos e despesas operacionais (notas 22 e 23, respectivamente).

8. Imobilizado

8.1. Composição

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço		49.125.299	(10.699.662)	38.425.637	38.626.103
Geração	4,29%	49.087.196	(10.683.559)	38.403.637	38.607.243
Administração	11,54%	38.103	(16.103)	22.000	18.860
Imobilizado em curso		531.232	-	531.232	437.746
Geração		498.339	-	498.339	422.264
Administração		32.893	-	32.893	15.482
		49.656.531	(10.699.662)	38.956.869	39.063.849



Notas Explicativas

8.2. Movimentação

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Movimentação Baixa	Transf.	Saldo em 31/12/2023	Adições	Movimentação Baixa	Transf.	Saldo em 31/12/2024	Taxa média de Depreciação a.a.
Geração em serviço										
Terrenos (a)	908.807	-	-	235	909.042	-	-	437	909.479	4,43%
Reservatório, barragens e adutoras (e)	17.454.866	1.203.085	-	78.056	18.736.007	1.483.736	-	1.880	20.221.623	4,43%
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.666.495	88	-	726	4.667.309	-	(39)	18.357	4.685.627	4,49%
Máquinas e equipamentos	23.207.054	8.832	-	26.678	23.242.564	3.074	(12.708)	20.974	23.253.904	4,47%
Veículos	8.666	3.829	-	-	12.495	-	-	(3)	12.492	24,20%
Móveis e utensílios	3.181	683	-	4	3.868	176	-	27	4.071	6,84%
	46.249.069	1.216.517	-	105.699	47.571.285	1.486.986	(12.747)	41.672	49.087.196	
(-) Depreciação acumulada										
Terrenos (a)	(150.188)	(32.179)	-	-	(182.367)	(32.195)	-	-	(214.562)	
Reservatório, barragens e adutoras	(2.809.034)	(624.389)	-	-	(3.433.423)	(677.688)	-	-	(4.111.111)	
Edificações, obras civis e benfeitorias	(756.345)	(168.486)	-	-	(924.831)	(168.906)	10	-	(1.093.727)	
Máquinas e equipamentos	(3.575.999)	(840.317)	-	-	(4.416.316)	(842.300)	3.214	-	(5.255.402)	
Veículos	(5.550)	(1.153)	-	-	(6.703)	(1.401)	-	-	(8.104)	
Móveis e utensílios	(174)	(228)	-	-	(402)	(251)	-	-	(653)	
	(7.297.290)	(1.666.752)	-	-	(8.964.042)	(1.722.741)	3.224	-	(10.683.559)	
Geração em curso										
Terrenos (a)	1.529	-	(1.529)	-	-	454	-	(424)	30	
Reservatório, barragens e adutoras	9.336	70.594	-	(39.400)	40.530	5.741	-	10.206	56.477	
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.287	13.368	-	(726)	25.929	9.566	-	(18.356)	17.139	
Máquinas e equipamentos	9.591	34.370	-	(9.114)	34.847	8.373	-	(20.008)	23.212	
Móveis e utensílios	3.206	-	-	(4)	3.202	1.706	-	(6)	4.902	
A ratear (c)	102.921	3.037	-	(476)	105.482	85.717	-	(1.222)	189.977	
Adiantamento a fornecedores (b)	164.908	64.600	(28.404)	(54.208)	146.896	7.847	-	(11.765)	142.978	
Material em depósito	29.777	3.898	-	-	33.675	(1.156)	-	1	32.520	
Depósitos judiciais (d)	31.703	-	-	-	31.703	(253)	-	(346)	31.104	
	366.258	189.867	(29.933)	(103.928)	422.264	117.995	-	(41.920)	498.339	
Administração em serviço										
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.528	-	-	-	2.528	10	-	-	2.538	4,83%
Máquinas e equipamentos	16.203	4.429	-	6	20.638	2.718	-	185	23.541	15,99%
Veículos	756	1.044	-	-	1.800	-	-	59	1.859	16,60%
Móveis e utensílios	5.306	1.828	-	(6)	7.128	3.035	-	2	10.165	5,58%
	24.793	7.301	-	-	32.094	5.763	-	246	38.103	
(-) Depreciação acumulada										
Edificações, obras civis e benfeitorias	(410)	(97)	-	-	(507)	(98)	-	-	(605)	
Máquinas e equipamentos	(8.759)	(2.045)	-	-	(10.804)	(2.037)	-	-	(12.841)	
Veículos	(185)	(126)	-	-	(311)	(257)	-	-	(568)	
Móveis e utensílios	(1.267)	(345)	-	-	(1.612)	(477)	-	-	(2.089)	
	(10.621)	(2.613)	-	-	(13.234)	(2.869)	-	-	(16.103)	
Administração em curso										
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.627	7.660	-	-	15.287	17.122	-	-	32.409	
Máquinas e equipamentos	53	77	-	-	130	287	-	2	419	
Veículos	-	65	-	-	65	-	-	-	65	
	7.680	7.802	-	-	15.482	17.409	-	2	32.893	
	39.339.889	(247.878)	(29.933)	1.771	39.063.849	(97.457)	(9.523)	-	38.956.869	



(a)Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em serviço acumula o montante de R\$ 909.480 (R\$ 909.042 em 31 de dezembro de 2023) para terrenos. A Companhia calcula e registra a amortização dos gastos com os terrenos, pelo prazo da concessão, considerando que ao final do contrato não ocorrerão quaisquer indenizações dos investimentos realizados pela Companhia na UHE Belo Monte, no total de R\$ 214.564 até 31 de dezembro de 2024 (R\$ 182.365 até 31 de dezembro de 2023).

(b)A Companhia empenha esforços para receber e integrar a documentação necessária para a baixa dos adiantamentos em aberto junto aos fornecedores. Assim, o saldo contábil será transferido para o imobilizado em serviço, mediante o recebimento da documentação necessária.

(c)A rubrica “A ratear” destina-se ao reconhecimento dos custos incorridos em benefício da obra que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo bem ou direto pelo sistema de Ordem de Imobilização (ODI). O saldo remanescente é referente a estudos de viabilidade de novas operações, provisões para contingências e gastos referentes às medições de contratos em fase de encerramento.

Composição da rubrica “A ratear”	31/12/2024	31/12/2023
Projetos e consultorias de engenharia	1.135	183
Contingências e provisões de contratos	188.842	105.299
	<u>189.977</u>	<u>105.482</u>

(d)A rubrica destina-se ao reconhecimento dos depósitos efetuados para fins de emissão de liminar de posse, em ações de desapropriação de áreas destinadas às imobilizações em curso, pelo sistema de ODI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia efetuou a transferência de depósitos judiciais encerrados para os terrenos unitizados, conforme explicado no item (a).

(e) A Companhia registrou no exercício de 2024 incremento da provisão socioambiental no montante de R\$ 1.483.736, conforme explicado na nota explicativa 18.

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitados ao prazo da concessão. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vida útil e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados, sendo que os bens que possuem vida útil superior ao período da concessão deverão ser ajustados para que ela se limite ao prazo desta.

Em 31 de dezembro de 2024, bem como em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

A Companhia realizou, no encerramento do exercício, a análise de indicadores de perda por *impairment* em seus ativos, conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis. Apesar da identificação de indícios que poderiam indicar uma potencial desvalorização, os testes de recuperabilidade realizados demonstraram que o valor contábil dos ativos não excede o valor recuperável. Assim, não foi necessária a constituição de provisão para perdas no período. A Administração continuará monitorando regularmente os fatores internos e externos que possam impactar a recuperabilidade de seus ativos.

Do tipo: Financeiras - D-425F7887-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Intangível

9.1. Composição

	Taxa média anual de amortização	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangíveis em serviço		824.427	(187.492)	636.935	657.824
Geração		769.572	(156.190)	613.382	641.753
Uso do bem público (UBP)	4,44% a.a.	457.286	(115.378)	341.908	357.748
Servidão	4,44% a.a.	2.621	(495)	2.126	2.225
Extensão da concessão - Lei 14.052/20	4,05% a.a.	309.665	(40.317)	269.348	281.780
Administração		54.855	(31.302)	23.553	16.071
Licença de uso de software	4,41% a.a.	54.824	(31.302)	23.522	16.040
Marcas e patentes		31	-	31	31
Intangível em curso		19.900	-	19.900	21.439
Geração		247	-	247	247
Depósitos judiciais		247	-	247	247
Administração		19.653	-	19.653	21.192
Licença de uso de software		19.653	-	19.653	21.192
		844.327	(187.492)	656.835	679.263

Notas Explicativas

9.2. Movimentação

	Saldos em 31/12/2022	Movimentações		Saldos em 31/12/2023	Movimentações		Saldos em 31/12/2024
		Adições	Transferências		Adições	Transferências	
Intangível em serviço:	799.532	3.041	7.523	810.096	3.075	11.256	824.427
Uso do bem público (UBP)	457.286	-	-	457.286	-	-	457.286
Marcas e patentes	31	-	-	31	-	-	31
Extensão da concessão – Lei 4.052/2020	309.665	-	-	309.665	-	-	309.665
Licença de uso de software	29.929	3.041	7.523	40.493	3.075	11.256	54.824
Serviçào	2.621	-	-	2.621	-	-	2.621
(-) Amortização acumulada	(119.622)	(32.650)	-	(152.272)	(35.220)	-	(187.492)
Intangível em curso:	16.692	14.041	(9.294)	21.439	9.717	(11.256)	19.900
Licença de uso de software	16.445	14.041	(9.294)	21.192	9.717	(11.256)	19.653
Serviçào	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	247	-	-	247	-	-	247
	696.602	(15.568)	(1.771)	679.263	(22.428)	-	656.835

A Companhia realizou, no encerramento do exercício, a análise de indicativos de perda por impairment em seus ativos, conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis. Apesar da identificação de indícios que poderiam indicar uma potencial desvalorização, os testes de recuperabilidade realizados demonstraram que o valor contábil dos ativos não excede o valor recuperável. Assim, não foi necessária a constituição de provisão para perdas no período. A Administração continuará monitorando regularmente os fatores internos e externos que possam impactar a recuperabilidade de seus ativos.

Do Documento Explanatório: D-495F7997-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9.3. Uso do Bem Público

A Companhia paga à União o valor anual de R\$ 16.617, em parcelas mensais equivalentes a 1/12, até o 35º ano da Concessão, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão. Esta obrigação está reconhecida no passivo circulante e não circulante no montante de R\$ 100.834 e R\$ 249.214, respectivamente, totalizando R\$ 350.048 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 360.446 em 31 de dezembro de 2023), em contrapartida do ativo intangível com R\$ 341.908 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 357.748 em 31 de dezembro de 2023).

O saldo da obrigação é atualizado pela variação do IPCA anualmente e descontado a valor presente pelo componente Modelo de Precificação de Ativos Financeiros (CAPM) do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) real.

Vide abaixo a movimentação da UBP registrada no passivo exigível:

Movimentação do passivo:

Saldo em 31 dezembro de 2022	371.250
Atualizações no exercício	36.934
Ajuste a valor presente	(12.966)
Pagamentos no exercício	(34.772)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>360.446</u>
Atualizações no exercício	38.427
Ajuste a valor presente	(12.414)
Pagamentos no exercício	(36.411)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>350.048</u>
Circulante	100.834
Não circulante	249.214

10. Depósitos judiciais e cauções

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cauções (a)	636.380	457.789
Depósito judicial – Tributário (b)	23.260	23.260
Depósito judicial – Cíveis (c)	35.198	160.958
Depósito judicial – Trabalhistas	956	921
	<u>695.794</u>	<u>642.928</u>

(a) Substancialmente representado por: (i) Contrato de caução firmado com o ONS para utilização do sistema de transmissão, (ii) Conta reserva e garantias em letras financeiras para atender as exigências previstas no contrato de financiamento do BNDES, e (iii) Termo de Compromisso Ambiental firmado entre a Companhia e o IBAMA. A variação no exercício refere-se ao efeito líquido entre aplicação realizada para recomposição de conta garantia, apropriação de juros/atualização monetária e resgates de contas garantia.

(b) Substancialmente representado por exigência jurídica vinculada à ação movida pelo Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), onde a Norte Energia é parte interessada, contra Prefeitura Municipal de Altamira, referente ao recolhimento mensal do ISS. Discussão pertinente a incidência de ISS sobre inclusão na base de cálculo dos valores vinculados à materiais aplicados e serviços

Documento: D-495F7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

de terceiros contratados, pelos serviços tomados junto ao CCBM. Em setembro de 2014 foi registrado o resgate dos alvarás emitidos para a Prefeitura Municipal de Altamira referente à parte incontroversa (nota 13, item a).

(c) Em 04 de abril de 2016, a Companhia teve uma ação civil pública intentada pelo Estado do Pará e Ministério Público Federal, que pleiteia o imediato depósito do valor referente a compensação ambiental, o qual foi realizado em 27 de abril de 2016 e atualizado, no valor de R\$ 124.974 (nota 12, item a), em 2024 foi realizado o encontro de contas, dado que foi concluído que a Norte Energia não é mais parte do processo e cumpriu com suas obrigações legais pertinentes. O saldo remanescente refere-se substancialmente ao valor de R\$ 20.000 relativo a depósito recursal referente à ação 0000096-24.2013.4.01.3903, em virtude da decisão judicial em decorrência da ação de execução de título extrajudicial movida por Ministério Público Federal e Fundação Nacional do Índio, provisionado conforme nota explicativa 14). O restante do saldo refere-se à outros depósitos judiciais cíveis.

11. Outros créditos

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores (a)	1.501	9.136
Valores a receber (b)	39.302	39.302
Estoque	3.185	2.517
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	36.387	54.918
Direito de uso	10.782	8.603
Credores diversos	146	948
	91.304	115.424
Circulante	80.509	106.542
Não circulante	10.795	8.882

(a) Substancialmente referente ao pagamento antecipado da compra de energia, cujo recebimento ocorrerá até 2024.

(b) Substancialmente representado por valores a serem ressarcidos pelas Centrais Elétricas Do Norte Do Brasil S.A. relativos ao contrato de O&M conforme nota 16, item a.

12. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Consórcio Construtor de Belo Monte	3.526	4.140
Instituto Chico Mendes (a)	-	124.974
Outros fornecedores de investimento	29.636	66.097
Consórcio Montador Belo Monte (b)	65.818	65.351
Seguros	86.316	98.154
Compra de energia (c)	154.529	196.758
Encargo da transmissão, conexão e distribuição (d)	435.428	108.501
Outros fornecedores materiais e serviços	62.251	40.644
	837.504	704.619
Circulante	837.171	704.465
Não circulante	333	154

(a) Em junho de 2024 foi realizado o encontro de contas, uma vez que, juridicamente, a Norte Energia não faz mais parte do processo e não possui qualquer ingerência, tendo cumprido suas obrigações legais, conforme nota explicativa 10, item c.

Documento: DFP - 495F7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) O pagamento está condicionado à resolução do processo arbitral (nota 14).

(c) A redução dos custos relacionados com compra de energia em 31 de dezembro de 2024 quando comparado a 31 de dezembro de 2023 está relacionado principalmente ao regime hidrológico da usina, sendo observado maior patamar de geração de energia nos primeiros meses de 2024, e consequentemente menor custo associado ao MRE.

(d) Conforme mencionado na nota explicativa 1.4.1, em julho de 2024 a Companhia obteve decisão liminar favorável no âmbito do Agravo de Instrumento nº 1042597-30.2022.4.01.0000 (correlato ao processo nº 1074329-14.2022.4.01.3400) com a consequente suspensão de parte da contraprestação paga no Contrato de Uso do Sistema de Transmissão.

13. Outras contas a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Tributos retidos na fonte a recolher	4.071	9.408
Tributos a recolher:		
ISS (a)	24.670	27.898
INSS	5.051	5.637
PIS/COFINS/CSLL	69.971	57.581
ICMS	3.200	11.206
Outros tributos a recolher	363	538
Obrigações trabalhistas	27.262	27.309
CFURH (b)	7.928	2.859
P&D (b)	52.565	68.551
Passivo oneroso (c)	464.386	-
Passivo de arrendamentos	12.006	9.759
Outros	8.099	4.681
	679.572	225.427
Circulante	208.165	220.157
Não circulante	471.407	5.270

(a) Conforme nota 10, item (b), a parte controversa do recolhimento mensal do ISS retido do CCBM nos Municípios de Altamira e Vitória do Xingu estão sendo depositados em juízo, totalizando R\$ 23.260. O saldo remanescente refere-se à ISS retido de terceiros.

(b) Refere-se à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídrico (CFURH) e a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), conforme estabelecido pela ANEEL. A CFURH varia de acordo com a geração de energia, que no início do ano é usualmente superior ao final do ano.

(c) Em outubro de 2024, a Companhia firmou contratos de compra e venda de energia elétrica futura com o objetivo de gestão de fluxo de caixa nas suas operações. O volume total contratado em compra supera o volume contratado em venda em aproximadamente R\$ 757.252, gerando um impacto líquido negativo no período.

Em função dessa diferença, o contrato foi classificado como oneroso, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 25 (IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), devido ao fato de os custos inevitáveis de cumprimento do contrato superarem os benefícios econômicos esperados.

Documento Explanatório D-495F7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Venda	Compra	Líquido
Valor nominal	8.168.944	(8.926.196)	(757.252)
Realizado em 2024	(503.159)	129.168	(373.991)
Saldo líquido a realizar	7.665.785	(8.797.028)	(1.131.243)
Ajuste a valor presente	(3.106.319)	3.773.176	666.857
Saldo em 31/12/2024	4.559.466	(5.023.852)	(464.386)

A provisão foi reconhecida considerando os valores contratados brutos para compra e venda de energia elétrica ajustado a valor presente (ajuste financeiro aplicado ao fluxo de caixa contratual, com base em uma taxa de desconto que reflete o custo de oportunidade e o risco específico do contrato). Os valores efetivamente liquidados no período corrente foram deduzidos do saldo da provisão.

O saldo líquido em 31 de dezembro de 2024 é uma provisão negativa de R\$ 464.386, que reflete o montante a valor presente dos fluxos de compra e venda futuros do contrato oneroso.

14. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas

i) Causas prováveis

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2022	111.659	22.510	134.169
Constituição (reversão), líquida durante o exercício	57.818	(14.926)	42.892
Em 31 de dezembro de 2023	132.064	6.125	138.189
Constituição (reversão), líquida durante o exercício	81.065	2.676	83.741
Em 31 de dezembro de 2024	213.129	8.801	221.930

Em 30 de junho de 2024, a Administração da Companhia revisou a classificação das provisões para riscos e, conforme o item 69 do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, reclassificou os saldos das provisões para riscos em 30/06/2024, no valor de R\$ 227.463, e em 31/12/2023, no valor de R\$ 138.189, para o passivo não circulante, por não haver expectativa de liquidação das provisões no período de até doze meses após a data do balanço.

Em dezembro de 2024, a constituição de provisão cível foi de R\$ 81.065 com o valor até aqui consolidado em R\$ 221.930.

O aumento do valor se deve principalmente ao provisionamento do valor de R\$ 68.405 nos processos de desapropriação em que a Companhia complementou o valor da indenização ofertados inicialmente.

O valor total consolidado da provisão cível, em 31 de dezembro de 2024, se deve principalmente ao Procedimento Arbitral CCI 22837/JPA, em trâmite perante a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI) desde 23 de maio de 2017, de autoria do Consórcio Montador Belo Monte (CMBM), por meio do qual requereu indenização, por desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato para a Montagem Eletromecânica dos equipamentos e sistemas da UHE Belo Monte. Atualmente, a demanda envolve o valor mais significativo para a Norte Energia em sua provisão de causas prováveis.



Em 24 de maio de 2022, foi proferida sentença parcial que julgou alguns pedidos do CMBM e da Companhia, determinando o montante de R\$ 68.488 (registrado em contrapartida ao ativo imobilizado) para o desembolso pela Norte Energia. Remanesceram determinados pedidos de ambas as partes, cuja análise depende de nova prova técnica, já em execução, para melhor definição dos pleitos.

Em 12 de julho de 2024, foi lavrado a primeira minuta do laudo pericial, indicando que a Companhia foi responsável pela maioria dos eventos analisados no processo. Cabe ressaltar que esse opinativo foi alvo de um contra laudo elaborado pelos assistentes técnicos da Norte Energia que rebateram fortemente os pontos suscitados pelo perito nomeado pelo Tribunal Arbitral, de modo que o laudo pericial deve ser desconsiderado ou ao mínimo ajustado, considerando os apontamentos que foram apresentados.

O escritório de advocacia que patrocina a Companhia na arbitragem em comento, entende que a probabilidade de perda permanece a mesma, pois ainda haverá uma audiência para inquirição dos peritos e eventuais considerações complementares, além de que o laudo pericial não vincula a decisão final dos árbitros.

Adicionalmente, registra-se que o Tribunal Arbitral postergou, para a sentença final, a tomada de decisão sobre os índices de correção monetária e juros incidentes sobre os pedidos que já foram decididos e decidiu que o pagamento ocorrerá somente após a fase de liquidação de sentença de forma completa.

A diretoria da Companhia, apoiada nas informações dos assessores jurídicos que patrocinam a arbitragem, concluiu que, embora o Tribunal Arbitral tenha definido na Sentença Parcial determinadas premissas jurídicas e técnicas que balizam a perícia complementar, ainda há uma completa indefinição sobre a responsabilidade da Companhia e o valor que isso representaria, o que impossibilita, neste momento, a realização de qualquer “estimativa confiável da obrigação”.

Por esses motivos, ainda não é possível estimar os valores dos pleitos classificados como possíveis. No entanto, vale salientar que o valor provisionado atualizado do montante já determinado para o desembolso da Companhia acima referido, em dezembro de 2024, está em R\$ 97.518.

A provisão trabalhista, no valor de R\$ 8.816 em 31 de dezembro de 2024, refere-se, principalmente, a processos em que a Norte Energia foi citada como responsável subsidiária, isto é, quando há o suposto inadimplemento de obrigações trabalhistas do empregador principal, implicando na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, no caso, a Companhia.

ii) Causas possíveis – não provisionadas

Existem ainda ações nas quais a Companhia é parte envolvida, que, com base em análises preparadas pela Administração e seus assessores jurídicos, possuem prognóstico de **perda possível**:

(a) Ações referentes a indenizações pela desocupação, avaliações de benfeitorias em propriedades desapropriadas, indenizações diversas e outras ações comuns e ambientais, no valor estimado de R\$ 452.084. Há também processos de cunho administrativo, em decorrência de procedimentos junto a Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA), que não estão inseridos no item “f” abaixo, por supostas infrações, no valor estimado de R\$ 508. A Companhia possui ainda outras autuações pela Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., no valor estimado de R\$ 48.

Do tipo: E, Ex. D. 40557887-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Ações trabalhistas nas quais a Norte Energia foi incluída no polo passivo, na qualidade de responsável subsidiária e direta, em valores estimados de R\$ 12.013.

(c) A Companhia possui autuações administrativas sancionadoras de naturezas tributárias, ambientais, trabalhistas e execução fiscal ajuizada pela União Federal, no valor estimado de R\$ 4.530.

(d) Liminar com efeito de suspensão da penalidade por insuficiência de lastro na entrega de energia elétrica referente as competências de maio a dezembro de 2016 e de janeiro a março de 2017 impostas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A suspensão abrange valores referentes a EUST, liquidações financeiras do Mercado de Curto Prazo (MCP) e valores a serem pagos a autoprodutores que possuem, junto à insuficiência de lastro, o valor estimado de R\$ 3.053 milhões.

(e) A Companhia foi autuada pelo IBAMA, em relação a possíveis descumprimentos de condicionantes da LI e da LO da UHE. O valor estimado destes casos soma o montante de R\$ 93.446. Não estão incluídos nesta soma os Processos Administrativos com imposição de multa diária administrativa. Nos casos de aplicação de multa diária, se faz necessária decisão do IBAMA que fixe o valor da multa e indique o período de sua aplicação. Todos os procedimentos administrativos cabíveis estão sendo aplicados, inclusive interposição de recursos administrativos. O assunto não implica qualquer suspensão das referidas licenças, que continuam válidas, e, por isso, as atividades do empreendimento seguem seu curso normal. Vale ressaltar que o próprio IBAMA, nos documentos que embasam a autuação, destacou que as desconformidades apontadas não implicam “reflexos ambientais negativos”.

(f) A Companhia possui ainda outras autuações pelo IBAMA, Órgãos Estaduais e Municipais e CRC/PA, por outras supostas infrações, no valor estimado de R\$ 107.908. Não compõem esta soma os Processos Administrativos junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS).

(g) Com relação ao tema do Termo de Compromisso Ambiental (TCA), que é descrito na nota 18, foi ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) uma Ação Civil Pública (ACP) em face da Companhia e do IBAMA, que objetiva questionar a legalidade do TCA e busca a revisão do Hidrograma de consenso estabelecido no processo de licenciamento da UHE Belo Monte, pretendendo que seja aplicado um Hidrograma Provisório, até que sejam apresentados dados técnicos que demonstrem a capacidade de suporte do Rio Xingu e a segurança das vazões a serem praticadas no Trecho de Vazão Reduzida (TVR) do Rio. Nesta lide, foi deferido o pedido antecipatório que determinou, dentre outras questões, ao IBAMA e à Norte Energia a aplicação, em 2021, de um regime de vazão equivalente, no mínimo, ao previsto no Hidrograma Provisório definido no PT nº 133/2019/IBAMA/COHID. A Norte Energia e o IBAMA recorreram da decisão e foi deferido o efeito suspensivo pelo Presidente do TRF-1, mantendo-se inalterado o TCA celebrado com o IBAMA. No momento, a decisão do TRF-1, que deferiu o efeito suspensivo, permanece vigente. Em 21 de julho de 2022, a Corte Especial do TRF-1 apreciou os Agravos Internos interpostos pelo MPF e por Associações Indígenas, e manteve a decisão do Presidente da Corte, que suspendeu os efeitos da decisão liminar da ACP, cujos efeitos se mantêm até o trânsito em julgado da ação.

Em síntese, atualmente, o processo encontra-se em fase de apresentação de alegações finais. Em razão a decisão favorável obtida pela Companhia na SLS nº 1024049-88.2021.4.01.0000, o Hidrograma “B”, parte do Hidrograma de Consenso, continuará aplicado até o trânsito em julgado da ACP.

Do Arquivo: D:\Arquivos\7887-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Como determina o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e IAS 37 – *Provisions Contingent Liabilities and Contingent Assets*, não foram reconhecidas quaisquer provisões sobre as demandas descritas anteriormente, haja vista que as perdas são possíveis e, mesmo vindo a ser julgadas procedentes, em nenhuma hipótese os valores iniciais serão mantidos, constituindo-se os tais em mero exercício dos autores, sem qualquer fundamentação legal.

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2024	31/12/2023
Financiamento – BNDES	27.421.268	27.968.870
Debêntures	841.529	853.716
	<u>28.262.797</u>	<u>28.822.586</u>
Circulante	1.055.980	908.473
Não circulante	27.206.815	27.914.113

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data das informações contábeis.

Financiamento – BNDES

Em 2011 ocorreu a primeira captação do empréstimo ponte (parcela direta) com o BNDES e de nota promissória com o Banco BTG Pactual. Em 2012 ocorreu a segunda captação do empréstimo ponte (parcela indireta) com o BNDES, através dos repasses da CEF - Caixa Econômica Federal e do Banco ABC Brasil, e de nota promissória com o Banco BTG Pactual.

No dia 21 de novembro de 2012, o BNDES aprovou um financiamento de R\$ 22.500.000, sendo R\$ 3.685.300 relativos à linha de crédito FINAME – PSI e R\$ 18.814.700 à linha de crédito do FINEM. Esse valor será repassado da seguinte forma: R\$ 9.814.700 serão repassados diretamente pelo BNDES, R\$ 7.000.000, pela Caixa Econômica Federal e outros R\$ 2.000.000, pelo Banco de Investimentos BTG Pactual.

Dos R\$ 22.500.000 aprovados, R\$ 2.000.000 relativos aos subcréditos A2, B2, C2 e D2 estavam condicionados a apresentação de Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) celebrados no Ambiente de Contratação Livre (ACL) de 2019 a 2042. Como a Norte Energia não apresentou os contratos, os agentes financiadores BNDES, CAIXA e BTG decidiram suprimir tais subcréditos no aditamento dos contratos de financiamento. Conforme detalhado a seguir:

Financiamento de Longo Prazo	Empréstimo Aprovado (em Milhões de R\$)	Encargos (a.a.)	Garantias
BNDES - FINEM - parcela direta	8.614,7	TJLP + 2,25%	Fiança Corporativa; Penhor e Recebíveis
BNDES - FINEM - parcela indireta:			
Banco BTG	1.822,2	TJLP + 2,65%	Fiança Corporativa; Penhor e Recebíveis
Banco CEF	6.377,8	TJLP + 2,65%	Fiança Corporativa; Penhor e Recebíveis
	<u>8.200,0</u>		
BNDES - PSI - parcela direta	3.685,3	5,50%	Fiança Corporativa; Penhor e Recebíveis
	<u>20.500,0</u>		

Do Documento Explanatório: D-495F7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O crédito foi destinado à implantação da UHE Belo Monte, Sistema de transmissão associado e Investimentos do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. O contrato está dividido nos seguintes subcréditos e prazos de amortização:

Descrição	Encargos (a.a.)	Início da liberação	Início de pagamento	Término do pagamento
Parcela direta – FINEM				
Subcrédito A	TJLP + 2,25%	dez/12	fev/17	jan/42
Subcrédito B	TJLP + 2,25%	dez/12	dez/17	jan/42
Subcrédito C	TJLP + 2,25%	Mar/14	out/18	jan/42
Subcrédito D	TJLP + 2,25%	dez/14	out/19	jan/42
Parcela indireta – FINEM				
Subcrédito A	TJLP + 2,65%	jan/13	fev/17	jan/42
Subcrédito B	TJLP + 2,65%	jan/13	dez/17	jan/42
Subcrédito C	TJLP + 2,65%	jun/14	out/18	jan/42
Subcrédito D	TJLP + 2,65%	dez/14	out/19	jan/42
Parcela direta – PSI				
Subcrédito A	5,50%	dez/12	mai/17	mar/41
Subcrédito B	5,50%	set/15	out/19	mar/41

O crédito foi posto à disposição, parceladamente, em função das necessidades para a realização do projeto.

A liberação do empréstimo foi iniciada em 2012, no valor de R\$ 3.137.882. Durante o exercício de 2013 foram liberadas 3 parcelas, segregadas em 5 liberações nos meses de janeiro, maio, junho, agosto e dezembro totalizando o valor de R\$ 6.680.281.

No primeiro trimestre de 2014 foi liberada uma parcela no valor total de R\$ 1.215.000, no segundo trimestre foram liberadas duas parcelas, de R\$ 58.045 e R\$ 1.400.000, no terceiro trimestre foi liberada a sétima parcela no valor de R\$ 1.400.000 e no quarto trimestre foi liberada a oitava parcela no valor de R\$ 1.500.000, totalizando R\$ 5.573.045 no ano.

No primeiro trimestre de 2015, foi liberado o valor total de R\$ 941.853, no segundo trimestre foi liberado o valor total de R\$ 2.167.317, no terceiro trimestre R\$ 1.500.000 e no quarto trimestre R\$ 501.197 totalizando R\$ 5.110.367 no ano. Nos anos de 2016 a 2022, não ocorreram novas liberações do BNDES.

A movimentação dos créditos do BNDES está demonstrada na tabela abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.419.170
Total encargos no exercício	2.426.263
Total de pagamentos no exercício	(2.876.563)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.968.870
Total encargos no exercício	2.348.322
Total de pagamentos no exercício	(2.895.926)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.421.266

Os contratos possuem cláusulas restritivas (*covenants*) que determinam a manutenção durante todo o exercício do financiamento, do índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 15% e da manutenção de índice financeiro ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,2, calculado a partir da entrada em operação da UHE e a consequente

Do Arquivo: D:\Arquivos\7807-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

amortização das parcelas de financiamento, iniciado em fevereiro de 2017 com obrigatoriedade de divulgação no final do exercício, quando deverá, inclusive, ser auditado.

O cálculo do ICSD é realizado da seguinte forma:

ICSD = (A)/(B)

Sendo:

(A) Geração de caixa

(+) EBITDA

(-) Imposto de renda

(-) Contribuição social

(B) Serviço da dívida

(+) Amortização de principal

(+) Pagamento de juros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não atingiu o *covenant* financeiro do ICSD, conforme o índice mínimo contratual estabelecido. Em virtude disso, solicitou aos credores a dispensa quanto ao possível vencimento antecipado dos contratos (*waiver letter*), uma possibilidade contratual permitida aos credores. O BNDES, em resposta, concedeu à Companhia, ainda em 2024, a abstenção (*waiver letter*) da declaração de vencimento antecipado dos Contratos de Financiamento pelos próximos 12 meses, em razão do descumprimento do ICSD referente ao exercício de 2024, de modo que esse descumprimento não resultou no vencimento automático das obrigações.

Cronograma geral de vencimentos

Os vencimentos das parcelas do financiamento estão atualizados até 31 de dezembro de 2024, seguindo as condições contratuais iniciais dos respectivos contratos, e distribuídos como segue:

	<u>Valor</u>
2025	920.887
2026	890.370
2027	972.241
2028	1.061.912
A partir de 2029	23.575.858
	<u>27.421.268</u>

Em fevereiro de 2017, iniciou-se a amortização das parcelas de financiamento do BNDES, sendo que até 31 de dezembro de 2024 foi amortizado o montante de R\$ 15.863.734 (R\$ 12.967.808 até dezembro de 2023) referente ao principal e juros.

	<u>31/12/2024</u>
Direto	9.165.877
Principal	2.277.192
Juros	6.888.685
Indireto	6.697.857
Principal	1.329.600
Juros	5.368.257
Total pago no exercício	<u>15.863.734</u>

Do tipo: Financeiro D: 495F7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Debêntures

Em 15 de maio de 2020, a Companhia concluiu a sua 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória por fiança bancária até 31 de dezembro de 2021, em série única.

Foram emitidas 700.000 debêntures, totalizando R\$ 700.000. O prazo de vigência das debêntures é de 10 anos, sendo o vencimento em 15 de maio de 2030, com remuneração à taxa de IPCA + 7,25% ao ano. O pagamento dos juros remuneratórios será semestralmente nos meses de maio e novembro, sendo o primeiro em 15 de novembro de 2020, e a amortização ocorrerá em 12 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela devida em 15 de novembro de 2024 e a última na data de vencimento.

Os recursos captados foram integralmente utilizados para pagamentos futuros e/ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos investimentos para a construção, operação e manutenção do projeto.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Principal	700.000	700.000
Juros incorridos	176.911	195.702
Custos de transação	(35.382)	(41.986)
	<u>841.529</u>	<u>853.716</u>
Circulante	135.094	62.168
Não circulante	706.435	791.548

A escritura possui cláusula restritiva (*covenant*) que determina a manutenção durante todo o exercício da debênture, do índice financeiro ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,2 por 3 (três) anos consecutivos ou por 4 (quatro) anos intercalados, apurados anualmente a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro e calculados na seguinte forma:

A) Geração de caixa da atividade

- (+) EBITDA
- (-) Imposto de renda (Efetivamente pago)
- (-) Contribuição social (Efetivamente pago)
- (+) Créditos de PIS-COFINS

B) Saldo de caixa no final do período anterior

C) Serviço da Dívida

- (+) Amortização de principal
- (+) Pagamento de juros

D) = Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = (A+B) / (C)

O EBITDA corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+) Lucro líquido;
- (+/-) Despesa financeira;
- (+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais;
- (+) Depreciações e amortizações;
- (+/-) Outras despesas (receitas) líquidas não operacionais; e
- (+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.
- (+/-) Perdas (desvalorização) por *Impairment* / Reversão de perdas anteriores
- (+/-) Outros ajustes IFRS

Do Documento Explanatório: D-42557887-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia está adimplente com estas obrigações em 31 de dezembro de 2024.

Cronograma de pagamentos das debêntures:

	Valor
2024	61.281
2025	134.403
2026	152.786
2027	173.515
A partir de 2028	354.926
	876.911

Adicionalmente o contrato prevê as seguintes garantias compartilhadas com os contratos de financiamento do BNDES:

- Conta Reserva de Debêntures: Deverá ser formada em até 12 meses, contados da primeira data de integralização, com o valor da próxima parcela atualizada a ser liquidada.

Após 31 de dezembro de 2021:

- Penhor de (i) 79% das ações da SPE; (ii) 100% das ações da Belo Monte Participações; (iii) 100% das ações da Aliança; e (iv) 100% das ações da Amazônia;
- Recebíveis (CCEARs) e demais direitos emergentes da concessão;
- Conta Reserva de Operação e Manutenção ("O&M");
- Conta Reserva de Debêntures no valor projetado da próxima parcela de pagamento.

16. Transações com Partes relacionadas

Partes relacionadas ligadas diretamente:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte (a)	38.940	40.352	(102.076)	38.940	18.260	(120.384)
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF (b)	-	53.784	(163.860)	-	13.840	(157.938)
Siderúrgica Norte Brasil S.A. - SINOBRAS (c)	7.585	-	88.710	7.628	-	85.039
	46.525	94.136	(177.226)	46.568	32.100	(193.283)

(a) Refere-se a contas a pagar do serviço de comunicação entre Brasília e Altamira, serviço de operação e manutenção da usina e EUST, os preços e condições da prestação de serviço mencionada estão definidos e acordados em contrato específico com vigência até o prazo da concessão da Norte Energia, o contrato possui atualização anual pelo IPCA. Os valores a receber são referentes a recálculo do contrato de Operação e Manutenção, com medição dos serviços assumidos pela própria Norte Energia, os valores serão compensados até o encerramento do próximo exercício (nota 11), tendo em vista o término da execução do serviço contratado em junho de 2023, iniciou-se o processo para encerramento do contrato (TEC) e realização de todos os acertos financeiros. A Eletronorte participa do quadro de Acionista da Companhia, com 34,98%.

(b) Refere-se a contas a pagar do EUST para a Companhia Hidrelétrica do São Francisco. O EUST é regulado pela ANEEL (IN 161/14) e é devido pela disponibilização de linhas de transmissão para escoamento da produção de energia, os valores envolvidos são definidos segundo a norma. A CHESF participa do quadro de Acionista da Companhia, com 15%.

(c) Refere-se à venda de energia elétrica a título de APE – Autoprodutores, com valores definidos em leilão, e compõe o saldo de contas a receber (nota 5). A SINOBRAS participa do quadro de Acionistas da Companhia, com 1%.

Do tipo: E, Versão: D, 495F7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As transações com as partes relacionadas ligadas indiretamente à Companhia, nas quais os Acionistas com participação societária, referem-se ao EUST, que é regulado pela ANEEL (IN 161/14) e pago aos agentes operadores. Existem ainda operações de venda de energia a APE (Vale) e a distribuidoras na modalidade ACR e ACL. Conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras (d)	-	40.823	(84.077)	-	-	-
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	597	(1.862)	-	163	(1.782)
Amazônia-Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	-	2	-	-	2	(279)
ATE III Transmissora de Energia S.A.	-	303	(21)	-	283	(4.753)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	-	462	(1.302)	-	102	(477)
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.	24.326	-	212.949	24.608	-	203.841
Companhia Energética de Pernambuco S.A.	40.647	-	312.229	38.144	-	298.159
Companhia Estadual de Distribuição Energia Elétrica – CEEE-D	5.231	-	40.643	5.025	-	38.674
Cemig Distribuição S.A.	32.901	-	289.835	30.975	-	278.213
Cemig Geração e Transmissão S.A.	-	11.170	(32.460)	-	2.548	(28.925)
Companhia de Ger. e Transm. de Energ. Elétrica do Sul do Brasil	-	-	-	-	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.	-	314	(1.009)	-	90	(1.148)
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	57.040	-	553.156	63.081	-	529.462
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	8.429	-	65.084	8.093	-	62.298
Companhia Estadual de Energia Elétrica - Geração e Transmissão	-	6.308	(22.701)	-	2.114	(24.689)
CTEEP-Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	-	27.955	(84.654)	-	6.146	(75.965)
ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	-	1.013	(2.966)	-	333	(3.149)
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	-	18.659	(59.668)	-	4.240	(58.479)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	-	4.672	(13.704)	-	1.504	(14.087)
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	-	434	(1.303)	-	109	(1.380)
Evrecy Participações Ltda.	-	-	-	-	36	(504)
Fronteira Oeste Transmissora	-	73	(11)	-	63	2
Furnas-Centrais Elétricas S.A.	-	13.695	(86.603)	-	14.173	(161.610)
Integração Transmissora de Energia S.A.	-	1.422	(4.205)	-	352	(5.960)
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.	-	513	(1.592)	-	169	(1.306)
Interligação Elétrica Pinheiros S.A.	-	114	(87)	-	128	(154)
Light Energia S.A.	-	42	(122)	-	10	(123)
Light Serviços de Eletricidade S.A.	20.674	-	178.869	20.775	-	170.289
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	-	355	(1.041)	-	84	(1.021)
Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A.	-	227	(653)	-	29	(644)
Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.	-	239	(727)	-	61	(725)
Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A.	-	244	(728)	-	60	(748)
Neoenergia Distribuição Brasil	12.119	-	99.780	10.815	-	94.706
Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.	-	1.201	(3.297)	-	335	(3.255)
Neoenergia Jalapão Transmissão	-	2.208	(6.562)	-	725	(6.795)
Neoenergia Santa Luzia Transmissão	-	1.056	(3.115)	-	342	(3.158)
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.	-	426	(1.230)	-	52	(1.205)
São Gotardo Transmissora de Energia S.A.	-	1	(4)	-	-	(4)
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	-	2.277	(7.338)	-	656	(7.317)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	-	23.719	(72.220)	-	5.343	(66.879)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	-	318	(966)	-	82	(1.032)
Vale S.A.	84.846	-	446.929	37.571	2.706	588.544
Mineração Onça Puma S.A.	-	-	219.420	20.806	-	111.181
Salobo Metais S.A.	-	-	225.674	21.399	-	114.351
	286.213	160.842	2.148.340	281.292	43.040	2.012.167

(d) Refere-se a despesas administrativas incorridas pela Companhia, para atendimento a requerimentos de *compliance* do acionista e que serão objeto de reembolso.

Do tipo: Emissão: D-495F7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Remuneração dos Administradores e do Conselho fiscal

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração, fiscal e diretores executivos do exercício de 2024 foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 17 de abril de 2023 e estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração dos administradores e conselheiros fiscais (a)	7.681	8.655
Encargos sociais	2.433	2.813
Benefícios	1.595	2.066
Total	11.709	13.534

(a) Refere-se à remuneração de administradores, representado pelo Conselho de Administração e diretores executivos, que em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 7.160 (R\$ 8.174 em 31 de dezembro de 2023), e pelo Conselho Fiscal, que em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 521 (R\$ 481 em 31 de dezembro de 2023).

18. Provisões socioambientais

Refere-se à provisão relacionada aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (imobilizado).

	31/12/2024	31/12/2023
Físico biótico	501.384	430.522
Investimentos sociais	2.002.925	899.414
Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX)	227.000	232.090
	2.731.309	1.562.026
Circulante	243.668	290.760
Não circulante	2.487.641	1.271.266

O processo de estimativa compreende, anualmente, a Companhia registrar esses passivos baseado nas melhores estimativas disponíveis considerando a confiabilidade da estimativa da sua mensuração, ser decorrente de eventos passados e que os desembolsos futuros sejam prováveis. Na medida em que a Companhia reúne essas condições, as provisões são registradas ao longo do contrato de concessão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente o CPC 25 / IAS 37 e o OCPC 05 (R1).

No exercício de 2024, a Companhia identificou que a estimativa inicial dos custos socioambientais deveria sofrer ajustes, em contrapartida ao ativo imobilizado, constituindo valor de provisão socioambiental no montante de R\$ 1.483.736 (R\$ 1.200.949 em 2023) e que levaram em conta os compromissos assumidos pela Companhia por meio de diversos projetos relacionados às atividades socioambientais da UHE Belo Monte, existentes durante o período de construção do empreendimento.

Do Arquivo Excel: D:\2025\7887-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Abaixo, demonstramos quadro com a movimentação dessa provisão.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	804.112
Constituição no exercício	1.200.949
Realização no exercício	(443.035)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.562.026
Constituição no exercício	1.483.736
Realização no exercício	(314.453)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.731.309

A seguir está demonstrada a movimentação do saldo a realizar bem como o valor provisionado aberto por natureza:

	31/12/2022	Constituição	Realização	31/12/2023	Constituição	Realização	31/12/2024
Físico Biótico	221.444	251.816	(42.738)	430.522	116.891	(46.029)	501.384
Investimentos Ambientais	346.323	949.133	(396.042)	899.414	1.366.845	(263.334)	2.002.925
PDRSX	236.345	-	(4.255)	232.090	-	(5.090)	227.000
	804.112	1.200.949	(443.035)	1.562.026	1.483.736	(314.453)	2.731.309

Em fevereiro de 2021, a Companhia firmou junto ao IBAMA, um TCA, cujo objetivo foi estabelecer que a UHE Belo Monte operasse o denominado Hidrograma B, preconizado no licenciamento ambiental do empreendimento, durante a vigência do TCA, mediante a execução de medidas adicionais de mitigação e compensação dos impactos do empreendimento para o TVR na região da Volta Grande do Rio Xingu. Este TCA foi objeto de questionamento judicial conforme detalhado na nota explicativa 14.

As medidas de mitigação e de compensação adicionais garantiram a produção energética e a conservação do meio ambiente e dos modos de vida das populações da Volta Grande do Xingu ao longo dos três anos de vigência, montando ao valor corrigido em 2024 para de R\$ 175,1 milhões, já devidamente provisionados nas informações contábeis da Norte Energia.

Desde 2011, a Norte Energia já atuava em iniciativas de conservação da biodiversidade e fortalecimento socioeconômico e etnocultural na Volta Grande do Xingu. Com o compromisso firmado no TCA, essas ações foram intensificadas, buscando equilibrar a mitigação de impactos ambientais com o desenvolvimento sustentável da região e promovendo maior satisfação social entre as comunidades locais.

A Norte Energia informa que a vigência de sua Licença Ambiental foi prorrogada com base no inciso 4º do art. 14 da Lei Complementar nº 140/11, devido ao protocolo do pedido de renovação realizado dentro do prazo legal. A licença permanecerá válida até que o órgão ambiental competente se manifeste sobre o tema. O pedido de renovação foi apresentado no âmbito do 20º Relatório Consolidado, protocolado em julho de 2021.

Adicionalmente, a Norte Energia mantém interação contínua com o IBAMA no processo de análise para a renovação da LO, dado que ainda não há previsão de manifestação final por parte do órgão ambiental.

Enquanto isso, as ações dos Programas e Projetos, bem como as condicionantes ambientais da licença vigente, continuam sendo executadas. Em 28 de março de 2024, foi protocolado o 24º Relatório Consolidado anual junto ao IBAMA. O relatório destacou e reiterou a solicitação de

Do Arquivo Excel: D:\2025\7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

encerramento de projetos e condicionantes, além de fornecer subsídios adicionais para a tomada de decisão do órgão ambiental.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

No exercício de 2018, foram aprovadas as subscrições de capital no valor de R\$ 938.000, passando o capital subscrito de R\$ 12.458.000 para R\$ 13.396.000, sendo integralizados R\$ 13.010.058 que compreendem 13.010.058 ações ordinárias (R\$ 12.165.858, correspondente a 12.165.858 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2017), sendo que durante os anos de 2019 a 2023 não foram aprovadas novas subscrições.

Em 22 de novembro de 2019, a FUNCEF integralizou o montante de R\$ 350.600 referente aos aumentos aprovados nas seguintes assembleias: 24ª, 26ª, 30ª, 32ª, 33ª, 34ª, 35ª, 36ª, 37ª, 38ª, 39ª, 40ª, 41ª, 42ª, 43ª e 44ª.

Em 16 de junho de 2016 foi elaborada uma Nota Técnica de Adimplemento da SINOBRAS e em 06 de julho de 2016 na 24ª AGE foi assinado um Termo de Confissão de Dívida da SINOBRAS para regularização do inadimplemento das integralizações. Até 31 de dezembro de 2024 foi quitado o valor total de R\$ 44.351 referente ao aporte atrasado e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi integralizado R\$ 4.989.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a estrutura societária da Companhia é assim representada:

Acionista	Subscrito	31/12/2024			31/12/2023		
		Integralizado	A Integralizar	Participação	Integralizado	A Integralizar	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	4.685.921	4.685.921		34,98%	4.685.921	-	34,98%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	2.009.400	2.009.400		15,00%	2.009.400	-	15,00%
Belo Monte Participações S.A.	1.339.600	1.339.600		10,00%	1.339.600	-	10,00%
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	1.339.600	1.339.600		10,00%	1.339.600	-	10,00%
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	1.339.600	1.339.600		10,00%	1.339.600	-	10,00%
Amazônia Energia Participações S.A.	1.308.789	1.308.789		9,77%	1.308.789	-	9,77%
Aliança Norte Energia Participações S.A.	1.205.640	1.205.640		9,00%	1.205.640	-	9,00%
Siderúrgica Norte Brasil S.A. - SINOBRAS	133.960	121.482	12.478	1,00%	116.493	17.467	1,00%
J. Malucelli Energia S.A.	33.490	33.490	-	0,25%	33.490	-	0,25%
	13.396.000	13.383.522	12.478	100,00%	13.378.533	17.467	100,00%

19.2 Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação básico é feito por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui títulos de dívidas conversíveis em ações, ações em tesouraria e outros instrumentos para diluição de ações. Também não há ações preferenciais.

Abaixo está demonstrado o resultado por ação no exercício:

	2024	2023
Média ponderada de ações disponíveis no exercício	13.396.000	13.396.000
Prejuízo do exercício	(1.675.978)	(850.814)
Prejuízo por ação ordinária no exercício (básico/diluído)	<u>(0,1251)</u>	<u>(0,0635)</u>

Do tipo: Emissão: D-495F7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Receita operacional líquida

	2024	2023
Suprimento de energia elétrica (a)	5.787.922	5.499.515
Energia elétrica de curto prazo	1.467.259	1.226.865
PIS	(118.248)	(110.712)
COFINS	(544.656)	(509.948)
ICMS	(84.860)	(42.851)
CFURH	(148.102)	(198.580)
Outras deduções da receita	(110.195)	(99.876)
	<u>6.249.120</u>	<u>5.764.413</u>

(a) Os valores faturados da venda de energia estão sendo recebidos conforme contrato, por meio de boleto bancário e/ou depósito em conta corrente. O aumento de receita no exercício é referente a atualização dos preços de venda, por índice de preços conforme contratos.

21. Custos de venda de energia

	2024	2023
Custo de compra de energia (a)	(804.259)	(565.880)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição (b)	(1.388.878)	(1.342.589)
Serviços de operação e manutenção (c)	(12.046)	(39.642)
	<u>(2.205.183)</u>	<u>(1.948.111)</u>

(a) Custo de compra de energia referente à compra bilateral conforme estratégia de comercialização, e referente a posição negativa na CCEE, causada pelo impacto de menor volume de geração hidrelétrica. Custos majorados em função do El Nino e escassez hídrica enfrentada.

(b) O aumento nos encargos de transmissão, conexão e distribuição está alinhado à demanda de disponibilidade das linhas de transmissão.

(c) Em 2023 a Companhia adotou uma estratégia que realizar primarização dos serviços de O&M das usinas, nesse contexto, os contratos foram encerrados e os gastos estão registrados na rubrica pessoal em custos de operação.

22. Custos de operação

	2024	2023
Contrato oneroso (a)	(464.386)	-
Pessoal	(60.679)	(57.439)
Administradores	(3.423)	(4.822)
Serviços de terceiros	(76.499)	(70.966)
Depreciação e amortização	(1.751.954)	(1.695.535)
Seguros (b)	(487.789)	(470.586)
(Provisão) reversão PECLD (c)	(18.874)	1
Outros	(24.217)	(29.159)
	<u>(2.887.821)</u>	<u>(2.328.506)</u>

(a) A Companhia reconheceu perdas no valor de R\$ 464.386, refletindo o montante estimado de prejuízo associado à um contrato classificado como oneroso, conforme exigido pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme nota explicativa 13 (c).

(b) Refere-se ao prêmio do seguro pelo repasse do risco hidrológico pago à CCEE.

(c) Refere-se ao registro da provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa, conforme nota explicativa 5.

Do Documento Explanatório D-495F7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23. Despesas operacionais

	2024	2023
Pessoal	(62.346)	(60.516)
Administradores	(8.294)	(8.712)
Materiais	(2.253)	(3.901)
Serviços de terceiros	(91.625)	(78.047)
Depreciação e amortização	(15.923)	(12.541)
Arrendamentos e aluguéis	(2.347)	(5.376)
Seguros	(989)	(1.137)
Passagens	(2.074)	(2.824)
Internet	(926)	(1.559)
Provisão	(187)	(4.218)
Legais e judiciais	(4.501)	(8.563)
Outros	(15.424)	(8.662)
	(206.889)	(196.056)

24. Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
Juros sobre aplicações financeiras (a)	160.975	255.495
Juros e variações monetárias	9.068	9.486
Outros (b)	(4.572)	10.704
Receitas financeiras	165.471	275.685
Juros sobre empréstimos e financiamentos (c)	(2.486.016)	(2.534.273)
Outras despesas financeiras	(45.977)	(35.795)
Despesas financeiras	(2.531.993)	(2.570.068)
Resultado financeiro	(2.366.522)	(2.294.383)

(a) A Companhia obteve resultado inferior nas aplicações financeiras em relação ao exercício comparativo, devido à redução no volume de aplicações.

(b) Saldo substancialmente representado pela provisão de PIS/COFINS sobre a receita financeira.

(c) O valor dos juros é relacionado substancialmente aos encargos dos empréstimos e financiamentos, a variação é provocada pelo efeito do aumento das taxas de juros (TJLP) no período, conforme detalhado na nota explicativa 15.

25. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda corrente e diferido é apurado conforme sistemática do lucro real com base nos resultados tributáveis, às alíquotas explicitadas na legislação vigente de 15%, adicionada de 10% sobre a base tributável que ultrapassar R\$ 240 anuais, já a contribuição social evidenciada no resultado da Companhia é obtida com base nos resultados tributáveis, através da aplicação da alíquota de 9%.

O saldo das contas de prejuízo fiscal e IRPJ diferido (ativo e passivo) são contabilizados pela alíquota efetiva de 6,25%, decorrente da utilização do benefício de redução de 75% do IRPJ (SUDAM – Lucro da Exploração), vigente até 2027.

Do Documento Ex. D-495F7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Seguindo as diretrizes do CPC 32, a Administração elaborou estudos sobre a probabilidade de haver disponibilidade de lucro tributável, contra o qual os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados. Neste sentido, com base nas estimativas atuais, a Companhia decidiu baixar R\$ 365.636 mil do seu ativo diferido, bem como deixar de constituir novos ativos, mantendo R\$ 295.939 mil em seu balanço, conforme nota explicativa 3.1.5.

O imposto de renda corrente e diferido não constituído é de R\$ 471.688 em 31 de dezembro de 2024. Estes valores poderão ser utilizados pela Companhia futuramente, caso haja probabilidade de haver disponibilidade de lucro tributável suficiente.

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(1.417.295)	(1.417.295)	(1.002.643)	(1.002.643)
Alíquota do IRPJ e CSLL	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal – 34%	354.324	127.557	250.661	90.238
Efeitos tributários permanentes	(5.136)	(1.849)	(1.761)	(634)
Efeitos tributários temporários	(122.131)	(46.836)	(40.562)	(17.472)
Prejuízo fiscal/Base negativa	(227.058)	(78.871)	(208.337)	(72.132)
IRPJ e CSLL correntes	-	-	-	-
Base do IRPJ e CSLL diferido	(1.396.753)	(1.396.753)	(995.597)	(995.597)
IRPJ e CSLL - 15,25%	87.297	125.708	62.225	89.604
Ativo Fiscal Diferido não constituído/baixado	(199.691)	(271.997)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(112.394)	(146.289)	62.225	89.604
Total	(258.683)	-	151.829	-

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	-	61.868	61.868
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	42.220	42.220
Provisão de PIS/COFINS – receita não faturada	-	-	1.475	1.475
Provisão PLR folha	-	-	22.967	22.967
Provisões para compra de energia elétrica	-	-	191.969	191.969
Total das diferenças temporárias	-	-	320.499	320.499
Alíquota	6,25%	9%	6,25%	9%
IR e CS sobre diferenças temporárias	-	-	20.031	28.845
Prejuízo fiscal IRPJ e Base negativa CSLL	1.906.713	1.964.099	3.435.540	3.351.943
Alíquota	6,25%	9%	6,25%	9%
IR e CS s/ Prejuízo fiscal e Base negativa	119.170	176.769	214.722	301.675
Total	295.939	-	565.273	-

Documento Fiscal Ex. D-495F7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Movimentação do ativo fiscal diferido:

Saldo ativo em 31 de dezembro de 2022	419.849
Constituição do exercício	145.424
Realização/reversão do exercício	-
Saldo ativo em 31 de dezembro de 2023	565.273
Constituição do exercício	96.302
Reversão do exercício	(365.636)
Saldo ativo em 31 de dezembro de 2024	295.939

(c) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Juros capitalizados	(521.922)	(1.180.802)	(547.177)	(1.237.937)
Extensão da concessão (GSF)	(267.106)	(267.106)	(279.537)	(279.537)
Provisão energia elétrica	(2.609)	(2.609)	(15.950)	(15.951)
Diferenças temporárias passivas	(791.637)	(1.450.517)	(842.664)	(1.533.425)
Alíquota	6,25%	9%	6,25%	9%
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(49.477)	(130.546)	(52.667)	(138.008)
Total	(180.024)		(190.675)	

Movimentação do passivo fiscal diferido:

Saldo passivo em 31 de dezembro de 2022	(197.080)
Constituição do exercício	(2.211)
Realização no exercício	8.616
Saldo passivo em 31 de dezembro de 2023	(190.675)
Constituição do exercício	-
Realização no exercício	10.651
Saldo passivo em 31 de dezembro de 2024	(180.024)

A composição do imposto diferido ativo líquido é apresentada da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo fiscal diferido	295.939	565.273
Passivo fiscal diferido	(180.024)	(190.675)
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo, líquido	115.915	374.598

(d) Cronograma de realização do imposto diferido líquido:

	Ativo	Passivo	Valor líquido
2025	-	(9.014)	(9.014)
2026	-	(8.616)	(8.616)
2027	-	(8.616)	(8.616)
2028	25.034	(8.616)	16.418
2029	6.666	(8.616)	(1.951)
2030 em diante	264.239	(136.544)	127.695
	295.939	(180.024)	115.915



(e) Incentivos fiscais

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, estabelece que terão direito à redução do 75% do IRPJ e adicionais calculados com base no Lucro da Exploração as pessoas jurídicas que tenham projeto para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia prioritários para o desenvolvimento e estejam situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Por meio dos laudos constitutivos n.º 153/2017 e n.º 154/2017, a SUDAM aprovou o direito da Companhia ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto sobre renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração da atividade de geração de energia elétrica, enquadrada no setor de infraestrutura, considerado prioritário para fins do benefício, conforme Decreto 4.212, de 26 de abril de 2002, para os seguintes empreendimentos:

- (i) UHE Belo Monte: Laudo Constitutivo n.º 153/2017 - Fruição do Incentivo: 2018 a 2027;
- (ii) UHE Pimental: Laudo Constitutivo n.º 154/2017 – Fruição do Incentivo: 2017 a 2026.

26. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa ao seu fluxo normal por qualquer um dos fatores de riscos abaixo:

(a) Riscos

A Companhia iniciou sua operação comercial e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito

No ano de 2016 a Norte Energia iniciou sua operação comercial. Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado (leilões), de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (autoprodutores) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutor) entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

No ano de 2016 a Norte Energia iniciou sua operação comercial. Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado (leilões), de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (autoprodutores) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutor) entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.



A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno de capital compatível ao risco, sem concentrar sua exposição a um ente específico.

No exercício, a Companhia possui o saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 18.952 (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2023) decorrente da estimativa de perdas esperadas dos recebíveis, com base no coeficiente de inadimplência obtido pela média histórica ponderada pelo faturamento médio do exercício de dezembro de 2022 ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (nota explicativa 5).

(ii) Risco de mercado

As receitas de energia obtidas no ACR e de APE são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, com base na variação do IPCA.

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 80% de seus compromissos contratuais estão atrelados ao índice de preço (IPCA), bem como seus contratos de venda de energia são pactuados no ACR e APE conforme citado, gerando um casamento de indexadores entre receitas e custos/despesas. Além disso, a Companhia obtém receitas de venda de energia no mercado de curto prazo, onde os preços são definidos em leilão com contratos bilaterais ou por meio de liquidação a preço de mercado junto a CCEE.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia já contratou os empréstimos para financiamento do projeto pelo BNDES, com as seguintes condições: prazo de 30 anos, taxa de juros de 5,5% a.a. (linha - PSI), TJLP + 2,25% (FINEM - Direto) e TJLP + 2,65% (FINEM - Indireto). As condições desses financiamentos são majoritariamente atreladas a juros pré-fixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Em 15 de maio de 2020 a Companhia concluiu a sua 1ª emissão pública de debêntures, foram emitidas 700.000 debêntures, totalizando R\$ 700.000. O prazo de vigência das debêntures é de 10 anos, sendo o vencimento em 15 de maio de 2030, com remuneração à taxa de IPCA + 7,25% ao ano (nota explicativa 15).

(iii) Risco de liquidez

A principal fonte de recursos da Companhia é proveniente de sua comercialização de energia elétrica. Adicionalmente, outra origem de recursos utilizada foram os aportes de capital realizados de Acionistas. O quadro de Acionistas é formado por empresas líderes em seus respectivos setores, tais como elétrico, mineração, fundos de pensão e siderurgia. Além disso, o prazo das aplicações financeiras respeita as necessidades previstas no Plano de Negócios da Companhia, tanto para os recursos de curto quanto para os recursos de longo prazo, a maior parte dos ativos investidos pela Companhia não extrapolam a carência máxima de 90 dias e as aplicações de longo prazo são mantidas em instituições financeiras de primeira linha com baixo risco de *default*.



A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 217.025 em 31 de dezembro de 2024. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos para a conclusão da UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

A seguir estão apresentados os vencimentos contábeis dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	1 a 2 Anos	2 a 3 Anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
BNDES Direto FINEM	12.139.594	24.944.361	1.306.012	1.323.877	1.341.987	1.360.386	1.379.004	18.233.095
BNDES Indireto	11.755.823	24.748.092	1.295.736	1.313.461	1.331.428	1.349.683	1.368.155	18.089.629
BNDES PSI	3.525.851	5.279.321	324.881	324.881	324.881	324.881	324.881	3.654.916
Debêntures	876.911	1.222.158	195.738	206.147	218.096	230.827	244.083	127.267
Total	28.298.179	56.193.932	3.122.367	3.168.366	3.216.392	3.265.777	3.316.123	40.104.907

(iv) Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia é proveniente da produção por usina hidrelétrica, a qual depende do acúmulo de água no reservatório. Caso haja períodos prolongados de escassez de chuva resultando em redução do volume de água do reservatório da usina, a Companhia incorrerá em custos maiores para aquisição de energia de outras fontes, como a térmica, por exemplo. Além disso, pode haver redução de receita por conta de redução compulsória da Energia Garantida da usina pelo ONS (GSF).

Com vistas a mitigar esse risco a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico nos termos da Resolução Normativa nº 684/2015 emitida pela ANEEL, por meio do produto de repactuação SPR 100 que protege os 70% de sua energia destinada ao Ambiente de Contratação Regulada. O risco hidrológico, constituído pela insuficiência de geração do MRE, passou a ser transferido aos consumidores a partir de janeiro de 2018 até o final do período de concessão, no montante de 10% do preço da energia nos contratos regulados. O risco possui como contrapartida o pagamento de prêmio, consubstanciado em uma fórmula que leva em consideração o montante da energia repactuada. O produto de repactuação que confere proteção ao risco hidrológico é da classe SPR. A Norte Energia transfere ao consumidor a energia secundária e o risco de redução da garantia física. A Companhia não suportará risco de insuficiência de geração.

Quanto à energia descontratada, a Companhia faz o acompanhamento das exposições para adotar a melhor prática possível, para honrar os compromissos de energia e para a manutenção do caixa. Dentre as práticas, faz-se o uso das compras bilaterais para minimizar a exposição ao mercado de curto prazo e liquidações a PLD.

(v) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os Acionistas.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de *covenants* financeiros. A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, acrescida da dívida líquida.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, menos caixa e equivalentes de caixa.

Do tipo: Financeiro, D: 495F7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	28.262.796	28.822.586
Fornecedores	837.504	704.619
Outras contas a pagar	679.572	225.427
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(796.696)	(554.350)
	<u>28.983.176</u>	<u>29.198.282</u>
Patrimônio líquido	9.587.101	11.258.090
Patrimônio e dívida líquida	<u>38.570.277</u>	<u>40.456.372</u>
Quociente de alavancagem	<u>75%</u>	<u>72%</u>

Para atingir esse objetivo geral, a gestão de capital da Companhia, entre outras coisas, visa assegurar que cumpre com os compromissos financeiros associados aos empréstimos e financiamentos, que definem os requisitos de estrutura de capital. As quebras no cumprimento dos *covenants* financeiros permitiriam que o banco requeresse imediatamente a liquidação dos empréstimos e financiamentos.

Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(vi) Instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros da Companhia são: Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Outros créditos, Fornecedores, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Partes relacionadas, Arrendamentos e Outras contas a pagar os quais foram classificados como “Custo amortizado” e Aplicações financeiras classificados ao valor justo por meio do resultado.

27. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O endividamento total da Companhia está subdivido em três linhas de crédito junto ao BNDES: BNDES Direto, BNDES Indireto (repassadores) e BNDES PSI. Além disso, também existe uma série de debêntures.

As linhas BNDES Direto e BNDES Indireto são indexadas, exclusivamente, à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Já a linha BNDES PSI está atrelada à taxa pré-fixada em 5,5% ao ano. E as debêntures estão indexadas ao IPCA.

As debêntures estão apresentadas sem as deduções com gastos na emissão.

	31/12/2024	%	31/12/2023	%
BNDES Direto	12.140	42,9%	12.357	42,8%
BNDES Indireto	11.756	41,5%	11.954	41,4%
BNDES PSI	3.526	12,5%	3.658	12,7%
Debêntures	877	3,1%	896	3,1%
	<u>28.298</u>		<u>28.865</u>	

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste dos contratos de financiamento junto ao BNDES. Contudo, uma parcela do financiamento está atrelada à taxa de juros pré-fixada de 5,5% a.a., linha FINAME – PSI.

Os CPCs 39, 40 e 48 dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Além disso, a Companhia apresenta de dois cenários específicos, sendo que tais cenários consideram uma situação de deterioração de 25% e 50% em relação à situação provável, conforme exigido pela CVM.

Documento Explanatório D-495F7897-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com o BNDES na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes, considerando somente a parcela do financiamento atrelada a indexador pós-fixado (TJLP). Com base nos valores da TJLP vigentes em 31 de dezembro de 2023, foi definido o cenário provável para os próximos 12 meses e, a partir deste, calculadas variações de deterioração de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2024.

A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2024 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento - BNDES (pós-fixado)	TJLP + Spread	23.539.208	24.056.097	24.575.156
Taxa sujeita à variação		7,43% + 2,46%	9,29% + 2,46%	11,15% + 2,46%
Despesa financeira projetada		2.245.539	2.692.640	3.143.210
Variação - R\$		-	447.101	897.671
	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento - BNDES (Integral)	Pré-fixado	3.386.037	3.386.037	3.386.037
Taxa sujeita à variação		5,50%	5,50%	5,50%
Despesa financeira projetada		185.068	185.068	185.068
Variação - R\$		-	-	-
	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento - BNDES (Integral)	TJLP + Spread(a) + Pré	26.925.245	27.442.134	27.961.193
Despesa financeira projetada		2.430.607	2.877.707	3.328.278
Variação - R\$		-	447.101	897.671
	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento – Debêntures (pós-fixado)		780.664	789.828	798.997
Despesa financeira projetada		7,25% + 4,71%	7,25% + 5,89%	7,25% + 7,07%
Variação - R\$		99.492	109.729	119.971
		-	10.238	20.480

O ativo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI, adotando a data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes, projetados para o período de 12 meses, com base nos valores do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2024, sendo definido o cenário provável para os próximos 12 meses e, a partir deste, calculadas variações de deterioração de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações	CDI	130.268	130.268	130.268
Taxa sujeita à variação		10,65%	7,99%	5,33%
Receita financeira projetada		13.874	10.405	6.937
Variação - R\$		-	(3.468)	(6.937)



28. Cobertura de seguros

A Companhia é contratante de gestora de seguros nos seguintes ramos:

- (a) Riscos Operacionais;
- (b) Responsabilidade Civil Operações na Usina e Escritórios;
- (c) Responsabilidade Civil de Administradores;
- (d) Frota de Veículos;
- (e) Patrimonial (escritórios Altamira e Brasília);
- (f) Responsabilidade Civil do Explorador ou Transportador Aéreo (R.E.T.A.) e
- (g) Patrimonial (Planta Fotovoltaica);

Composição:

Seguradora	Risco	Cobertura	Prêmio	Amortização Mensal	Vigência
Fairfax	Riscos Operacionais	2.000.000	43.810	3.651	12/24 a 12/25
Chubb	Resp. Civil (Operações)	150.000	1.139	95	12/24 a 12/25
AIG e Tokio	Resp. Civil (D&O)	200.000	763	64	02/24 a 02/25
Porto	Veículos	7.475	154	13	03/24 a 03/25
Tokio	Patrimonial (Escritórios)	12.603	35	3	01/24 a 01/25
Mapfre	R.E.T.A. (Drones)	102	6	0,5	09/24 a 09/25
Axa	Patrimonial (Fotovoltaica)	11.185	57	5	12/24 a 12/25

A Companhia solicitou à seguradora Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A., aprovou a emissão da apólice de Riscos Operacionais referente ao seguro patrimonial para danos materiais aos ativos localizados nas UHE Belo Monte e UHE Pimental, e com vigência de 10 de dezembro de 2024 a 10 de dezembro de 2025.

O laudo patrimonial atualizado em maio de 2024 para fins de renovação da apólice de Riscos Operacionais ficou em torno de R\$ 30 bilhões, com destaque para as principais coberturas abaixo:

- Danos da Natureza (inclusive Alagamento, Terremoto e Desmoronamento): R\$ 2 bilhões;
- Quebra de Máquinas (inclusive danos elétricos e raio): R\$ 355 milhões;

A soma de todas as indenizações pagas por esta apólice de seguro não poderá exceder ao Limite Máximo de Garantia da Apólice, limitado aos valores dos ativos discriminados no laudo patrimonial, não podendo ultrapassar a cobertura principal de R\$ 2 bilhões.

O seguro de Riscos Operacionais tem mais de 90% de participação no risco no mercado de resseguros e que o painel possui resseguradoras líderes globais neste segmento com destaque para Munich RE (Alemanha), Liberty (Estados Unidos), Scor (França), Austral (Brasil), Hannover (Alemanha) e Allianz (Alemanha), entre outras.

A Companhia contratou junto à seguradora Chubb Seguros Brasil S.A. a apólice de Responsabilidade Civil com cobertura para as indenizações referentes às reclamações de terceiros e empregados e fornecedores por acidentes ocorridos nos locais UHE Belo Monte e UHE Pimental, e esta apólice possui um limite principal de até R\$ 150 milhões e vigência de 10 de dezembro de 2024 a 10 de dezembro de 2025.

Documento: D-425F7887-88C3-44F8-99A9-2E1FC55977DA



Notas explicativas demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O) contratado pela Companhia tem como finalidade a proteção financeira aos Diretores e Executivos e Conselheiros perante as reclamações de terceiros quanto aos custos de defesa, bloqueio de bens, despesas com publicidade, multas, indenizações, entre outros eventos. A Companhia contratou o seguro de Responsabilidade Civil em duas apólices que juntas totalizam um limite máximo de até R\$ 200 milhões dividido em R\$ 100 milhões com a seguradora AIG Seguros S.A. e mais R\$ 100 milhões em excesso com a seguradora Tokio Marine S.A., com vigência de 02 de fevereiro de 2024 a 02 de fevereiro de 2025.

A Companhia contratou o seguro obrigatório de Responsabilidade Civil do Explorador ou Transportador Aéreo (RETA), para os 12 drones utilizados nas operações de segurança patrimonial das áreas que englobam as Usinas UHE Belo Monte e UHE Pimental, para indenizações relacionadas a danos materiais e corporais causados a terceiros em solo com um limite máximo individual de até R\$ 102 por equipamento e um limite individual para acidentes por abalroamentos de até R\$ 633.

Ainda, a Companhia contratou junto à Axa Seguros S.A. a apólice patrimonial da planta fotovoltaica UFV São Joaquim com uma cobertura para danos materiais, inclusive para eventos relacionadas a quebra de máquinas, limitada a R\$ 11 milhões e esta apólice possui vigência de 11 de dezembro de 2024 a 11 de dezembro de 2025.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE



DIVULGAÇÃO DE RESULTADO 4T24

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Diretoria Administrativa, Financeira e Relações com Investidores

Contatos RI

Paulo Roberto Ribeiro Pinto

Diretor Presidente

prrpinto@norteenergiasa.com.br

Marcus de Castro Melo

Superintendente de Finanças, Controle e RI

marcusmelo@norteenergiasa.com.br

(61) 3410-2025

Equipe de RI

(61) 3410-2042 / (61) 3410-2160 / (61) 3410-2228

Site: www.norteenergiasa.com.br

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Resultados | 4T24

Tópicos

Destaques do 4º Trimestre de 2024.....	4
Resumo Cronológico dos Principais Eventos.....	9
Estrutura Empresarial	10
Demonstração do Resultado.....	11
Receita	12
Custo de Venda	12
Custos de Operação	13
Despesas Administrativas.....	13
EBITDA Acumulado	14
Custos e Despesas (gerenciável e não gerenciável).....	15
Resultado Financeiro	15
Investimentos	16
Endividamento	16
Estrutura do Financiamento	16
Saldo Devedor	17
Cronograma de Serviço da Dívida.....	17
Operação.....	18
Geração da usina	18
Índice de Disponibilidade (ID).....	19
Fator de Disponibilidade (FID).....	19
Socioambiental	20
Transparência.....	25
Programa Conheça Belo Monte	25
Central Belo Monte 24 horas (0800 091 2810)	Erro! Indicador não definido.
Sustentabilidade e ESG	25
Energia Renovável	27
Desenvolvimento Socioeconômico Regional	27
Proteção Ambiental da Amazônia	29
Anexo I - Balanço Patrimonial.....	30
Anexo II - Glossário	31

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais Resultados | 4T24

Destaques do 4º Trimestre de 2024

Brasília, 31 de dezembro de 2024.

Belo Monte retoma capacidade de produção e gera 7% da demanda do país no pico de consumo.

Data da publicação: 26/12/2024

Com a retomada das vazões no rio Xingu, na região Sudoeste do Pará, a Usina Hidrelétrica Belo Monte vem mantendo sua produção de energia limpa e renovável e dobrou sua contribuição para o atendimento nos horários de pico de consumo nacional desde o fim do período de seca. Nos últimos dias, a usina está gerando 7% da demanda atual do país, entregando 6.300MW, o que equivale a 11,5 milhões de residências.

A previsão da Norte Energia, concessionária da hidrelétrica, é positiva para o próximo semestre de 2025. A expectativa da companhia é repetir 2024 e atender cerca de 12% da demanda de energia do país.

Durante o primeiro semestre de 2024, apesar dos efeitos do *El Niño*, Belo Monte foi a hidrelétrica que mais entregou energia para o Brasil, produzindo 6% (20.414 GWh) de toda a energia utilizada no país, o que corresponde ao consumo de 20 milhões de residências. Essa quantidade gerada por Belo Monte, entre janeiro e junho, é suficiente para abastecer todos os domicílios das regiões Norte e Centro-Oeste e mais o estado do Rio de Janeiro, durante o mesmo período.

Belo Monte é a maior hidrelétrica 100% brasileira e a quinta maior do mundo. Além de sua alta produção, a usina também atua como uma bateria natural do Sistema Interligado Nacional (SIN), ajudando na reserva dos níveis dos reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste, reduzindo a pressão sobre eles e diminuindo a necessidade de acionamento de outras fontes de energia poluentes.

Belo Monte é essencial para o Brasil

Em 2023, a maior hidrelétrica 100% brasileira gerou 31.521 GWh. Em média, Belo Monte respondeu por 6% da capacidade de geração do Brasil e 10% da geração das hidrelétricas. Em 2022, o Complexo Hidrelétrico Belo Monte, formado também pela Usina Hidrelétrica Pimental, fechou o ano com a produção de mais de 37 milhões de MWh de energia, a maior de sua história e a maior entre as demais usinas 100% brasileiras.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Release de Resultados | 4T24

Geração



No 4T24 a geração foi de 672 MWm.

Comercialização



A comercialização de energia no 4T24 foi de 5.531 MWm.

Fotovoltaica



A fotovoltaica teve uma geração de 1.395,4 MWh com objetivo de compensar o consumo de energia dos escritórios da Norte Energia e atender às associações de moradores locais.

Custos e Despesas



PMSO gerenciável (Pessoal, Material, Serviços e Outros) de R\$ 85,2 milhões no 4T24, que corresponde a 4% da receita bruta.

Transparência



No 4T24, o Programa “Conheça Belo Monte” recebeu 768 visitantes e o “Belo Monte nas Escolas”, alcançou 3.916 estudantes e professores.

ESG



No 4T24, avançamos em energia renovável por meio de P&D, fortalecemos iniciativas de desenvolvimento regional e ampliamos ações de proteção ambiental na Amazônia com o *matchfunding* Floresta Viva.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Destaques Financeiros:

A Receita Operacional Líquida aumentou 27% em relação ao 4T23, impulsionada pelo crescimento de 14,2% no volume de energia comercializado, que atingiu 5.531 MWm no trimestre. Esse desempenho reflete a eficiência na gestão, com foco na maximização da Garantia Física da UHE Belo Monte e na geração de valor para a Companhia. Além disso, uma operação estruturada de compra e venda de energia contribuiu significativamente para o aumento do volume comercializado e para a melhoria dos resultados de comercialização no período.

O EBITDA atingiu R\$ 608,2 milhões no 4T24, uma redução de 8% em relação aos R\$ 663,9 milhões registrados no 4T23.

O Resultado Líquido registrou prejuízo de R\$ 822,2 milhões no 4T24, uma variação de 214% em relação ao 4T23. Esse desempenho decorre, principalmente, dos contratos de compra e venda de energia elétrica futura, firmados com o objetivo de gestão de fluxo de caixa. Ressalta-se que o volume total contratado em compras superou o volume contratado em vendas, o que contribuiu para o resultado negativo do período.

Os investimentos totalizaram R\$ 140,3 milhões no 4T24, representando uma redução de 44% frente ao 4T23. Essa diminuição é atribuída à conclusão da construção da usina fotovoltaica em 2023 e ao início de sua operação em 2024, além da redução dos gastos socioambientais.

A dívida bruta encerrou o 4T24 em R\$ 28,3 bilhões, representando uma redução de 1,9% ante o 4T23, mesmo com o aumento da TJLP no período (7,43% no 4T24 versus 6,55% no 4T23). Essa redução resulta, principalmente, do efeito combinado da amortização contínua da dívida ao longo do ano e da TJLP inferior nos três primeiros trimestres de 2024, em comparação com o mesmo período de 2023, o que contribuiu para atenuar o efeito do aumento da TJLP no último trimestre.

De forma semelhante, a dívida líquida atingiu R\$ 27,0 bilhões no 4T24, uma redução de 1,6% em relação ao 4T23. A gestão eficiente dos passivos financeiros, aliada à dinâmica favorável da TJLP ao longo do ano, reforça o compromisso da Companhia com uma estratégia de endividamento sólida e sustentável.

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) foi de 0,9x em dezembro de 2024, abaixo do registrado em dezembro de 2023 (1,0x).

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

	R\$ Mil					
Principais Indicadores	4T2024	4T2023	%	Acum 2024	Acum 2023	%
Indicadores Financeiros						
Receita operacional líquida	1.953.697	1.536.654	27,1%	6.249.120	5.764.413	8%
EBITDA	608.238	663.876	-8%	2.717.104	2.999.816	-9%
Margem de EBITDA	31,13%	43,20%	-12,1p.p	43,5%	52,0%	-8,6p.p
Resultado líquido	(822.162)	(262.040)	214%	(1.675.978)	(850.814)	97%
Investimento	140.315	249.085	-44%	394.676	665.348	-41%
Dívida Líquida	27.035.186	27.488.596	-1,6%	27.035.186	27.488.596	-1,6%
ICSD ¹	0,9	1,0	10%	0,9	1,0	10%
IC ²	22,4%	26,1%	-3,7p.p	22,4%	26,1%	-3,7p.p
Indicadores Operacionais						
Fator de Disponibilidade - Belo Monte	1,02	1,02	0p.p	1,02	1,02	0p.p
Fator de Disponibilidade - Pimental	1,03	1,03	0p.p	1,03	1,03	0p.p
Índice de Disponibilidade - Belo Monte	0,99	0,99	0p.p	0,99	0,99	0p.p
Índice de Disponibilidade - Pimental	0,95	0,96	-1p.p	0,95	0,96	-1p.p
Empregados	419	475	-12%	419	475	-12%

¹ICSD: representa a razão entre $[(EBITDA, \text{deduzido do IR e CSLL}) / (\text{Pagamento de Principal} + \text{Juros})]$ para os últimos 12 meses.

²O Índice de Capitalização (IC): corresponde à razão entre $(\text{Patrimônio Líquido} / \text{Ativo Total})$.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**Resumo do Empreendimento****Concessionário**

NORTE ENERGIA S.A.
 Contrato de Concessão 001/2010
 MME - UHE Belo Monte
 Prazo da Concessão: 35 anos
 Data Início da Concessão:
 26/08/2010
 Data do Fim da Concessão:
 11/07/2046

Dados Gerais

Proprietária: Norte Energia S.A.
 Potência Instalada: 11.233,1 MW
 Rio: Xingu
 Sub-Bacia: Rio Xingu
 Bacia: Rio Amazonas
 Áreas Inundadas:
 Área do reservatório (NA máx. normal): 478 km²
 Perímetro do reservatório: 687 km
 Volumes no NA Máx.:
 Reservatório Principal: 2.271 x 106 m³
 Reservatório Intermediário: 2.237 x 106 m³
 NA de Montante (Res. Principal/Res. Intermediário)
 Mínimo Normal: 96,70m / 94,77m
 Máximo Normal: 97,00m / 97,00m
 Máximo Maximorum: 97,50m / 97,50m
 Garantia Física:
 UHE Belo Monte: 4.418,9 MW
 UHE Pimental: 152,1 MW
 Total: 4.571,0 MW
 Marcos Principais Relevantes
 Obtenção da LI: 31/03/2011
 Início das Obras Cíveis Estruturais:
 31/05/2011

Sítio Belo Monte

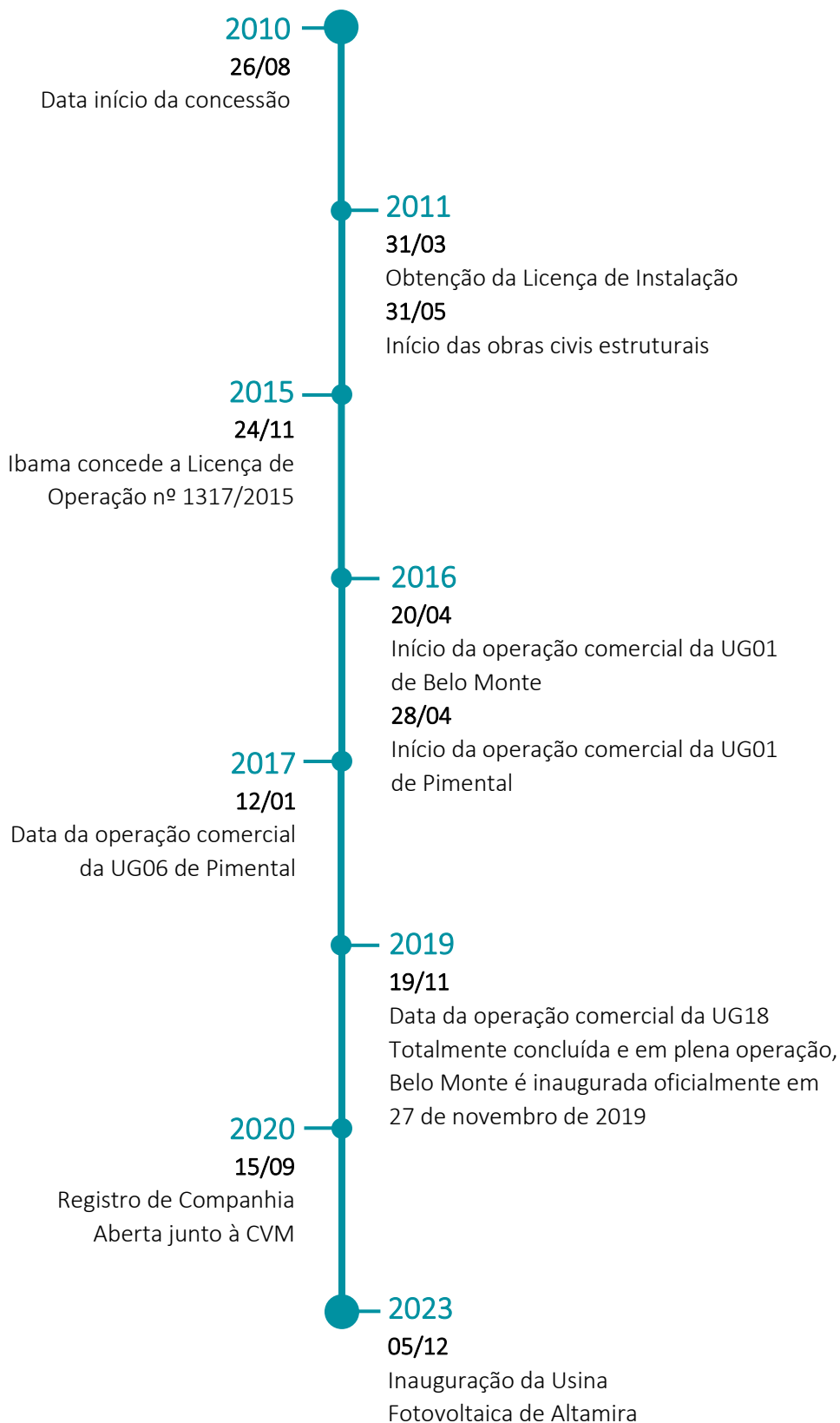
Casa de Força Principal
 Tipo: Abrigada
 Nº de Unidades Geradoras: 18 unidades
 Tomada d'Água Principal
 Tipo: Gravidade
 Comprimento total: 627,0 m
 Nº de vãos: 36 vãos
 Comportas
 Tipo: Vagão
 Acionamento: Hidráulico
 Turbinas da Casa de Força Principal
 Tipo: Francis
 Potência Unit.: 611,1 MW
 Queda de referência: 87m
 Vazão Unitária Nominal: 775 m³/s

Sítio Pimental

Casa de Força Principal
 Tipo: Abrigada
 Nº de Unidades Geradoras: 6 unidades
 Tomada d'Água Complementar
 Tipo: Incorporada
 Comprimento total: 114,3 m
 Nº de vãos: 12 vãos
 Comportas
 Tipo: Ensecadeira
 Acionamento: Pórtico
 Turbinas da Casa de Força Complementar
 Tipo: Bulbo
 Potência Unit. Nominal: 38,85 MW
 Rotação Síncrona: 100 rpm
 Queda de Referência: 11,4 m
 Vazão Unit. Nominal: 380 m³/s
 Rendimento Ponderado: 97,90%
 Peso Total por Unidade: 2.700 kN

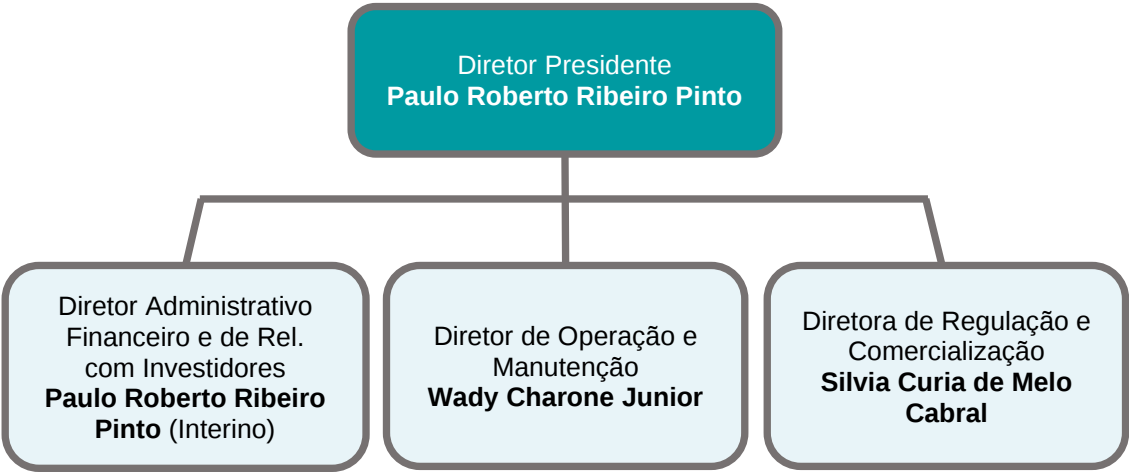
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**Resultados | 4T24**

Resumo Cronológico dos Principais Eventos

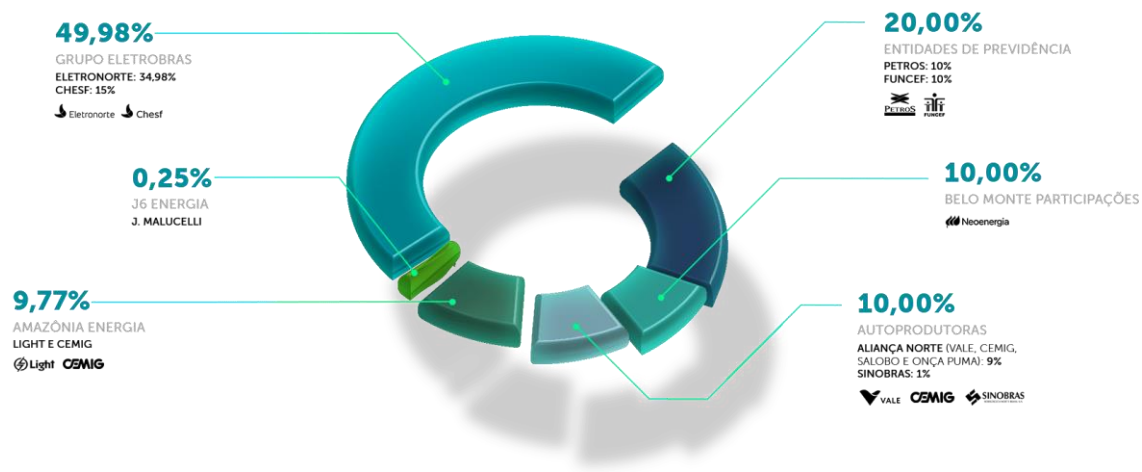


Estrutura Empresarial

Diretoria



Composição Acionária



Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**Resultados | 4T24****Demonstração do Resultado**

DRE	4T2024	4T2023	%	R\$ Mil		
				Acum 2024	Acum 2023	%
Receita operacional líquida	1.953.697	1.536.654	27%	6.249.120	5.764.413	8%
Custos da venda de energia	(673.878)	(643.944)	5%	(2.205.183)	(1.948.111)	13%
Energia comprada para revenda	(320.005)	(302.779)	6%	(804.259)	(565.880)	42%
Encargos de transmissão	(350.845)	(337.324)	4%	(1.388.878)	(1.342.589)	3%
Serviços de operação e manutenção	(3.028)	(3.841)	-21%	(12.046)	(39.642)	-70%
Custos de operação	(1.068.907)	(602.776)	77%	(2.887.821)	(2.328.506)	24%
Pessoal, adm. e serviços de terceiros	(38.387)	(43.735)	-12%	(140.600)	(133.227)	6%
Depreciação e amortização	(438.191)	(425.377)	3%	(1.751.954)	(1.695.535)	3%
Outros	(592.329)	(133.664)	343%	(995.267)	(499.744)	99%
Lucro bruto	210.912	289.934	-27%	1.156.116	1.487.796	-22%
Despesas operacionais	(45.253)	(55.023)	-18%	(206.889)	(196.056)	6%
Administrativas	(40.865)	(51.435)	-21%	(190.966)	(183.515)	4%
Depreciação e amortização	(4.388)	(3.588)	22%	(15.923)	(12.541)	27%
Lucro Operacional	165.659	234.911	-29%	949.227	1.291.740	-27%
EBITDA	608.238	663.876	-8%	2.717.104	2.999.816	-9%
Resultado financeiro	(624.650)	(543.688)	15%	(2.366.522)	(2.294.383)	3%
Receitas financeiras	41.968	66.528	-37%	165.471	275.685	-40%
Despesas financeiras	(666.618)	(610.216)	9%	(2.531.993)	(2.570.068)	-1%
Prejuízo antes do IR e CSLL	(458.991)	(308.777)	49%	(1.417.295)	(1.002.643)	41%
IR e CSLL diferidos	(363.171)	46.737	-877%	(258.683)	151.829	-270%
Prejuízo do período	(822.162)	(262.040)	214%	(1.675.978)	(850.814)	97%

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**Resultados | 4T24**

Receita

						R\$ Mil
Receita Bruta	4T2024	4T2023	%	Acum 2024	Acum 2023	%
Receita Bruta	2.216.562	1.754.881	26%	7.255.180	6.726.380	8%
ACR	1.264.281	1.207.425	5%	4.811.475	4.601.651	5%
APE	275.344	268.541	3%	978.142	897.864	9%
ACL	460.582	278.915	65%	1.179.255	1.027.250	15%
MCP	216.355	0	100%	286.308	199.615	43%
Deduções da Receita	(262.865)	(218.227)	20%	(1.006.060)	(961.967)	5%
Receita Líquida	1.953.697	1.536.654	27%	6.249.120	5.764.413	8%

A Norte Energia tem 4.571 MWm de Garantia Física, sendo 80% (3.657 MWm) alocados em contratos de longo até 2045, dos quais 70% estão destinados ao Mercado Regulado (ACR) e 10% para autoprodutores (APE) que também são acionistas da Companhia. Os 20% remanescentes da Garantia Física (914 MWm) destinam-se à cobertura de perdas, gestão do risco hidrológico e comercialização no Mercado Livre (ACL), por meio de contratos de prazo mais curto. A parcela da Garantia Física comercializada no ACR está protegida do risco hidrológico por meio do seguro SPR100, mediante pagamento do prêmio correspondente.

A Receita Bruta do 4T24 apresentou crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada pelo aumento do volume de energia comercializado, especialmente no ACL. Esse crescimento também reflete o reajuste anual dos preços dos contratos do ACR, indexados ao IPCA. O maior volume de energia no ACL foi, em parte, resultado de uma operação estruturada de compra e venda de energia, que contribuiu significativamente para o aumento do volume de energia e para o desempenho da comercialização no período.

Custo de Venda

						R\$ Mil
Custos de Venda	4T2024	4T2023	%	Acum 2024	Acum 2023	%
Custos de Venda	(673.878)	(643.944)	5%	(2.205.183)	(1.948.111)	13%
Custo de compra de energia	(320.005)	(302.779)	6%	(804.259)	(565.880)	42%
Encargos de transmissão	(350.845)	(337.324)	4%	(1.388.878)	(1.342.589)	3%
Serviços de O&M	(3.028)	(3.841)	-21%	(12.046)	(39.642)	-70%

O custo de venda da energia manteve-se em linha com o mesmo período do ano anterior. Esse resultado foi, em parte, influenciado pelo aumento do volume de energia associado à operação estruturada de compra e venda, que resultou em maior volume de compras no 4T24.

Os custos com serviços de Operação e Manutenção (O&M) apresentaram redução, refletindo a internalização desses serviços nas usinas, o que contribuiu para maior eficiência operacional e otimização de despesas.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**Resultados | 4T24**

Custos de Operação

Custos de Operação	4T2024	4T2023	%	Acum 2024	Acum 2023	%
Custos de operação	(1.068.907)	(602.776)	77%	(2.887.821)	(2.328.506)	24%
Contrato Oneroso	(464.386)	0	100%	(464.386)	0	100%
Pessoal	(16.271)	(18.936)	-14%	(64.102)	(62.261)	3%
Serviços de terceiros	(22.117)	(24.799)	-11%	(76.499)	(70.966)	8%
Depreciação e amortização	(438.191)	(425.377)	3%	(1.751.954)	(1.695.535)	3%
Seguros	(122.038)	(118.404)	3%	(487.789)	(470.586)	4%
Provisão	61	2	>600%	(18.874)	(1)	>600%
Outros	(5.965)	(15.262)	-61%	(24.217)	(29.157)	-17%

No 4T24, o custo da operação foi afetado pela constituição de um contrato oneroso no valor de R\$ 464 milhões, relacionado à diferença entre os volumes de energia contratados para compra e venda em operações de energia elétrica futura. Essa dinâmica, voltada para a gestão de fluxo de caixa, resultou em custos adicionais devido ao maior volume de compras em comparação às vendas no período.

A variação nos custos de depreciação e amortização no 4T24 decorre da entrada em operação da usina fotovoltaica e da conclusão de projetos de desenvolvimento de softwares, que passaram a ser amortizados no período.

Em relação aos seguros, houve uma variação de R\$ 3,6 milhões, atribuída ao aumento dos custos relacionados à cobertura de riscos hidrológicos.

Despesas Administrativas

Despesas Administrativas	4T2024	4T2023	%	Acum 2024	Acum 2023	R\$ Mil %
Despesas administrativas	(45.253)	(55.023)	-18%	(206.889)	(196.056)	6%
Pessoal	(17.363)	(18.385)	-6%	(70.640)	(69.228)	2%
Materiais	(686)	(1.355)	-49%	(2.253)	(3.901)	-42%
Serviços de terceiros	(23.781)	(22.992)	3%	(91.625)	(78.047)	17%
Depreciação e amortização	(4.388)	(3.588)	22%	(15.923)	(12.541)	27%
Arrendamentos e aluguéis	(577)	(1.293)	-55%	(2.347)	(5.376)	-56%
Seguros	(198)	(228)	-13%	(989)	(1.137)	-13%
Passagens	(580)	(923)	-37%	(2.074)	(2.824)	-27%
Internet	(157)	(406)	-61%	(926)	(1.559)	-41%
Provisão	6.414	1.944	230%	(187)	(4.128)	-95%
Legais e judiciais	(1.128)	(4.800)	-77%	(4.501)	(8.563)	-47%
Outros	(2.809)	(2.997)	-6%	(15.424)	(8.752)	76%

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais Resultados | 4T24

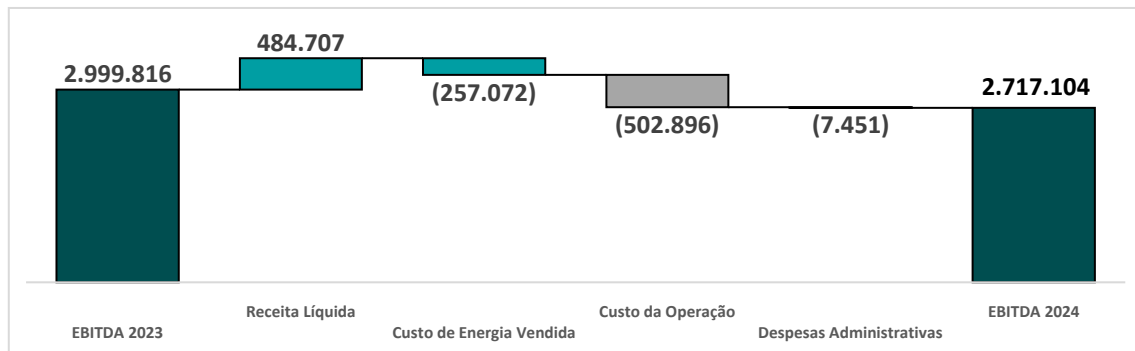
No 4T24, as despesas administrativas apresentaram variações em diversas rubricas. A provisão registrou aumento de 230% em comparação ao 4T23, devido à reversão de provisões relacionadas a litígios cíveis.

Em despesas legais e judiciais, destaca-se o pagamento de honorários de sucumbência no valor de aproximadamente R\$ 4,6 milhões realizado no 4T23, contribuindo para a variação observada entre os períodos.

Em serviços de terceiros, as principais reduções estão associadas a serviços diversos (R\$ 2,6 milhões), honorários de êxito judiciais (R\$ 2,0 milhões), serviços administrativos (R\$ 825 mil), propaganda e marketing (R\$ 793 mil), serviços de vigilância e segurança (R\$ 572 mil), honorários advocatícios (R\$ 507 mil), cursos e treinamentos (R\$ 400 mil), assessoria e consultoria em informática (R\$ 393 mil), instalação e manutenção de sistemas de informática (R\$ 292 mil), manutenção e monitoramento de sistemas de segurança (R\$ 261 mil) e serviços de comissões e agenciamentos (R\$ 135 mil).

As despesas com depreciação e amortização apresentaram aumento de 22% no período, em decorrência da finalização de projetos em 2024 e da aquisição de novos ativos imobilizados.

EBITDA Acumulado



O EBITDA no 4T24 foi de R\$ 2.717,1 milhões, frente aos R\$ 2.999,8 milhões do 4T23. A variação no período é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- **Maior custo de energia vendida:** devido à menor geração no 4T24, em função do cenário hidrológico desfavorável, resultando em maiores despesas no MRE e maior volume de compras para atender à demanda do ACL.
- **Crescimento da receita líquida:** impulsionado pelo aumento do volume de energia comercializado no ACL e pelo reajuste dos contratos do ACR, indexados ao IPCA.
- **Aumento dos custos operacionais:** em razão da constituição de contrato oneroso e do crescimento da depreciação e amortização, após a entrada em operação de novos ativos.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**Custos e Despesas (gerenciável e não gerenciável)**

Custos e Despesas	4T2024	4T2023	%	R\$ Mil		
				Acum 2024	Acum 2023	%
PMSO	(85.157)	(110.430)	-23%	(374.658)	(361.991)	3%
Pessoal	(33.634)	(37.321)	-10%	(134.742)	(131.489)	2%
Materiais	(4.784)	(12.864)	-63%	(13.295)	(19.992)	-33%
Serviços de terceiros	(45.898)	(47.791)	-4%	(168.124)	(149.013)	13%
Outros	(841)	(12.454)	-93%	(58.497)	(61.497)	-5%
Não Gerenciáveis	(1.702.881)	(1.191.313)	43%	(4.925.235)	(4.126.773)	19%

Com a segregação dos custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, observamos que o maior impacto continua concentrado em rubricas sobre as quais a Companhia possui pouca ou nenhuma capacidade de gestão, como a compra de energia. No 4T24, esse impacto foi ampliado pela constituição de um contrato oneroso, resultando em uma variação de 43% (R\$ 511,6 milhões), dos quais R\$ 464,3 milhões referem-se exclusivamente a esse contrato.

No PMSO, composto por rubricas sob total gestão da Companhia, a variação no ano foi de 23%. A principal oscilação concentra-se na linha de "outros", em função da reversão de provisões para litígios cíveis, em comparação ao 4T23. Esse resultado reflete o controle rigoroso das despesas operacionais, alinhado à estratégia de eficiência da Companhia.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	4T2024	4T2023	%	R\$ Mil		
				Acum 2024	Acum 2023	%
Receitas financeiras	41.968	66.528	-37%	165.471	275.685	-40%
Juros sobre aplicações financeiras	42.437	56.133	-24%	160.975	255.495	-37%
Juros e variações monetárias	1.389	4.029	-66%	9.068	9.486	-4%
Outras receitas financeiras	(1.858)	6.366	-129%	(4.572)	10.704	-143%
Despesas financeiras	(666.618)	(610.216)	9%	(2.531.993)	(2.570.068)	-1%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(648.127)	(602.045)	8%	(2.486.016)	(2.534.273)	-2%
Outras despesas financeiras	(18.491)	(8.171)	126%	(45.977)	(35.795)	28%
Resultado Financeiro	(624.650)	(543.688)	15%	(2.366.522)	(2.294.383)	3%

No 4T24, o grupo de juros sobre aplicações financeiras apresentou uma variação de 24% em comparação ao 4T23, devido, principalmente, à redução no volume de aplicações, o que resultou em menores receitas financeiras para a Companhia.

Em relação às despesas financeiras, houve um aumento de 8% no grupo de juros sobre empréstimos e financiamentos em comparação ao 4T23, reflexo da elevação da TJLP de 6,55% para 7,43% no período.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**Investimentos**

INVESTIMENTOS	4T2024	4T2023	%	Acum 2024	Acum 2023	R\$ Mil %
Investimentos	140.315	249.085	-44%	394.676	665.348	-41%
Obras Cíveis	8.683	15.433	-44%	34.772	47.088	-26%
Forn. e Montagem de Equipamentos	1.129	17.737	-94%	13.712	58.804	-77%
Socioambiental	106.822	182.962	-42%	284.181	480.465	-41%
Outros	23.681	32.953	-28%	62.011	78.991	-21%

A redução dos investimentos, de R\$ 249,1 milhões no 4T23 para R\$ 140,3 milhões no 4T24, resulta, principalmente, da diminuição dos investimentos socioambientais, que apresentaram uma redução de 42% (R\$ 76,1 milhões).

Adicionalmente, houve uma redução de R\$ 16,6 milhões (94%) na linha de fornecimento e montagem de equipamentos, em função da entrada em operação de alguns projetos no período.

Endividamento**Estrutura do Financiamento**

Dívida	Encargos	Liberado	Amortização	Vencimento	R\$ Mil
BNDES - Direto - FINEM	TJLP + 2,25%	8.615.078	Iniciada	jan-42	
BNDES - Direto - PSI	5,50%	3.685.314	Iniciada	mar-41	
BNDES - Indireta	TJLP + 2,65%	8.201.197	Iniciada	jan-42	
CEF	TJLP + 2,65%	6.378.708	Iniciada	jan-42	
BTG	TJLP + 2,65%	1.822.488	Iniciada	jan-42	
Debêntures	IPCA + 7,25%	700.000	nov-24	mai-30	
TOTAL		21.201.588.735			

O financiamento da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, maior financiamento já concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi subdividido em duas linhas de crédito: FINEM e PSI. A parcela indireta do FINEM teve como bancos repassadores CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e BTG PACTUAL.

Em junho/20 a Companhia emitiu sua 1ª série de debêntures no valor de R\$ 700 milhões para complementar o *funding* para a conclusão da obra. A emissão foi classificada pela Fitch Ratings com AA (escala nacional), tem 10 anos de prazo, juros semestrais e carência de 4 anos para amortização de principal. Os títulos têm como garantia fiança bancária no montante da emissão até dezembro de 2021 e, após esse período, compartilhamento de garantias com o BNDES e repassadores (penhor de ações dos acionistas da Norte Energia e recebíveis).

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

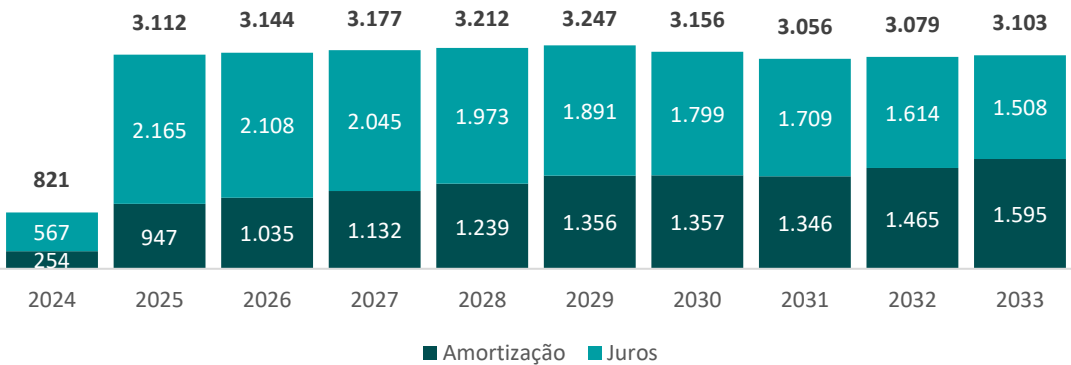
Resultados | 4T24

Saldo Devedor

Dívida	Liberado	Despesa Financeira	Juros Pagos	Amortização	Custos de Emissão	R\$ Mil
						Saldo Devedor
BNDES - Direto - FINEM	8.615.078	10.276.996	(5.306.314)	(1.446.166)		12.139.594
BNDES - Direto - PSI	3.685.314	2.253.934	(1.582.371)	(831.026)		3.525.851
BNDES - Indireta	8.201.196	10.252.483	(5.368.257)	(1.329.600)		11.755.823
CEF	6.378.708	7.974.153	(4.175.311)	(1.034.133)		9.143.417
BTG	1.822.488	2.278.330	(1.192.946)	(295.467)		2.612.406
Debêntures	700.000	381.490	(265.860)	61.281	(35.382)	841.529
DÍVIDA BRUTA	21.201.588	23.164.903	(12.522.802)	(3.545.511)	(35.382)	28.262.797
Caixa e Aplicações Fin.						1.227.610
DÍVIDA LÍQUIDA						27.035.187

Apesar da diminuição no caixa observada na comparação entre os trimestres, a dívida líquida também apresentou uma queda, beneficiada pela redução da TJLP nos três primeiros trimestres de 2024 em comparação com os mesmos períodos de 2023, o que contribuiu para mitigar o impacto do aumento da TJLP no último trimestre do ano.

Cronograma de Serviço da Dívida



Em novembro de 2024, teve início a amortização do principal das debêntures, encerrando o período de carência de quatro anos. O cronograma de serviço da dívida contempla, além das debêntures, as obrigações junto ao BNDES. As amortizações ocorrerão de forma semestral, nos meses de maio e novembro, até maio de 2030, quando a dívida será totalmente liquidada.

Operação

Geração da usina

Mês	UHE Belo Monte	UHE Pimental	MWh	
			Acum 2024	Acum 2023
Janeiro	1.236.685	84.386	1.321.071	5.137.471
Fevereiro	4.114.230	124.393	4.238.623	4.809.310
Março	4.420.030	166.320	4.586.350	5.917.107
Abril	4.315.871	142.441	4.458.312	5.853.973
Maio	4.468.550	166.838	4.635.388	4.899.418
Junho	1.035.537	156.171	1.191.708	2.535.534
Julho	230.716	108.069	338.785	1.011.993
Agosto	170.712	77.428	248.140	368.730
Setembro	142.890	45.366	188.256	254.395
Outubro	69.032	36.147	105.180	254.309
Novembro	65.010	46.486	111.496	244.001
Dezembro	1.191.704	75.672	1.267.376	235.222
Total	21.460.967	1.229.717	22.690.684	31.521.465

No 4T24, a produção de energia da UHE Belo Monte operou abaixo de sua capacidade máxima devido ao ciclo hidrológico característico do período. A persistência dos efeitos do fenômeno El Niño resultou em menores índices de precipitação na região, impactando as vazões afluentes ao reservatório do Rio Xingu e, consequentemente, reduzindo a geração de energia em comparação a períodos de condições hidrológicas normais.

Apesar da redução na afluência, a UHE Belo Monte manteve uma contribuição significativa para o Sistema Interligado Nacional (SIN), concentrando sua geração nos horários de pico de demanda, o que ajudou a evitar, na mesma proporção, o aumento do despacho térmico adicional.



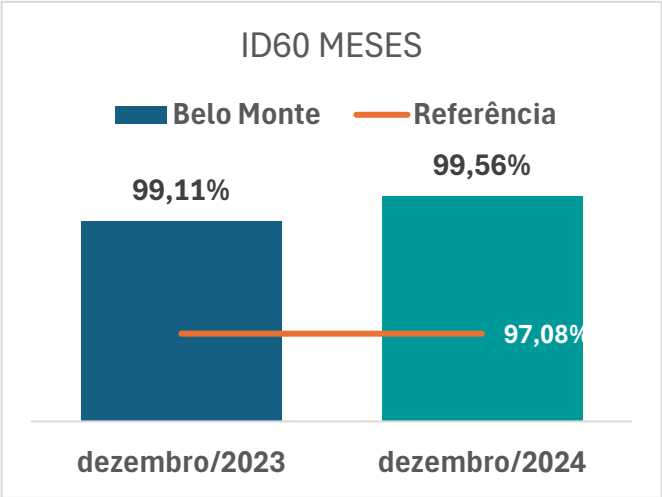
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Resultados | 4T24

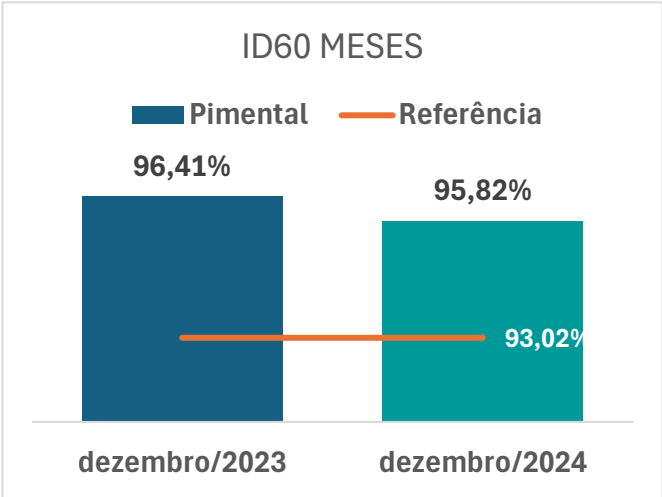
Índice de Disponibilidade (ID)

A disponibilidade das usinas na média móvel de 60 meses usado para aplicação do Mecanismo de Redução da Garantia Física (MRGF) finalizou o 4º trimestre conforme a seguir:

Belo Monte (Referência: 98,02%)



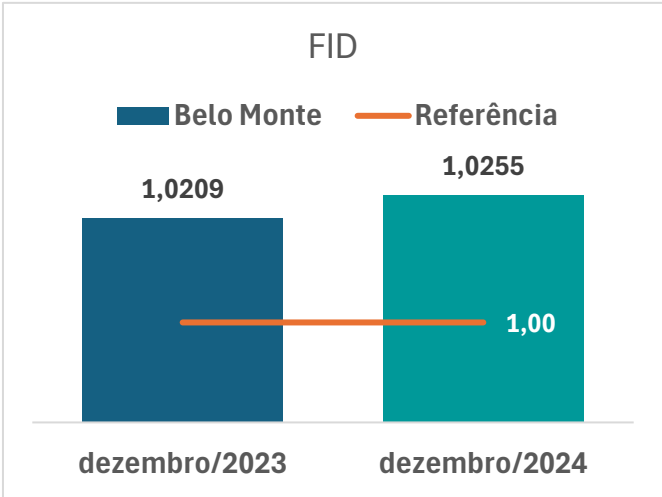
Pimental (Referência: 93,02%)



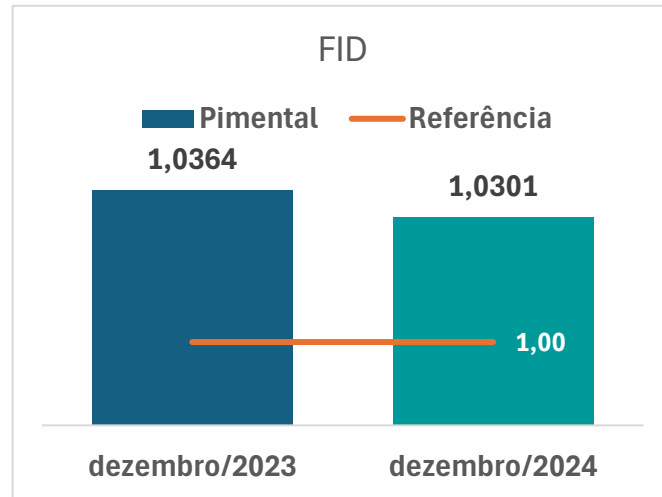
Fator de Disponibilidade (FID)

A razão entre o valor de referência e o valor atual do ID representa o FID de cada usina, concluindo o 4º trimestre conforme a seguir:

Belo Monte (Referência: 1,000)



Pimental (Referência: 1,000)



Socioambiental

Entre os meses de outubro e dezembro – 4º trimestre de 2024, a Norte Energia seguiu com o cumprimento dos compromissos associados ao licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte, dando continuidade na execução dos Programas e Projetos e estudos complementares, bem como no atendimento das condicionantes da Licença de Operação (LO) nº 1.317/2015.

Relevante destaque no período, foi a participação do superintendente Socioambiental, Bruno Bahiana, durante a COP 16, em Cali, na Colômbia, evento que teve como objetivo negociar um acordo para acelerar o compromisso assumido há dois anos de preservar 30% das áreas biodiversas do planeta até 2030. A participação no painel abordou as iniciativas da Companhia relacionadas ao tema e que são realizadas na região em que a UHE Belo Monte está inserida. Entre os projetos apresentados, está o Tartarugas do Xingu, realizado desde 2016, no Refúgio de Vida Silvestre do Tabuleiro do Embaubal, em Senador José Porfírio (PA), que já devolveu milhões de quelônios à natureza, e o Floresta Viva, que tem foco na recuperação de áreas degradadas e na geração de renda para comunidades locais através desta atividade.



Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Release de Resultados | 4T24

Com relação à agenda do Componente Indígena, ocorreu no mês de outubro, em parceria com a Gerência de Sustentabilidade e apoio dos Programas de Fortalecimento Institucional (PFI), Patrimônio Cultural Material e Imaterial e Atividades Produtivas, o lançamento do chocolate *Ita'Aka Akauwa*, no Festival Internacional do Chocolate e do Cacau – *Chocolat Amazônia e Flor Pará 2024*, em Belém (PA). O *Ita'Aka Akauwa* é resultado da parceria entre a Associação Indígena *Juakete* do rio Xingu, Sustentabilidade e a cooperativa *Cacauway*, sendo o chocolate fabricado a partir das amêndoas de cacau produzidas por famílias indígenas da *Ita-aka*.

Em atenção ao Fortalecimento Institucional dos Povos Indígenas, durante o período foram doados pela Norte Energia três imóveis localizados no bairro Tavaquara, em Altamira (PA), que serão utilizados como sedes das associações *Araweté* do Médio Xingu, da Terra Indígena (TI) *Araweté* do *Igarapé Ipixuna*; *Tato'a*, da Terra Indígena *Apyterewa*; e Associação *Awaeté*, da TI *Koatinemo*.

No âmbito do Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial (PPCMI), foram apoiadas as etnias *Araweté*, *Parakanã*, *Assurini*, *Xipaya*, *Kuruaya*, *Kayapó*, *Arara*, *Juruna* e *Xikrin* na participação da III Feira de Economia Criativa, durante o X Festival Canção da Transamazônica (FECANT), realizado em Altamira (PA) no mês de novembro, promovendo inclusive a venda de artesanatos, adornos, grafismos corporais e cerâmicas. Além disso, a Norte Energia forneceu apoio na II Festa Cultural do Povo *Araweté*, realizada na aldeia *Araditi* da TI *Araweté* do *Igarapé Ipixuna*.



Superintendente Socioambiental, Bruno Bahiana, durante COP 16, em Cali/Colômbia



Entrega de imóvel para a Associação Indígena Araweté do Médio Xingu



Espaço destinado a realização de pintura corporal - X FECANT



Terras Indígenas Paquicamba, Arara da VGX e A.I. Juruna do km 17 – Intercâmbio Educacional - Porto Seguro

Além disso, destaca-se a ocorrência de intercâmbio educacional entre os professores indígenas das Terras Indígenas *Paquicamba*, *Arara da VGX* e da Área Indígena *Juruna* do Km 17, realizado entre os dias 17 e 23 de novembro, em Porto Seguro (BA), com visitas às Terras Indígenas *Barra Velha*, *Coroa Vermelha* e à Reserva *Pataxó* da Jaqueira, em referência ao Programa de Educação Escolar (PEEI).

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Release de Resultados | 4T24

Já no que se refere às comunidades de pescadores artesanais e famílias ribeirinhas, a Norte Energia vem fortalecendo o diálogo com esses grupos sociais, por meio de reuniões com a participação dos conselhos comunitários, colônias de pescadores, cooperativa, Ministério Público Federal, prefeituras municipais e Ibama, de modo a construir a agenda participativa de ações que envolvem assistência técnica, ocupação de áreas do reservatório da hidrelétrica, serviços de educação, saúde e atividades produtivas.

Relativo ao Projeto Ribeirinho, ressalta-se que a Companhia permanece em constante orientação em campo (ATES), no ensejo de fomentar o desenvolvimento das atividades produtivas, com vistas a subsidiar o retorno e permanências das famílias em seus pontos de moradia, assim como possibilitar a recomposição do modo de vida.

No mês de outubro, foi promovida pelo Ibama reunião que contou com a participação da equipe técnica da Norte Energia e representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para discussão sobre a sobreposição das áreas do território 02 do Projeto Ribeirinho com o Projeto de Assentamento Assurini (PA Assurini), na qual a Norte Energia informou que encaminharia para avaliação do referido Instituto, as informações cadastrais acerca dos imóveis de interesse naquele território. Além disso, ocorreram agendas junto ao Ibama, Ministério Público Federal (MPF), Conselho Ribeirinho e seu grupo de apoio, tendo como pautas o processo de aquisição de terras, bem como assuntos envolvendo a crise hídrica e abastecimento d'água das famílias reassentadas, presença de gado nas Áreas de Preservação Permanente

(APP) e o cercamento dessas áreas, além da execução da Assistência Técnica Ambiental e Social (ATES).

No contexto afeto à implantação dos equipamentos públicos de saúde e educação previstos, no mês de outubro foram realizadas tratativas com as secretarias de Saúde e Educação do Município de Vitória do Xingu (PA) acerca dos equipamentos e mobiliários para as estruturas que serão implantadas na comunidade do Paratizão. Complementarmente, a equipe técnica da Norte Energia realizou uma visita in loco, para avaliar a destinação dos materiais que foram doados para a Secretaria de Educação e destinados à construção de um alojamento e um banheiro, em atendimento aos acordos firmados junto ao Conselho Ribeirinho e MPF.

Tomando como base a manifestação do IBAMA acerca dos tratamentos às famílias ribeirinhas que demandam atenção prioritária, especialmente àquelas com idade avançada e/ou limitações físicas e de saúde (situação de “fragilidade social ou particularidade social”), a Norte Energia iniciou o atendimento desse grupo de famílias e possibilitou a elas, a oferta de uma casa no Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Tavaquara, como proposta alternativa ao ponto de moradia às margens do reservatório Xingu.



Entrega da casa no RUC Tavaquara à família ribeirinha em situação de fragilidade social

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Release de Resultados | 4T24

No âmbito do Projeto Pescador, deu-se continuidade às devolutivas dos Estudos de Caso junto ao público de pescadores para pagamento da verba de reparação, além de manter o diálogo com os representantes formais e informais da categoria de pescadores com a finalidade esclarecer sobre o andamento dessas análises. Para os Estudos de Caso aprovados, a Norte Energia tem realizado a assinatura do Termo de Quitação e o pagamento da verba de reparação em até 30 dias. Nos casos em que foram identificadas pendências durante a análise dos estudos, está sendo oportunizado um prazo de 120 dias para a apresentação de documentação complementar.

No mês de outubro, ocorreu visita técnica da equipe do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) às instalações do Centro Integrado de Pesca Artesanal (CIPAR), com objetivo de avaliar as condições das estruturas e dimensões da obra construída pela Norte Energia.

Ainda acerca do público Pescador, a Norte Energia participou do Seminário de Organização e Desenvolvimento Sustentável da Pesca no Xingu no dia 22 de novembro, realizado na Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA).

Em dezembro, foi realizada reunião entre Norte Energia, Ibama e Ministério da Pesca e Aquicultura para a apresentação da Proposta Integrada de Trabalho da Pesca, em atendimento à Condicionante 2.24 “b”. A referida proposta foi protocolada junto ao Ibama no dia 06 de dezembro de 2024, por meio da CE 131/2024-SSA. A proposta foi construída em conjunto, com a realização de diversas reuniões técnicas, contando também com a participação da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Referente às ações de saneamento para as famílias do TVR, foi dada continuidade às ações de interação com as comunidades do TVR pela UFPA em campo, concluídas as análises de viabilidade de soluções de abastecimento, finalização da coleta de amostras para análises de água e continuidade das atividades de estudos geofísicos na região, além de oficinas de educação ambiental e sanitária.

Como encaminhamento de reunião ocorrida em outubro, nos dias 07 e 08 de novembro, foi promovida pelo MPF uma vistoria para avaliar as condições de saneamento, a qual contou com a participação da Norte Energia, Defesa Civil de Altamira e Conselho Ribeirinho com seu grupo de apoio. Para a apresentação dos resultados da vistoria, o MPF convocou todos os envolvidos na vistoria para reunião, além da participação do Ibama, tendo sido realizada em 27 de novembro. Na oportunidade, a Defesa Civil e MPF apresentaram os relatórios produzidos e que serão encaminhados para conhecimento do Ibama e Norte Energia.



Visita Técnica do MPA às instalações do CIPAR



Vistoria para verificar as condições de abastecimento das famílias ribeirinhas em função da estiagem, realizada em 07 e 08 de novembro

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Release de Resultados | 4T24

Tem destaque no período, referente ao Fortalecimento das Atividades Produtivas das famílias do TVR, a realização do círculo de cultura com as famílias do projeto, ocorrido entre os dias 16 e 18 de dezembro. O círculo de cultura tem como objetivo proporcionar seis capacitações técnicas: boas práticas de manejo, qualidade da água, doenças, nutrição, ração artesanal e comercialização do pescado (mercadologia), visando capacitar o produtor rural nas atividades que desempenham. Houve a entrega de certificados aos produtores e a realização de dinâmicas, por meio das quais eles puderam, através da interação, aprender e fixar os conceitos abordados.

Em referência ao Programa de Interação Social e Comunicação (item 7.2), ocorreu o II Ciclo de Reuniões comunitárias na Volta Grande do Xingu no ano de 2024, com objetivo de prosseguir com o diálogo permanente com as comunidades inseridas no Trecho de Vazão Reduzida (TVR) da UHE Belo Monte, para a apresentação do andamento das ações de mitigação, dos resultados de monitoramentos e demais ações. Nesse período, moradores também receberam informes sobre visitas ao Centro Regional de Educação Ambiental do Xingu (CREAX) às famílias, para a realização das atividades de Oficina de bordado; Curadoria das fotografias e Prévia do documentário, Oficina Artística com reaproveitamento de vidro; Exposição: Conservação e Proteção de Habitats; Cine clube: importância da fauna; e Oficina de Reciclagem, além da campanha “Ajude a combater as queimadas”.

Assinala-se ainda, a realização do voluntariado Tartarugas do Xingu, dedicado à conservação da fauna local. A equipe de voluntários atuou no

salvamento de mais de 50 mil filhotes de tartarugas-da-Amazônia, garantindo sua chegada segura ao rio Xingu. Um destaque da ação deste ano foi a participação de alunos das escolas EMEIEF Bom Jesus, da Comunidade Bom Jesus em Vitória do Xingu (PA), e EMEIF Sol Elarrat Canto, da Comunidade Tamanduá em Senador José Porfírio (PA).

Também merecem destaque, as demais ações do Programa de Educação Ambiental desenvolvidas em parceria com o CREAX. As atividades incluem reuniões de alinhamento e articulações, oficinas, mobilização, exposição, diálogos interativos, distribuição de materiais educativos, apresentações de mapas, cine clube, além da pesquisa de satisfação para aferir os resultados alcançados em 2024.

Por fim, sinaliza-se a entrega do Centro Comunitário de Lazer e Trabalho (CCLT) do RUC Jatobá, Laranjeiras e São Joaquim no âmbito do Projeto de Reparação Urbana. Já com referência ao Projeto de Reparação Rural, destaca-se a realização do Encontro Sociocultural e distribuição de materiais educativos.



Projeto Tartarugas do Xingu Kids



Entrega do Centro Comunitário de Lazer e Trabalho (CCLT) do RUC Laranjeiras

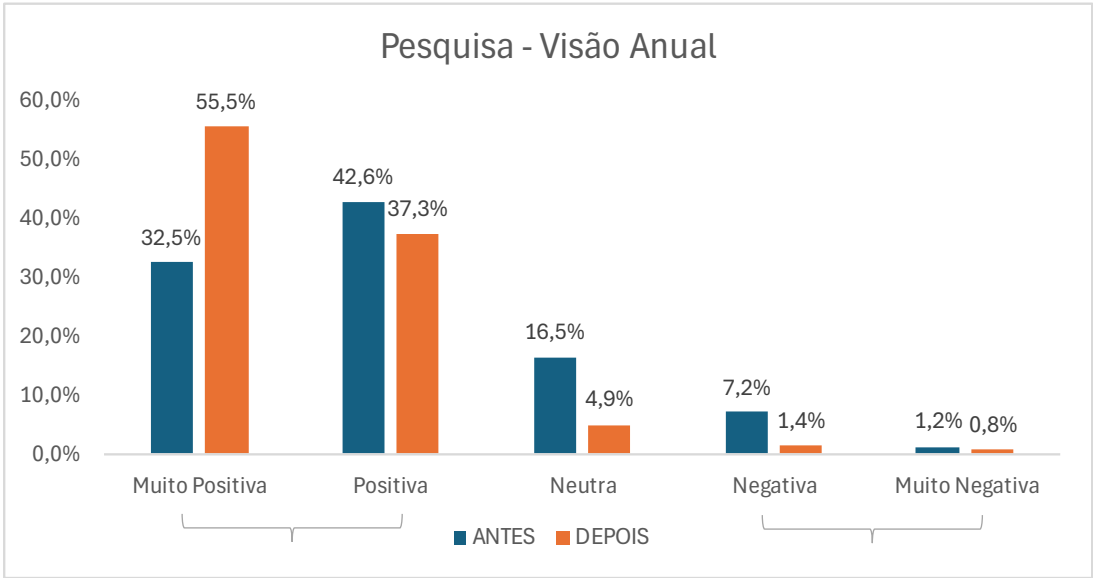
Transparência

Programa Conheça Belo Monte

No 4º trimestre, o Programa Conheça Belo Monte recebeu 768 visitantes na maior hidrelétrica 100% brasileira – o que totaliza 2.637 visitantes em todo o ano de 2024. Este programa tem como objetivo promover a transparência, a melhoria da imagem do empreendimento e fortalecer o relacionamento com os *stakeholders*, especialmente as comunidades do entorno da usina.



Durante o tour, é realizada uma coleta de percepções dos visitantes, antes e depois da visita, com as seguintes questões: antes da visita, como você avaliava a construção da UHE Belo Monte na região? E após a visita, como você avalia agora?



A pesquisa de percepção revelou os seguintes resultados: houve um aumento de 17,7% na aprovação (de 75,1% para 92,8%), uma queda de 16,5% para 4,9% na avaliação neutra, e a visão desfavorável também diminuiu de 8,4% para 2,2%.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Quanto às atividades do Conheça Belo Monte nas Escolas, alcançamos um total de 8.577 estudantes e professores durante o período de janeiro a dezembro de 2024 – o que representa um aumento de 130% em comparação ao ano anterior.



Central Belo Monte 24 horas (0800 091 2810)

O serviço de atendimento telefônico gratuito disponibilizado pela Companhia para registro de solicitações, reclamações e esclarecimento de dúvidas registrou 287 atendimentos no 4T24. Ao longo de todo o ano de 2024, foram registrados 4.646 atendimentos – e deste total, 99% foram concluídos.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais Resultados | 4T24

Sustentabilidade e ESG

Muito mais do que gerar e comercializar energia renovável, contribuimos para a conservação da ambiental e para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da Amazônia.

Energia Renovável

No Pilar de Energia Renovável, ao longo do 4º trimestre de 2024, foi dada continuidade a investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) com destaque para os seguintes projetos: Fotovoltaico, caracterização de eventos extremos de precipitação (mudanças climáticas), Eletrolisador (Microrrede Fotovoltaica Isolada com Armazenamento de Energia Elétrica em Hidrogênio Verde para Atendimento Contínuo de Carga – MIRAVH) Supercapacitores integrados com geração fotovoltaica, Projeto Reflorestamento, Embarcação Autônoma e Voadeira Elétrica.

Além desses, outros projetos de PDI recebem investimentos da Norte Energia e podem ser consultados no site: <https://www.norteenergiasa.com.br/pdi/sobre-o-programa>.

Desenvolvimento Socioeconômico Regional

Para o Pilar Desenvolvimento Socioeconômico Regional, em parceria com o Centro de Empreendedorismo da Amazônia (CEA), foi dada continuidade ao programa Belo Monte Empreende com objetivo de formar uma nova geração de empreendedores aptos a desenvolver negócios sustentáveis na região da usina por meio execução de atividades atreladas à etapa da Aceleração junto a dezessete equipes selecionadas.

As ações executadas consistiram em duas oficinas presenciais de gestão e vendas (ocorridas nos dias 09 e 23 de novembro) e uma socioambiental (ocorrida no dia 07 de dezembro). Essas oficinas ocorreram e contaram com a presença das 14 equipes aceleradas pelo Programa e, para além disso, foi realizada em 14 de dezembro, a II Feira de Vendas do Programa.

Durante as oficinas de vendas foram tratados de temas como estratégias de vendas, previsão de vendas, Argumentos de vendas, metas de vendas, gatilhos mentais de vendas, fluxo de caixa dentre outros. Já na oficina socioambiental, foram abordados temas como os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que integram a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, agenda *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança), além de Selos e Certificações aplicados a empresas sustentáveis.



Belo Monte Empreende – Oficina de Vendas 01 – 09 de novembro



Belo Monte Empreende – Oficina de Vendas 02 – 23 de novembro

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais Resultados | 4T24



Belo Monte Empreende – II Feira de Vendas – 12 de dezembro

Também teve continuidade o Belo Monte Comunidade, programa de responsabilidade social da Norte Energia que executa ações em prol das comunidades do entorno da Usina. Essas ações são balizadas por nove eixos, sendo eles: arte e cultura, cidadania, educação ambiental, educação formal, esporte, geração de trabalho e renda, inclusão digital, saúde preventiva e voluntariado.

Dentre as ações executadas, merece destaque a ampliação do escopo de atuação do Futebol Social, ação que abarca 930 crianças e adolescentes na área de atuação da Norte Energia, que inclui os 06 novos bairros construídos pelo empreendedor em Altamira (Água Azul, Casa Nova, Laranjeiras, Jatobá, São Joaquim e Tavaquara) e também ocorre em comunidades da Volta Grande do Xingu, sendo elas Belo Monte (em Vitoria do Xingu), Belo Monte do Pontal (em Anapu/PA), Ressaca e Ilha da Fazenda (em Senador José Porfírio/PA).

Destaca-se que em dezembro foi realizado o 1º torneio interno de futebol nas comunidades da Volta Grande e a 4ª Copa de Futebol entre os 06 Bairros em Altamira (pA0).

Vale mencionar também que em Out/2024 a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) Kirinapan Kuruaya, do bairro Tavaquara, foi contemplada participou do Curso de Robótica da FIRST *Legu League Challenge* (FLLC)¹ em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), com carga horária de 32 horas, para no mínimo 4 alunos do 5º ao 8º ano. A equipe da escola, composta por três integrantes indígenas e um ribeirinho, foi batizada com o nome de *Kuruaya Itaitxin*, que significa Gente ou Povo Inteligente e participou, nos dias 5 e 6 de dezembro, do torneio de robótica com mais de 200 crianças de diversas cidades do Pará, no Sesi de Ananindeua/PA.



Belo Monte Comunidade – Futebol Social na Volta Grande



Belo Monte Comunidade – Torneio de robótica em Ananindeua/PA

¹ O programa FIRST® LEGO® League Challenge – FLLC desafia estudantes de 9 a 15 anos a buscarem soluções para problemas da sociedade moderna a partir de um mergulho no conceito STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática).

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais Resultados | 4T24

Proteção Ambiental da Amazônia

No Pilar Proteção Ambiental da Amazônia, até Dez/2024 foram selecionados quatro projetos a partir do lançamento o Edital Xingu (em setembro/2023), no âmbito da iniciativa Floresta Viva, que destinará, nos próximos 4 anos, até R\$ 26,7 milhões em recursos não reembolsáveis para projetos de restauração de áreas degradadas e fortalecimento de cadeias produtivas da Bacia Hidrográfica do Xingu, na região amazônica, a Norte Energia, por meio do Núcleo Gestor da iniciativa - que também é integrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), Energisa e Fundo Vale.

Os projetos selecionados foram:

- Projeto 01: Denominado “Sempre Vivas, Sempre Verdes: restauração ecológica e inclusão socioproductiva na RESEX Verde para Sempre”, será executado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB). Promoverá a restauração de 200ha na porção do Baixo Xingu, especificamente na RESEX Verde para Sempre - Porto de Moz/Pará.
- Projeto 02: Denominado “Xingu Sustentável: o cacau orgânico gerando renda e promovendo a restauração ecológica do Médio Xingu”, será executado pela Cooperativa Central de Produção Orgânica da Transamazônica e Xingu (CEPOTX). Promoverá a restauração de 150ha de áreas na porção do Médio e Baixo Xingu, especificamente nos municípios de Altamira, Brasil Novo, Pacajá, Vitória do Xingu e Uruará, no estado do Pará.
- Projeto 03: Denominado “Reset Assurini”, será executado pela Fundação de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável Guamá. Promoverá a restauração de 150ha de áreas na porção Baixo Xingu, especificamente no Projeto de Assentamento Itapuama, Altamira/PA.
- Projeto 04: Denominado “Na trilha da Floresta Viva: restauração Ecológica socioproductiva na Bacia do Xingu”, será executado pela Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX). Promoverá a restauração de 200ha de áreas nas porções do Alto e Médio Xingu, especificamente nas Terras Indígenas (TI) Marãiwatsédé (Alto Boa Vista/Mato Grosso), TI Pimentel Barbosa (Canarana/Mato Grosso) e TI do Xingu (Mato Grosso). Incluem, ainda, assentamentos, propriedades rurais e uma Unidade de Conservação (UC) – que é o Parque Municipal do Bacaba – nos municípios de: Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, Canabrava do Norte, Porto Alegre do Norte, Confresa, Bom Jesus do Araguaia, São Felix do Araguaia, Canarana, Nova Xavantina, Água Boa, Poxoréu, Alto Boa Vista e Querência, no estado do Mato Grosso.

O Floresta Viva é um *matchfunding* em parceria com o BNDES, Energisa e Fundo Vale que tem como meta implementar projetos de restauração ecológica com espécies nativas e sistemas agroflorestais nos biomas brasileiros. A iniciativa conta com um time de parceiros e ajudará a impulsionar o país para uma economia neutra em carbono.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**Resultados | 4T24****Anexo I - Balanço Patrimonial**

Balanço Patrimonial	31/12/2024	31/12/2023	R\$ Mil %
Ativo	42.764.396	43.103.483	-1%
Circulante	2.322.930	1.927.436	21%
Caixa e equivalentes de caixa	796.696	554.350	44%
Aplicações financeiras	430.914	378.413	14%
Contas a receber de clientes	868.576	741.977	17%
Tributos a recuperar	103.703	90.436	15%
Despesas antecipadas	42.532	55.718	-24%
Outros créditos	80.509	106.542	-24%
Não circulante	40.441.466	41.176.047	-2%
Aplicações financeiras	-	401.227	-100%
Despesas antecipadas	-	17	-100%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	115.915	374.598	-69%
Tributos a recuperar	5.258	5.283	0%
Depósitos judiciais e cauções	695.794	642.928	8%
Outros créditos	10.795	8.882	22%
Imobilizado	38.956.869	39.063.849	0%
Intangível	656.835	679.263	-3%
Passivo	42.764.396	43.103.483	-1%
Circulante	2.539.955	2.254.884	13%
Fornecedores	837.171	704.465	19%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.055.981	908.473	16%
Partes relacionadas	94.136	32.100	193%
Uso do bem público (UBP)	100.834	98.929	2%
Provisões socioambientais	243.668	290.760	-16%
Outras contas a pagar	208.165	220.157	-5%
Não circulante	30.637.340	29.590.509	4%
Fornecedores	333	154	116%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	27.206.815	27.914.113	-3%
Uso do bem público (UBP)	249.214	261.517	-5%
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	221.930	138.189	61%
Provisões socioambientais	2.487.641	1.271.266	96%
Outras contas a pagar	471.407	5.270	>600%
Patrimônio líquido	9.587.101	11.258.090	-15%
Capital social integralizado	13.383.522	13.378.533	0%
Prejuízos acumulados	(3.796.421)	(2.120.443)	79%

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**Resultados | 4T24**

Anexo II - Glossário

ACL - Ambiente de Contratação Livre
 ACR - Ambiente de Contratação Regulada
 ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
 APE - Autoprodutores de Energia
 BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
 COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 ID - Índice de Disponibilidade
 DSEI - Distrito Sanitário Especial Indígena
 EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
 EPI - Equipamentos de Proteção Individual
 FINEM - Linha do BNDES de financiamento a empreendimentos
 FUNAI - Fundação Nacional do Índio
 GSF - Generation Scaling Factor
 GWh - GigaWatt-hora
 Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
 ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
 IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo
 LI - Licença de Instalação
 LO - Licença de Operação
 MCP - Mercado de Curto Prazo
 MME - Ministério de Minas e Energia
 MW - MegaWatt
 O&M - Operação e Manutenção
 PCI - Programa de Comunicação Indígena
 PIS - Programa de Integração Social
 PLD - Preço de Liquidação das Diferenças
 PSI - Programa de Sustentação ao Investimento
 RI - Relações com Investidores
 SIN - Sistema Interligado Nacional
 SPR 100 - Produto de repactuação do risco hidrológico da classe SPR, na qual, além da energia secundária, o gerador transfere ao consumidor o risco de redução da garantia física e onde o nível de insuficiência de geração do MRE que estará coberto é 100%
 Standstill - Operação de suspensão temporária de pagamento de juros remuneratórios e principal de financiamento
 TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
 UBP - Uso do Bem Público
 UG - Unidade Geradora
 UHE - Usina Hidrelétrica
 UTI - Unidade de Tratamento Intensivo

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Brasília/DF

Edifício General Alencastro, Torre B - 3º andar
SEPS Q 702/902 702/902, Conjunto B, Bloco A - Asa Sul
Brasília/DF - CEP: 70.390-025
+55 61 3410 2010

Vitória do Xingu/PA

Rodovia Transamazônica, Km 52, s/n
Vitória do Xingu/PA - CEP: 68.383-000

Proposta de Orçamento de Capital

Orçamento de Capital e Usos e Fontes

31 de dezembro 2024

ORÇAMENTO DE CAPITAL 2025

Proposta de Orçamento de Capital

CONTAS (R\$ MIL)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
▣ INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS	26.179	24.748	25.215	24.470	23.248	21.202	23.563	25.370	23.076	24.232	24.117	23.860	289.280
▣ Socioambiental	20.866	19.388	19.874	19.157	17.936	15.813	18.156	19.990	17.668	18.919	18.728	18.547	225.042
▣ PDRS Xingu	2.917	2.917	2.917	2.917	2.917	2.917	2.917	2.917	2.917	2.917	2.917	2.917	35.000
▣ Pessoal (Capex)	2.065	2.065	2.065	2.065	2.065	2.065	2.065	2.065	2.065	2.065	2.065	2.065	24.778
▣ Segurança Corporativa - Socioambie...	331	379	360	331	331	407	426	398	426	331	407	331	4.460
▣ CAPEX	1.950	1.697	4.490	3.584	5.991	3.683	4.004	3.204	3.547	2.136	2.032	2.015	38.332
▣ Operação e Manutenção	1.482	765	2.667	1.000	2.183	901	697	1.119	1.364	500	467	377	13.521
▣ Implantação das estruturas definitivas	13	26	189	313	569	731	1.360	1.332	1.169	1.135	1.135	1.185	9.158
▣ Segurança de Barragens	12	559	793	1.510	2.197	725	348	301	620	12	36	123	7.235
▣ Segurança Corporativa	284	301	385	301	368	301	301	360	301	301	301	284	3.787
▣ Ativos Administrativos			316	316	482		550						1.663
▣ Saúde e SST						781							781
▣ Administrativo e SGI							646						646
▣ Suprimentos Logística			95	24	71	142		47	47	142	47		615
▣ Outros Ativos	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	511
▣ Controladoria	117	3	3	79	79	60	60	3	3	3	3	3	414
▣ ESTOQUE	990	956	956	956	956	956	956	956	956	956	956	956	11.502
▣ Sobressalente UHBM	956	956	956	956	956	956	956	956	956	956	956	956	11.468
▣ Sobressalente UHPI	34												34
▣ TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	194	702	574	1.917	470	458	843	509	317	859	391	1.056	8.290
▣ Informática	192	239	545	1.478	252	221	202	287	317	584	275	244	4.837
▣ Informática - Licença Software	2	321	28	298	217	95	641	80		124	116	811	2.734
▣ Informática - Hardware		142		142		142		142		151			720
Total	29.312	28.103	31.235	30.927	30.665	26.298	29.366	30.039	27.895	28.183	27.495	27.887	347.404

USOS E FONTES 2025

Proposta de Orçamento de Capital

Fluxo de Caixa	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Saldo Inicial	1.161.504	1.313.235	1.028.374	968.036	1.020.657	993.438	1.051.822	988.403	998.115	1.023.429	1.052.495	972.751	1.161.504
Operacionais	409.215	-39.705	195.830	308.331	316.645	314.944	192.980	263.010	283.560	285.089	268.545	240.655	3.039.098
Fontes de Venda de Energia	729.164	730.758	529.704	690.354	685.325	688.348	526.889	546.418	553.431	553.883	578.055	575.704	7.388.033
ACL	218.192	224.745	53.374	200.339	199.673	211.705	71.128	64.757	60.880	54.035	51.439	49.783	1.460.051
ACR	415.723	430.517	417.413	424.784	419.245	408.023	389.355	390.700	401.590	411.822	436.006	438.235	4.983.414
APE	95.249	75.497	58.917	65.230	66.406	68.620	66.406	90.961	90.961	88.027	90.610	87.687	944.568
MCP CCEE	0												0
Outras Fontes	3.997												3.997
Encargos Regulatórios	-147.859	-617.307	-220.684	-234.626	-241.765	-232.113	-240.673	-218.652	-201.796	-195.549	-195.412	-195.010	-2.941.446
Compra de Energia	-84.456	-59.085	-13.152	-53.249	-51.532	-53.249	-14.092	-14.561	-14.561	-28.716	-63.269	-63.848	-513.771
PMSO	-27.959	-30.157	-29.165	-30.740	-12.647	-36.274	-24.265	-11.042	-36.775	-24.089	-10.839	-34.955	-308.906
Material	-344	-682	-557	-463	-193	-306	-249	-289	-337	-232	-198	-321	-4.171
O&M	0												0
Outros	-4.509	-2.082	-1.857	-2.299	-2.346	-1.642	-2.073	-1.325	-2.070	-1.690	-1.445	-1.617	-24.954
Pessoal	-13.115	-16.482	-16.482	-16.482	-3	-23.801	-11.902	-3	-23.801	-11.899		-23.798	-157.770
Serviços	-9.992	-10.910	-10.268	-11.495	-10.106	-10.524	-10.042	-9.425	-10.566	-10.269	-9.195	-9.219	-122.011
Tributos	-54.887	-48.665	-55.665	-47.879	-53.069	-51.263	-54.459	-39.030	-16.630	-20.291	-39.877	-41.129	-522.846
Outras Despesas	-8.784	-15.249	-15.207	-15.528	-9.668	-504	-420	-123	-109	-149	-114	-108	-65.963
Investimentos	-27.405	-84.204	-30.099	-28.729	-25.973	-29.980	-29.127	-24.821	-30.102	-27.690	-24.492	-27.585	-390.207
CAPEX	-27.405	-84.204	-30.099	-28.729	-25.973	-29.980	-29.127	-24.821	-30.102	-27.690	-24.492	-27.585	-390.207
Financiamentos	-230.078	-160.953	-226.068	-226.981	-317.890	-226.581	-227.272	-228.476	-228.144	-228.334	-323.797	-229.492	-2.854.067
Despesas Financeiras	-1.043	-47.833	-2.887	-2.869	-2.887	-2.869	-2.887	-2.887	-2.869	-2.887	-2.869	-2.887	-77.676
Conta Reserva	0	70.000											70.000
Outras Fontes	13.551	59.672	19.837	19.155	20.371	20.048	19.617	18.664	19.229	19.299	19.362	18.634	267.439
Serviço da Dívida	-242.586	-242.792	-243.018	-243.268	-335.374	-243.760	-244.002	-244.252	-244.503	-244.746	-340.290	-245.240	-3.113.830
Saldo Final	1.313.235	1.028.374	968.036	1.020.657	993.438	1.051.822	988.403	998.115	1.023.429	1.052.495	972.751	956.328	956.328

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Norte Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realização de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos
(Notas 2.17, 3.1.5 e 25)

A Companhia apurou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos provenientes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, considerados recuperáveis com base em estudo elaborado pela administração sobre as projeções de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para a realização desses tributos.

Consideramos que essa é uma área de foco de auditoria, uma vez que a avaliação efetuada pela administração envolve julgamentos significativos e subjetivos a fim de determinar a base tributária futura advinda das projeções de resultado da Companhia.

Quaisquer mudanças nas estimativas e premissas significativas podem trazer impactos relevantes nas projeções de lucros tributáveis da Companhia e, conseqüentemente, no valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras, considerando o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não utilizados.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para apuração e mensuração dos tributos diferidos.

Com o apoio de nossos especialistas tributários, testamos as bases de cálculo das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, analisando a razoabilidade de sua formação histórica, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.

Avaliamos a razoabilidade (i) das principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros

tributáveis futuros e (ii) do prazo de realização dos tributos diferidos ativos. Avaliamos também, se as projeções indicavam lucros tributários futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos ativos registrados, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração, bem como as divulgações feitas sobre o tema, estão consistentes com dados e informações obtidos.

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível (Notas 3.1.2, 8 e 9)

O ativo imobilizado e intangível da Companhia é composto principalmente pelos custos de construção e extensão do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, sua única unidade geradora de caixa (UGC). Uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados da UGC à qual os saldos se relacionam. Essas projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades da UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como metodologia de fluxo de caixa descontado, período de projeção, taxa de desconto WACC, volume físico de energia, tarifas, custos e despesas projetadas e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia para o ativo imobilizado e intangível. Além dos fatores citados acima, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos esse tema como foco em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível Companhia.

Avaliamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como metodologia de fluxo de caixa descontado, período de projeção, taxa de desconto WACC, volume físico de energia, tarifas, custos e despesas projetadas e perspectivas de crescimento da economia brasileira, bem como a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado.

Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis são consistentes com dados e informações obtidos.

Provisões socioambientais (Notas 3.1.3 e 18)

A Companhia reconheceu provisões socioambientais relacionadas aos compromissos assumidos em seus contratos de concessão para mitigar impactos ambientais e sociais decorrentes de suas operações da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Consideramos que essa é uma área de foco de auditoria, uma vez que a avaliação efetuada pela administração envolve julgamentos significativos e subjetivos para determinar o valor das provisões, com base nos estudos de impacto ambiental e nas exigências regulatórias aplicáveis.

Quaisquer mudanças nas estimativas e premissas significativas podem trazer impactos relevantes no valor das provisões socioambientais reconhecidas nas demonstrações financeiras, considerando as condições ambientais e sociais específicas dos projetos em execução. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para apuração e mensuração das provisões socioambientais.

Testamos as bases de cálculo das provisões, analisando a razoabilidade de sua formação histórica e confrontando-as com os relatórios de impacto ambiental e as exigências regulatórias correspondentes.

Avaliamos a razoabilidade (i) das principais premissas adotadas pela administração contidas nos estudos de impacto e nos planos de mitigação e (ii) do prazo de execução das medidas socioambientais. Avaliamos também se as provisões indicavam valores suficientes para cobrir os compromissos assumidos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 13 de março de 2023, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas

internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.⁷

Brasília, 5 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

CONSELHO FISCAL
PARECER CF - 01/2025

Assunto: Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

O Conselho Fiscal da Norte Energia S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu e examinou as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, conforme apresentação realizada pela Diretoria Administrativa Financeira e de Relações com Investidores e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e com base no material de suporte disponibilizado. Com base nas análises precursoras, a saber: nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados, considerando o relatório final da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, manifestado sem ressalvas e sem ênfases, a ser emitido em 5 de fevereiro de 2025, bem como a recomendação do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos, emitida em 3 de fevereiro de 2025 (134ª reunião), o Conselho Fiscal opina no sentido de que as informações constantes nos referidos documentos disponibilizados retratam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial da Norte Energia e considera que as mesmas estão em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Brasília-DF, 5 de fevereiro de 2025.

Cristina Rabelo Engelke
Presidente do Conselho Fiscal

Carolina G. de Barros Mello Araújo
Secretária da Reunião

Marcos José Lopes
Conselheiro

Ronaldo Alves Pereira Pires
Conselheiro

Aloísio Macário Ferreira de Souza
Conselheiro

Michelle de Frias Braz
Conselheira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

PARECER / DECLARAÇÃO DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e estamos de acordo com as Demonstrações Financeiras da Norte Energia S.A, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
Brasília, 06 de fevereiro de 2025

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORIA (31 DE DEZEMBRO DE 2024)	
Nome	Cargo
Paulo Roberto Ribeiro Pinto	Diretor-Presidente
Luiz Fernando Rolla	Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores
Wady Charone Júnior	Diretor de Operação e Manutenção
Silvia Curia de Melo Cabral	Diretora de Regulação e Comercialização

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

PARECER / DECLARAÇÃO DIRETORES SOBRE RELATÓRIO EMITIDO PELA PWC

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e estamos de acordo com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Norte Energia S.A, emitido em 05 de fevereiro de 2025 sobre as suas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Brasília, 06 de fevereiro de 2025

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORIA (31 DE DEZEMBRO DE 2024)

Nome	Cargo
Paulo Roberto Ribeiro Pinto	Diretor-Presidente
Luiz Fernando Rolla	Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores
Wady Charone Júnior	Diretor de Operação e Manutenção
Sílvia Curia de Melo Cabral	Diretora de Regulação e Comercialização